



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL

DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME VII

**A ÉTICA E A SITUAÇÃO  
DOS ANIMAIS SELVAGENS**

UMA ANÁLISE DA QUESTÃO  
DOS DANOS NATURAIS

Luciano Carlos Cunha



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL



DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME VII

**A ÉTICA E A SITUAÇÃO  
DOS ANIMAIS SELVAGENS**

UMA ANÁLISE DA QUESTÃO  
DOS DANOS NATURAIS

Luciano Carlos Cunha



**COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL  
DO BÁSICO AO AVANÇADO**

**VOLUME VII**

**A ÉTICA E A SITUAÇÃO DOS  
ANIMAIS SELVAGENS**

**UMA ANÁLISE DA QUESTÃO DOS DANOS NATURAIS**

**Luciano Carlos Cunha**

## **SOBRE O AUTOR**

Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador geral no Brasil das atividades da organização [Ética Animal](#) e criador do site [Senciência e Ética](#). É também autor dos livros [Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente](#) e [Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas](#). Publicou também capítulos em outras obras e artigos em periódicos especializados, que [podem ser lidos aqui](#).

Orcid: 0000-0003-3022-8121



## **SOBRE A OBRA**

Este livro descreve como os processos naturais tipicamente afetam os animais que vivem na natureza, apresenta os fundamentos da proposta de ajudar esses animais e também o debate em torno dessa proposta.

ISBN nº 978-65-01-49140-0      1ª edição      Maio de 2025.

Esta obra faz parte da coleção *Uma Jornada pela Ética Animal: Do Básico ao Avançado*, coleção que tem como objetivo oferecer, com textos didáticos porém aprofundados, uma análise das muitas questões discutidas na área de ética animal desde o seu surgimento até os dias atuais.

A produção deste trabalho foi financiada pela organização [Ética Animal](#).



## SUMÁRIO

1. O que fazer em relação aos animais que vivem na natureza? .....	8
2. Como não entender a questão .....	10
3. Como os processos naturais tipicamente afetam os animais selvagens? .....	12
4. A visão de que não é um problema porque as vítimas são animais não humanos ...	16
5. Fundamentos da proposta de ajudar vítimas de processos naturais .....	19
5.1. Introdução .....	19
6. A proposta de ajudar os animais selvagens é arrogante? .....	21
7. A proposta de ajudar os animais selvagens é antropocêntrica?.....	23
8. Quanto menos influência humana no mundo, melhor? .....	24
9. Seria a proposta de ajudar os animais selvagens bem-estarista?.....	26
10. A proposta de ajudar os animais selvagens viola a liberdade deles?.....	29
11. A acusação de criar dependência .....	32
12. A acusação de paternalismo .....	34
13. A objeção de que o sofrimento tem valor instrumental .....	36
14. A proposta de ajudar os animais vê os humanos como separados da natureza? ...	37
15. Se a natureza não é má, o sofrimento natural é neutro? .....	39
16. Se a natureza é indiferente ao sofrimento dos animais, por que ajudá-los? .....	41
17. Respeitar a natureza dos animais selvagens requer largá-los à própria sorte? .....	43
18. Não é absurdo intervir em conflitos entre animais?.....	45
19. Quais áreas devem responder o que fazer em relação aos animais selvagens? .....	48
20. Ambientalistas devem se opor à ajuda aos animais selvagens? .....	51
21. Somos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas?.....	55
22. Tentativas de defender que a prioridade é dos animais domesticados.....	62
23. Ajudar os animais impediria que os genes mais adaptados prevalecessem? .....	65
24. Ajudar os animais selvagens não poderia tornar as coisas ainda piores? .....	68
25. Objeções que questionam a praticidade da proposta de ajudar .....	72
26. O que já vem sendo feito para ajudar os animais selvagens?.....	75
27. O que mais poderia ser feito para ajudar: estabelecendo a biologia do bem-estar	78
28. Quais tecnologias poderiam ser usadas para ajudar os animais na natureza? .....	83
29. Os animais teriam o direito de não serem esterilizados? .....	85
30. A questão do parasitismo .....	91
31. A questão da predação .....	93
32. Discutindo nossa capacidade de avaliar quando viver vale ou não a pena .....	106

<b>33. O argumento do prolongamento da agonia.....</b>	<b>109</b>
<b>34. A objeção de que o saldo da situação dos animais na natureza pode ser positivo</b>	<b>111</b>
<b>35. Qual o impacto do veganismo na situação dos animais selvagens? .....</b>	<b>114</b>
<b>36. O debate sobre a destruição da natureza .....</b>	<b>117</b>
<b>37. O debate sobre a expansão e restauração da natureza .....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>

## 1. O que fazer em relação aos animais que vivem na natureza?

Uma crença comum é a de que, quanto aos animais que vivem na natureza, devemos simplesmente parar de prejudicá-los e "deixá-los em paz", e ajudá-los somente se forem prejudicados direta ou indiretamente por práticas humanas. Quando os animais são [vítimas de processos naturais](#) como desastres naturais, fome, sede e doenças, segundo essa posição devemos "deixar a natureza seguir o seu curso".

Essa posição tem sido questionada de modo crescente nos últimos anos<sup>1</sup>. Um possível questionamento é acusá-la de [especismo](#) antropocêntrico, no sentido de manter um padrão arbitrário de moralidade dependendo de se as vítimas são humanas ou não humanas, pois quando os humanos são vítimas de fome, sede, doenças e desastres naturais, seus proponentes não dizem "deixemos a natureza seguir o seu curso".

Outro questionamento defende que limitar a consideração moral aos animais a danos decorrentes de práticas humanas é incompatível com realmente se importar com o bem dos animais. Por exemplo, seria muito estranho dizer "eu me importo com o bem dessa pessoa, mas eu só a salvaria de um incêndio causado por humanos; em um incêndio causado naturalmente, eu a deixaria queimando até morrer". Em outras palavras, o argumento é o de que, se realmente nos importamos com os animais (e não com um ideal de pretensa "pureza humana" de não fazer o mal mas deixar o mal ocorrer), defenderemos que estes devem ser ajudados independentemente de serem vítimas de práticas humanas ou de processos naturais.

Em outras vezes é reconhecido que temos razões para evitar que os animais sejam prejudicados por danos naturais, mas é defendido que essas razões são mais fracas do que quando os danos decorrem de práticas humanas. Entretanto, a crítica aqui seria a mesma: se realmente nos importamos com o bem das vítimas, e não com um ideal de "pureza humana", nosso critério para determinar a prioridade será baseado na *magnitude* do dano, e não na *origem* do dano. Isto é, priorizaremos evitar os danos mais graves, independentemente de decorrerem de práticas humanas ou de processos naturais.

---

<sup>1</sup> Ver por exemplo Bonnardel (1996); Cowen (2003); Cunha (2018; 2022); Faria (2016); Faria; Paez (2015a, 2015b); Fink (2005); Horta (2010, 2017); Johannsen (2020); Mannino (2015); McMahan (2015); Pearce (2015); Sapontzis (1984); Tomasik (2015a) e Torres Aldave (2015).

Estes são, em resumo, os argumentos centrais da proposta de ajudar os animais vítimas dos processos naturais. No restante deste livro abordaremos o debate em torno dessa proposta.

## **2. Como não entender a questão**

### **2.1. A ideia de que não é uma questão de ética**

Uma visão comum é a de que danos que decorrem de desastres naturais, fome, sede, doenças e de conflitos entre animais não são uma questão de ética porque não faz sentido responsabilizar moralmente, nem os processos naturais, nem os animais não humanos. Segundo essa visão, por essa razão, não devemos tentar minimizar esse tipo de dano.

Há pelo menos dois erros básicos que essa visão comete, explicados separadamente a seguir.

### **2.2. Seja lá o que você pense que devemos fazer, é uma questão de ética**

O primeiro erro está na contradição entre as afirmações "a maneira como os processos naturais afetam os animais selvagens está fora do escopo da avaliação ética" e "temos o dever de não ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais".

Porém, a coisa vai mais além: mesmo quem afirma que ajudar os animais nesse caso deveria ser opcional também está vendo a questão como uma questão de ética, pois a ética trata não apenas do que é moralmente requerido ou proibido, mas também do que é moralmente permissível, mas não requerido. Em resumo, seja lá o que alguém pense que devemos fazer em relação a essa situação, ela é uma questão de ética simplesmente porque ela diz respeito a saber se uma ação deveria ser requerida, proibida ou permitida.

Há questões que não são questões de ética. Por exemplo: "há vida em outros planetas?"; "qual era a identidade de Jack, o estripador?"; "Será que vai chover amanhã em Florianópolis?"; "Qual a data de aniversário de Luciano Cunha?"; "Quanto é 2+2?"; "Existe vida após a morte?"; "O que é a consciência?". Nenhuma dessas questões é uma questão de ética porque nenhuma diz respeito a saber como devemos agir (ainda que algumas delas possam ter influência indireta sobre as razões para agirmos dessa ou daquela forma). A questão sobre qual deveria ser nossa atitude diante dos danos que os animais padecem em decorrência dos processos naturais é sobre como devemos agir. Portanto, é uma questão de ética.

### **2.3. A questão é colocada para nós, não para os processos naturais ou para os animais**

O segundo erro é que o fato de processos naturais e os animais não humanos não serem moralmente responsabilizáveis é irrelevante, uma vez que a questão não está sendo colocada para eles, e sim, *para nós*. Somos nós que devemos responder o que devemos fazer em relação a essa questão. O fato de os processos naturais e os animais não serem responsabilizáveis pelo que escolhem não faz com que nós deixemos de sê-lo.

Para ilustrar, imagine que a mesma desculpa fosse oferecida em uma situação envolvendo vítimas humanas. Por exemplo, imagine que um governo pudesse salvar humanos em uma enchente, sem sacrificar nada de importância maior ao fazer isso. Entretanto, imaginemos que os governantes dissessem: "não temos obrigação de fazer nada, porque a água não pode ser moralmente responsabilizada". No mínimo isso seria considerado (corretamente, ao meu ver) como uma desculpa das mais esfarrapadas. Contudo, o fato de as vítimas serem animais não humanos não faz com que essa mesma desculpa seja menos esfarrapada.

### 3. Como os processos naturais tipicamente afetam os animais selvagens?

#### 3.1. A situação dos animais selvagens

Existem objeções à proposta de ajudar os animais selvagens que negam que haja necessidade de ajudá-los. Por exemplo, uma crença comum é de que a [situação dos animais selvagens](#) não é lá muito ruim. Segundo essa visão a maioria dos animais selvagens vive vidas satisfatórias, e a quantidade de animais vítimas dos processos naturais é bem menor do que a de animais vítimas da [exploração](#). Por essa razão, as pessoas que mantêm essa visão normalmente defendem que deveríamos focar em mudar a situação dos animais explorados.

A realidade, contudo, é bem diferente. A situação típica dos animais que estão na natureza também é altamente negativa. Muitos dos danos dos quais eles padecem são resultados diretos ou indiretos de práticas humanas, mas, ao contrário do que comumente se pensa, independentemente das ações humanas os processos naturais já os prejudicam em alto grau. São rotineiramente vítimas de [desnutrição](#), [fome e sede](#), [doenças](#), [lesões físicas](#), [estresse psicológico](#), [eventos meteorológicos hostis](#), [desastres naturais](#), e [conflitos interespecíficos](#), [intraespecíficos](#) e [sexuais](#)<sup>2</sup>. Essas condições são a norma na natureza, não a exceção, e acontecem desde muito antes do aparecimento da espécie humana (e não porque os humanos causaram algum "desequilíbrio" ou algo do tipo).

Um dos fatores que mais contribui para que seja maximizada a quantidade de animais que nasce para ter vidas repletas de sofrimento é a estratégia reprodutiva predominante. Em biologia, *estratégia reprodutiva* é um termo que designa a forma como os animais se reproduzem (por exemplo, tendo poucos ou muitos filhotes por vez). Portanto, não quer dizer estratégia no sentido de ser planejado (seja pelos animais ou qualquer outro alguém). Quer dizer apenas que os animais se reproduzem de determinada maneira.

A [estratégia reprodutiva predominante](#) consiste em maximizar a quantidade de filhotes. A maioria das espécies de animais possui ninhadas gigantescas, com milhares ou mesmo milhões de filhotes dependendo da espécie (algo comum em anfíbios, répteis, peixes e invertebrados em geral). Por exemplo, uma única ninhada de uma rã comum possui em torno

---

<sup>2</sup> Para detalhes, ver Animal Ethics (2020, p.16-60); Ética Animal (2016a) e Cunha (2022, p. 19-34).

de 25 mil filhotes<sup>3</sup>; a de polvos, centenas de milhares<sup>4</sup>; as de salmão, bacalhau e atum, milhões<sup>5</sup>, e a do peixe-lua chega a 300 milhões<sup>6</sup>. Invertebrados terrestres também podem colocar centenas, milhares ou mesmo milhões de ovos de uma única vez<sup>7</sup>.

Essa estratégia reprodutiva *sempre* resulta em taxas de sobrevivência baixíssimas. Em períodos de aproximada constância populacional é possível medir a taxa de mortalidade prematura a partir do tamanho da ninhada. Isso porque, se a população permaneceu aproximadamente constante durante algumas gerações, então é porque em média sobreviveu apenas um descendente por adulto (isto é, dois por ninhada, e menos do que isso se há adultos que se reproduzem mais de uma vez na vida). Todo o restante nasce geralmente apenas para experimentar sofrimento intenso e morrer de modo bastante prematuro, muitas vezes sem nunca ter tido experiência positiva alguma<sup>8</sup>.

Essa estratégia reprodutiva está presente normalmente em espécies de animais de pequeno porte, que são a vasta maioria das espécies de animais. Uma das principais razões pelas quais muitas pessoas possuem uma visão positiva irrealista da vida na natureza é que [tendem a pensar em animais não representativos da vida padrão na natureza](#): pensam em animais de grande porte (que não seguem essa estratégia reprodutiva, tendo poucos filhotes por gestação) e em adultos (isto é, pensam naquela pequena minoria que escapa da morte anterior à idade adulta)<sup>9</sup>. Isso se deve, em parte, ao fato de os animais que não são representativos serem os que geralmente aparecem em documentários e publicações sobre o tema<sup>10</sup>.

Em resumo, em decorrência dos processos naturais, para cada animal que consegue sobreviver, milhares ou mesmo milhões morrem muito jovens, geralmente tendo uma morte muito dolorosa. A maioria dos animais nasce apenas para experimentar quase que somente (ou mesmo somente) sofrimento extremo, e muitos outros sofrem também de maneira significativa mesmo que não seja de maneira tão extrema. O que pode surpreender à primeira vista é que a quantidade de animais que padece desse destino é tão gigantesca que faz até mesmo os números da exploração animal, que já são enormes, quase desaparecerem em

---

<sup>3</sup> Rastogi *et al.* (1983).

<sup>4</sup> Boyle e Rodhouse (2005).

<sup>5</sup> Baum e Meister (1971); Hinckley (1987).

<sup>6</sup> Froese; Luna (2004).

<sup>7</sup> Brueland (1995).

<sup>8</sup> Ver Horta (2010); *Ética Animal* (2015b); *Animal Ethics* (2021, p. 55-9) e Cunha (2022, p. 28-34).

<sup>9</sup> Sobre os fatores que influenciam as pessoas a terem essa visão distorcida, ver *Ética Animal* (2017).

<sup>10</sup> Para estatísticas sobre isso, ver *Ética Animal* (2017).

comparação<sup>11</sup>. Trilhões de animais são mortos na exploração *por ano*. Entretanto, a quantidade de animais sencientes na natureza *em um dado momento* está entre 1 e 10 *quintilhões*, e a vasta maioria se reproduzirá tendo milhares ou milhões de filhotes a cada posta.

Como vimos, esse resultado decorre dos próprios processos naturais, independentemente de efeitos diretos ou indiretos de práticas humanas: [já era assim muito antes do aparecimento da espécie humana](#), mesmo que hoje todos os efeitos naturais já estejam influenciados pela ação humana.

### **3.2. A objeção dos ovos destruídos**

Poderia ser objetado que o problema não é tão grande quanto parece inicialmente, pois provavelmente muitos dos ovos são destruídos antes de formarem seres sencientes. Entretanto, não há provas de que isso aconteça com a maioria dos ovos. Além disso, a quantidade de ovos é tão gigantesca que, mesmo que a maior parte deles fosse destruída antes de formar seres sencientes, ainda resultaria em uma quantidade enorme de seres sencientes que nasceriam para ter vidas repletas de sofrimento e morrer prematuramente. Por exemplo, um bacalhau comum tem em média 2 milhões de ovos por ninhada<sup>12</sup>. Se mesmo apenas 10% desses ovos formarem seres sencientes, já seriam quase 200.000 os seres sencientes prejudicados a cada ninhada.

### **3.3. A objeção de que quase não sofrem**

Outra objeção que defende que a situação não é tão grave quanto parece afirma que esses animais, por não terem ainda as capacidades cognitivas desenvolvidas, não seriam capazes de sofrer (ou, pelo menos, não sofreriam de maneiras muito significativas)<sup>13</sup>. Segundo essa objeção, se isso for verdadeiro, então não há nada de problemático nessa situação.

---

<sup>11</sup> Para uma comparação, ver Tomasik (2019 [2009]).

<sup>12</sup> Ver Horta (2010).

<sup>13</sup> Ver por exemplo Groff; Ng (2019, p. 7) e Browning; Veit (2023, p. 13).

O primeiro problema com essa objeção é que esses animais ainda poderiam ser [prejudicados com a morte](#), independentemente do sofrimento. Portanto, a situação ainda seria grave, mesmo que fosse verdadeiro o que a objeção alega.

O segundo problema é que [há fortes razões para considerar falso o que a objeção alega](#). Por exemplo, o cérebro de peixes-zebras adultos possui cerca de 10 milhões de neurônios<sup>14</sup>, e o de seus filhotes, apenas cerca de 100 mil<sup>15</sup>. Entretanto, esses filhotes respondem de maneira similar aos adultos aos mesmos estímulos que indicam que os adultos são sencientes<sup>16</sup>.

Além disso, por pressão seletiva é bastante possível que animais com capacidades cognitivas menos desenvolvidas sintam de maneira ainda mais intensa<sup>17</sup>. Quando são ainda filhotes, ou mesmo antes de saírem dos ovos, como não possuem as capacidades cognitivas desenvolvidas ainda, a única motivação para o seu comportamento e aprendizado é evitar experiências negativas e buscar experiências positivas. Isso é especialmente verdadeiro no caso de animais precociais, pois precisam ser bastante ativos para poderem quebrar a casca e sair do ovo, e também para terem alguma chance de sobreviver após saírem do ovo<sup>18</sup>, pois é muito comum em espécies ovíparas que os filhotes não recebam cuidado parental.

### 3.4. Conclusão

Dado o que vimos, não parece haver razões para supor que a quantidade de animais vítimas dos processos naturais é pequena, e nem que sejam menos capazes de sofrer do que outros animais.

---

<sup>14</sup> Hinsch; Zupanc (2007).

<sup>15</sup> Ferro (2013).

<sup>16</sup> Sobre isso, ver *Ética Animal* (2022c); Hurtado-Parrado (2010); Lopez-Luna *et al.* (2017a, 2017b, 2017c, 2017d) e Sneddon (2018).

<sup>17</sup> Ryder (2002, p. 64).

<sup>18</sup> Sobre isso, ver European Food Safety Authority (2005b) e Doody; Paull (2013)

## **4. A visão de que não é um problema porque as vítimas são animais não humanos**

### **4.1. A desconsideração pelos animais não humanos**

A situação dos animais na natureza é normalmente vista como um problema relevante apenas se afetar indiretamente os interesses humanos ou as metas ambientalistas, como a preservação da biodiversidade ou do equilíbrio ecológico. Na base dessa visão está a ideia de que o bem dos animais não humanos não importa *por si*.

A seguir veremos por que essa visão é equivocada. Mais especificamente, veremos: (1) por que o bem dos animais não humanos é importante *em si* e (2) por que esse problema é tão importante quanto seria se fossem humanos padecendo de danos de mesma magnitude.

### **4.2. Por que o bem dos animais não humanos importa em si**

A visão que estamos a discutir assume que o bem dos animais não humanos não importa *por si*, e sim, apenas na medida em que afetar indiretamente interesses humanos ou as metas ambientalistas (como preservar espécies ou ecossistemas, por exemplo). Tal visão assume, portanto, que o bem dos humanos importa por si e/ou que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo importam por si.

Um problema para essa visão é que aquilo que realmente explica por que o bem dos humanos importa por si implica que o bem de qualquer outro ser senciente também importa por si e, além disso, não implica que entidades não sencientes importem por si.

A razão pela qual humanos são moralmente consideráveis de maneira direta é simplesmente porque são passíveis de ser prejudicados e beneficiados. Não é porque possuem uma série de capacidades complexas ou uma série de relações entre si. Tanto é assim que os humanos que carecem de tais capacidades ou relações (como as crianças pequenas e as vítimas de certos acidentes ou doenças que afetam as capacidades cognitivas) também são moralmente consideráveis de maneira direta, e o são tanto quanto os humanos que possuem essas capacidades e relações. O objetivo de se dar consideração moral a alguém é evitar prejudicar e buscar beneficiar esse alguém. Portanto, para alguém ser moralmente considerável, é necessário e suficiente que seja passível de ser prejudicado e beneficiado. Portanto, humanos

são moralmente consideráveis não porque são humanos, nem porque possuem uma série de capacidades ou relações, e sim, simplesmente porque são passíveis de ser prejudicados e beneficiados.

O que torna os humanos passíveis de ser prejudicados e beneficiados é o fato de serem sencientes. É a senciência que faz com que haja *alguém* a "habitar" um corpo (em oposição a um mero corpo vivo, porém vazio). É também a senciência que torna possível um indivíduo experimentar certos estados como positivos e outros como negativos, porque é a senciência aquilo que torna alguém capaz de ter experiências em primeiro lugar.

Assim sendo, aquilo que realmente explica por que o bem dos humanos importa por si implica automaticamente que bem de qualquer outro ser senciente, seja lá a qual espécie pertença, também importa por si. Além disso, como vimos, isso não implica que entidades não sencientes, como espécies e ecossistemas, importem por si. Isso mostra o quão equivocada é a ideia de que o bem dos animais não humanos só importa indiretamente (seja aos interesses humanos ou às metas ambientalistas).

### **4.3. Por que o bem dos animais importa tanto quanto o dos humanos**

Alguém poderia aceitar que o bem dos animais não humanos importa por si e ainda assim insistir que a situação dos animais selvagens não é um problema muito importante, e que seria se as vítimas fossem humanas. Isso porque, segundo essa visão, o bem dos animais não humanos, apesar de importar por si, importa muito menos do que o bem dos humanos. A seguir veremos por que essa visão é arbitrária.

Se temos razões para considerar moralmente a alguém porque esse alguém é passível de ser prejudicado e beneficiado, então isso implica que a força dessas razões deve depender da magnitude dos prejuízos e benefícios em questão, e não da espécie dos que seriam afetados. Isto é, qualquer visão não tendenciosa manterá que prejuízos e benefícios de magnitude similar em indivíduos distintos devem ter o mesmo grau de importância (e que prejuízos e benefícios maiores devem ter maior importância do que os menores).

Poderia ser objetado que por vezes temos razões para priorizar ajudar quem padece do prejuízo menor. Esse seria o caso, por exemplo, se quem padece do prejuízo maior fez algo

para merecer tal prejuízo. Entretanto, esse não é o caso dos animais não humanos (pois, assim como os bebês humanos, não são moralmente responsabilizáveis). Além disso, diferentemente de questões relativas a merecimento (que dependem de escolhas pelas quais os agentes podem ser responsabilizados) a espécie a qual alguém pertence – assim como sua raça ou gênero – é um resultado da loteria natural, portanto, está para além do controle dos indivíduos (e então não pode resultar em mérito ou demérito).

Outra razão pela qual dar um peso maior ao bem de humanos é uma atitude tendenciosa é o fato de ela não passar no [teste da imparcialidade](#), pois ela não seria considerada justa se não soubéssemos a espécie a qual pertencemos. Isso significa que quem defende tal posição só o faz porque sabe que estará no grupo dos privilegiados por ela. Isso, por si só, já mostra que tal posição não passaria no teste da imparcialidade. A imparcialidade é a característica principal da justiça. Portanto, não há como tal posição ser justa.

#### **4.4. Conclusão**

Se a argumentação acima é sólida, então o bem dos animais não humanos importa por si, e importa tanto quanto o de humanos. Isso implica que devemos dar tanta atenção à situação dos animais na natureza que são vítimas de processos naturais quanto deveríamos dar se as vítimas fossem humanas.

## **5. Fundamentos da proposta de ajudar vítimas de processos naturais**

### **5.1. Introdução**

No [Capítulo 1](#) vimos rapidamente algumas razões sobre as quais está baseada a proposta de ajudar os animais na natureza que são vítimas de processos naturais. No presente capítulo os fundamentos dessa proposta serão explicados de modo mais detalhado.

### **5.2. O argumento da existência das razões**

O *argumento da existência das razões* defende que a explicação de por que devemos prevenir danos antropogênicos implica que devemos prevenir danos naturais. Se é o teor negativo dos danos aquilo que gera razões para que os evitemos com nossas práticas, então temos iguais razões para evitarmos danos naturais (uma vez que continuam sendo negativos). Danos são algo negativo devido às suas próprias características, que não dependem de sua origem (portanto, danos naturais são negativos, e não, neutros em termos de valor).

### **5.3. O argumento da força das razões**

O *argumento da força das razões* defende que, se é o teor negativo dos danos aquilo que gera razões para que os evitemos, então a *força* dessas razões depende da *magnitude* dos danos (e não de sua origem). Ou seja, dados dois danos de igual magnitude, um antropogênico e outro não, *tudo o mais sendo igual* (por exemplo, possibilidade de prevenir ambos em igual medida), temos razões diretas de *igual peso* para tentar evitar ambos. E, dados dois danos de magnitude distinta, tudo o mais sendo igual, temos razões para priorizar evitar o dano maior. Isso implica que as razões para prevenir danos naturais serão mais fortes sempre que fazê-lo implicar em prevenir uma maior magnitude de danos com uma mesma quantia de recursos.

### **5.4. Implicações de ambos os argumentos**

Se o *argumento da existência das razões* e o *argumento da força das razões* são sólidos, devemos rejeitar não apenas a visão que mantém que não temos razões para prevenir/minimizar os danos naturais, mas também a visão que mantém que essas razões existem, mas são mais fracas, em comparação a danos antropogênicos equivalentes.

### **5.5. O argumento do peso do critério**

Suponhamos, para efeito de argumentação, que danos antropogênicos devessem ter um *peso* maior. Mesmo assim, isso não implicaria que minimizar danos antropogênicos teria sempre *prioridade* sobre minimizar danos naturais. Isso seria assim apenas se minimizar danos antropogênicos fosse um *trunfo*. Se tivesse um peso maior (mesmo muito maior), mas não chegasse a ser um trunfo, a prioridade poderia se inverter em certos casos. Teria de haver um ponto a partir do qual, dada a possibilidade de minimizar muito os danos naturais deixando de minimizar pouco os danos antropogênicos, teríamos que priorizar minimizar danos naturais. Atribuir um peso maior aos danos antropogênicos também não implicaria que minimizar danos naturais é louvável, porém não obrigatório. Seriam obrigações um pouco menores (mas nem por isso pequenas; inclusive teriam prioridade dependendo da situação).

Importante: essa suposição foi feita meramente para efeito de argumentação, com o objetivo de mostrar que, mesmo se dêssemos maior peso aos danos antropogênicos, ainda teríamos fortes razões para minimizar danos naturais. Contudo, dado o que discutimos na presente seção, não parece haver boas razões para dar maior peso a danos antropogênicos: o que importa é a magnitude de dano que poderia ser evitada com uma dada quantia de recursos, e não a origem do dano.

## 6. A proposta de ajudar os animais selvagens é arrogante?

Por vezes, a proposta de ajudar os animais selvagens é acusada de ser arrogante por envolver intervenções no curso natural das coisas<sup>19</sup>. Comumente é dito que os proponentes de ajudar os animais selvagens estão "brincando de deus". Será que faz sentido essa acusação?

Intervenções no curso natural das coisas são amplamente aceitas e praticadas, desde que a meta seja antropocêntrica ou ambientalista. Por exemplo, a construção de moradias, escolas, hospitais, bibliotecas, a agricultura, a medicina e as intervenções para deixar os ecossistemas nas configurações valorizadas pelo ambientalismo não recebem acusações de arrogância ou de "brincar de deus". Entretanto, envolvem intervenções *massivas* no curso natural das coisas.

Aliás, ajudar os animais que são vítimas dos processos naturais é algo amplamente aceito e praticado, desde que a meta seja antropocêntrica ou ambientalista. Um exemplo é a vacinação de animais selvagens com o objetivo de prevenir o contágio em humanos, em animais que convivem com humanos ou nos animais que os humanos pretendem explorar diretamente. Outro exemplo é a vacinação de animais selvagens para preservar espécies em extinção.

Isso sugere que, apesar do que dizem, os proponentes da acusação de arrogância não são contrários a intervir na natureza ou em processos naturais. Em vez disso, são contrários à meta de beneficiar os animais não humanos.

Além disso, não há nada nessa objeção que realmente mostre que seja errado intervir no curso natural das coisas. Sendo assim, mesmo que houvesse alguém que rejeitasse toda e qualquer intervenção na natureza (seja para beneficiar animais não humanos, beneficiar humanos ou alcançar metas ambientalistas) isso não mostraria que sua posição está correta.

Outras vezes é defendido que a arrogância está não no fato de se intervir em processos naturais, mas no fato de que, ao escolhermos ajudar, estamos decidindo o destino daqueles animais. Entretanto, obviamente, ao decidirmos não ajudar estamos igualmente decidindo o destino deles. A diferença é que, escolhendo não ajudar, o destino desses animais será o sofrimento e a morte.

---

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, Baldner (1990, p. 3).

Uma objeção similar ocorre quando se diz que os proponentes de ajudar os animais são arrogantes porque estão tentando fazer com que o mundo seja do jeito que querem. Mas, novamente, quando alguém se posiciona contrariamente a ajudar, também está a tentar fazer com que o mundo seja do jeito que quer. Em um caso, a pessoa quer que o mundo continue como está, e no outro, a pessoa quer mudá-lo. Mas, em ambos os casos, as pessoas estão igualmente tentando fazer com que o mundo seja como querem.

## 7. A proposta de ajudar os animais selvagens é antropocêntrica?

Há uma objeção à proposta de ajudar os animais selvagens que acusa-a de impor valores antropocêntricos aos animais (ou de, pelo menos, humanizá-los, pensando que valorizam coisas que apenas os humanos valorizam)<sup>20</sup>.

Uma resposta simples a essa objeção é apontar que o objetivo da proposta de ajudar é prevenir acontecimentos que, de fato, prejudicariam os animais, como o [sofrimento](#) e as [mortes prematuras](#). Não são apenas os humanos que têm interesse em evitar sofrimento e em desfrutar de vidas positivas: essas coisas são do interesse de qualquer ser [senciente](#).

Os animais não humanos não têm interesse em ter o seu sofrimento e as suas mortes prematuras maximizados para que a natureza siga o seu curso. Apenas alguns humanos é que valorizam isso (normalmente apenas quando eles próprios não são as vítimas, diga-se de passagem). Portanto, defender "o correto é deixar a natureza seguir o seu curso, mesmo quando isso resultar em sofrimento ou morte para os animais" é que seria impor valores antropocêntricos aos animais (ou, pelo menos, humanizá-los).

Poderia ser objetado que o que se quer dizer com a alegação de que a proposta de ajudar os animais é antropocêntrica é que ela implica que os humanos decidam o que acontecerá com os animais nos ecossistemas naturais. Entretanto, a palavra adequada aqui seria então *antropogênica* (no sentido de ser uma prática conduzida por humanos) e não *antropocêntrica* (já que a proposta em questão visa beneficiar os animais não humanos). Além disso, quando nossa decisão tem poder de alterar uma situação, então decidimos o que irá acontecer nela, quer decidamos mudá-la, quer decidamos deixá-la como está. Então, quem é contra ajudar os animais selvagens também está igualmente a decidir o que acontecerá com os animais nos ecossistemas naturais.

---

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, Kirkwood e Sainsbury (1996, p. 239).

## 8. Quanto menos influência humana no mundo, melhor?

Por vezes é defendido que a proposta de ajudar os animais selvagens deveria ser rejeitada porque "quanto menos influência humana no mundo, melhor". Essa alegação pode querer dizer pelo menos duas coisas distintas. A seguir, discutiremos cada uma delas.

### *Quanto menos influência humana, melhor para os animais?*

Primeiro, ela pode querer dizer que, quanto menos influência humana no mundo, melhor o resultado para os animais. Mas, se é isso, então a alegação é falsa, pois no caso essas intervenções seriam para ajudar os animais, não para prejudicá-los. Do fato de que há uma enorme quantidade de práticas humanas que prejudicam os animais não se segue que toda ação humana será prejudicial aos animais, ou que será necessariamente pior do que deixar a natureza seguir o seu curso.

É possível que a ideia de que "quanto menos influência humana, melhor para os animais" surja por conta do desconhecimento de que, como vimos no [Capítulo 3](#), os processos naturais já tendem a maximizar a quantidade de animais que nasce apenas para ter uma vida repleta de sofrimento e morrer prematuramente<sup>21</sup>. Também é possível que seja só uma desculpa para não se preocupar com a situação dos animais. Isto é, pode ser que a aparente preocupação em tornar as coisas piores para os animais seja simplesmente um disfarce para o descaso pelo que acontece com os animais.

### *Quanto menos influência humana, melhor, ponto?*

Entretanto, é possível que aquilo que a objeção queira dizer é o seguinte: quanto menos influência no mundo, melhor, mesmo que o resultado dessa menor influência seja pior para os animais do que se houvesse mais influência humana.

Uma primeira crítica possível de ser feita a essa abordagem é que ela só faria sentido se também fizesse sentido a ideia de que é preferível um mundo com ainda mais sofrimento e mortes do que teria com influência humana, se esse for o preço a se pagar para haver menos

---

<sup>21</sup> Para uma explicação detalhada do que porquê isso é assim, ver Horta (2010).

influência humana no mundo. Ninguém parece aceitar isso no seu próprio caso. Por exemplo, quando estamos na emergência de um hospital, queremos que os médicos nos ajudem. Assim, essa abordagem não passa no [teste da imparcialidade](#), pois não a defenderíamos se não soubéssemos quem seriam suas vítimas.

Além disso, a objeção em questão simplesmente postula que a influência humana é errada *em si*, mesmo quando o resultado é positivo para os animais. Mas, teria de ser explicado por que isso é assim, e a objeção em questão não faz isso. Do fato de que os humanos muitas vezes fazem coisas ruins, não se segue que aquilo que as torna ruins é o fato de terem sido feitas por humanos. Elas são ruins porque prejudicam suas vítimas.

Assim, se adotamos um ponto de vista de preocupação genuína com as vítimas, não diremos que "quanto menos influência humana, melhor". Diremos, em vez disso, que os humanos devem evitar ao máximo prejudicá-los e buscar ao máximo beneficiá-los. Em resumo, se acreditamos que o certo ou errado de uma decisão depende de se os afetados por ela são beneficiados ou prejudicados, então rejeitaremos a concepção de que "quanto menos influência humana melhor", pois é possível influenciar de modo positivo, e não apenas de modo negativo.

## 9. Seria a proposta de ajudar os animais selvagens bem-estarista?

Por vezes quem rejeita a proposta de ajudar os animais selvagens acusa-a de ser *bem-estarista*. [O adjetivo bem-estarista é utilizado em muitos sentidos](#). Por exemplo, no debate em relação à moralidade da exploração animal, é utilizado em pelo menos três sentidos diferentes, explicados a seguir.

Um primeiro sentido refere-se à posição que defende que não há nada de moralmente errado com a exploração animal, desde que o sofrimento dos animais seja minimizado durante o uso (mesmo que o uso cause morte e algum sofrimento).

Um segundo sentido refere-se à posição que aceita que a exploração animal é injusta e deve ser abolida, mas que defende que regulamentá-la pode conduzir à sua abolição.

Por fim, um terceiro sentido refere-se à posição que aceita que a exploração animal é injusta e deve ser abolida, mas defende que regulamentá-la faz com que os animais sofram menos, e que isso é algo que deveria ser feito, independentemente de ajudar a aboli-la ou não.

[Existe um debate](#) sobre se regulamentações conduziram ou não à abolição da exploração animal, e sobre se realmente fazem com que os animais sofram menos. Não precisamos entrar nesse debate para o nosso propósito aqui, que é avaliar a alegação de que a proposta de ajudar os animais selvagens seria bem-estarista.

Para evitar confusões (e para percebermos qual é a confusão envolvida na objeção que estamos a discutir), não chamaremos essas três posições de “bem-estaristas”. Em vez disso, utilizaremos o adjetivo “regulamentaristas”.

Dado que as posições regulamentaristas são normalmente chamadas de bem-estaristas, é comum que aconteça a confusão de se pensar que, porque certa posição se preocupa com o bem-estar dos animais (como é o caso da proposta de ajudar os animais selvagens), então que necessariamente ela é regulamentarista (em algum dos três sentidos acima). Como explicado a seguir, não há essa implicação.

O debate sobre o regulamentarismo é um debate: (1) ou sobre a moralidade da exploração animal (no caso do primeiro sentido do termo); (2) ou sobre se regulamentar a exploração animal pode ajudar a aboli-la (no caso do segundo sentido do termo); (3) ou sobre se regulamentá-la realmente diminui o sofrimento dos animais (no terceiro sentido do termo).

A posição que alguém defende em relação à moralidade da minimização dos danos naturais não tem implicação direta alguma em qualquer um dos três debates, pois não podemos deduzir, do fato de que alguém se preocupa com o bem-estar dos animais, qual é a posição que defende em relação a esses três debates.

Por exemplo, mesmo quem defende que a exploração animal se torna justa se for regulamentada para que os animais sofram menos afirma se preocupar (pelo menos em alguma medida mínima) com o bem-estar dos animais (do contrário, não defenderia a necessidade de regulamentá-la para que sofram menos). Mas, quem defende a abolição da exploração também se preocupa com o bem-estar dos animais (se o bem-estar dos animais não importasse para essas pessoas, não defenderiam abolir a exploração animal). Igualmente, quem defende que regulamentar a exploração animal ajuda a aboli-la e/ou diminui o sofrimento dos animais está preocupado com o bem-estar dos animais, mas igualmente está quem discorda de tal estratégia.

Poderia ser objetado que os abolicionistas se preocupam apenas com a liberdade dos animais, e não com o seu bem-estar. Há dois problemas com essa objeção. O primeiro é que, se os abolicionistas dão realmente consideração moral aos animais não humanos, então têm de levar em conta os interesses dos animais como um todo, e não somente o interesse na liberdade. Já que os animais não humanos têm [interesse em não sofrer](#) e [em não morrer](#), uma posição abolicionista que não leve em conta esses interesses dificilmente seria plausível. O segundo problema é que mesmo uma posição centrada unicamente em garantir a liberdade é também uma posição centrada na preocupação com o bem-estar dos indivíduos, pois, se tal posição defende que "os animais estão *melhor* se estiverem livres", o que está a defender é que a liberdade é um componente (instrumental e/ou intrínseco) do seu bem-estar<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> [Uma introdução às teorias do bem-estar pode ser lida aqui](#). Ver também Fletcher (2016) e Santos (2017).

Assim sendo, a proposta de minimizar os danos naturais se preocupa com o bem-estar dos animais. Entretanto, isso não a torna uma proposta bem-estarista (isto é, regulamentarista), uma vez que não é uma posição que diga respeito ao debate sobre a regulamentação da exploração animal, em nenhum dos três sentidos acima.

Em resumo, seja lá qual posição alguém defenda quanto aos debates em relação ao regulamentarismo (em qualquer um dos três sentidos acima), isso não é impedimento para que aceite a proposta de ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais.

## **10. A proposta de ajudar os animais selvagens viola a liberdade deles?**

Por vezes, é defendido que a proposta de ajudar os animais selvagens deveria ser rejeitada porque, alegadamente, violaria a liberdade dos animais que seriam ajudados.

A resposta a essa objeção consiste simplesmente em apontar que ocorre exatamente o oposto. Essa proposta, na verdade, é essencial para que os animais exerçam sua liberdade, pois preveniria as coisas que impedem o seu exercício: sofrimento extremo e morrer prematuramente. Em resumo, não ajudar os animais é que tem como resultado que os animais não possam exercer sua liberdade, uma vez que estarão mortos ou em sofrimento extremo.

Podemos ser objetado que há situações onde temos de escolher entre garantir a liberdade do animal ou garantir que esteja livre de sofrimento ou morte. Esse seria o caso, por exemplo, se tivermos que fazer uma escolha entre, ou deixar um animal livre na natureza, mas sujeito a todos os riscos que isso implica, ou retirá-lo de lá e colocá-lo em, por exemplo, um santuário, onde seria cuidado e protegido, mas teria acesso a uma área bem menor.

Um primeiro ponto importante a observar em relação a essa objeção é que ela avalia o grau de liberdade a partir do tamanho do espaço disponível para locomoção. Mas, há outra forma de se avaliar o grau de liberdade: a partir do quanto é possível alguém realizar os seus interesses. De acordo com essa segunda forma de avaliação, é possível ter menos espaço e mais liberdade, e vice-versa. Por exemplo, se um animal está na natureza, ele terá mais espaço do que em um santuário. Mas, se isso implicar também em estar ferido, com doenças, sem acesso a comida, sem água, sendo atacado etc., isso implica em não realizar nem os seus interesses mais básicos. Analogamente, é possível que em outra situação o animal tenha menos espaço, mas, por ser cuidado e protegido, a possibilidade de realizar os seus interesses seja bem maior. Em resumo, se o grau de liberdade depende do quanto alguém realiza os seus interesses, isso não necessariamente coincide com estar em uma área territorial maior.

Observe que isso não implica que, então, seja melhor que os animais estejam em zoológicos, justamente porque estar em um zoológico não coincide com os animais poderem realizar os seus interesses. Santuários são essencialmente diferentes de zoológicos. Em um santuário o objetivo é beneficiar os animais. Em um zoológico o objetivo é proporcionar entretenimento para os humanos, desconsiderando o que seria melhor para os animais.

Contudo, suponhamos para efeito de argumentação que liberdade deva ser definida apenas em termos do tamanho da área na qual alguém está. Se for assim, não fica nada claro que o melhor para os animais seria ficarem em uma área maior, terem mais sofrimento e morrerem prematuramente.

Poderia ser objetado que muitos animais fogem de tentativas de resgatá-los de situações de desastre como incêndios e enchentes, ou de tentativas de vaciná-los, e que isso mostra que aquilo que os animais valorizam em maior grau é ficar livres de interferência humana, mesmo que isso implique sofrer mais e morrer prematuramente. Entretanto, a forma adequada de avaliar o que alguém valoriza em maior grau não é a partir do que esse alguém *escolhe* de fato, mas a partir do que esse alguém *escolheria* se tivesse acesso às informações relevantes<sup>23</sup>. Nos casos em questão, os animais fogem muito provavelmente porque não sabem que, nesses casos, os humanos estão ali para ajudá-los e, principalmente, porque não sabem o terrível destino que os espera em um incêndio ou em uma inundação. Se tivessem disponíveis essas informações, muito provavelmente escolheriam receber ajuda.

Assim, se a liberdade for definida em termos do tamanho da área territorial, então é falsa a alegação de que os animais valorizam a liberdade acima de qualquer outra coisa. Isso também vale para o caso humano. Por exemplo, dada a definição de liberdade que a objeção assume, se fôssemos jogados no meio do deserto do Sahara teríamos mais liberdade. Mas, ninguém escolhe isso para si próprio justamente por saber que implicaria em sofrimento e na morte. Isso mostra que valorizamos em maior grau estar livre de sofrimento e não morrer, em comparação a estar em uma área mais ampla. Mas, não há razão para pensar que no caso dos animais acontece o contrário, uma vez que também são gravemente prejudicados pelo [sofrimento](#) e [pela morte](#).

Algumas pessoas defendem que os animais devem ser largados à própria sorte, "livres" na natureza para sofrer e morrer, não porque os animais valorizam isso, e sim porque *elas próprias* valorizam deixar os animais em tais condições. Mas, se é assim, então a alegação de que tal posição está preocupada em respeitar os interesses dos animais é apenas um artifício retórico, que visa mascarar uma posição que, de fato, envolve uma total desconsideração

---

<sup>23</sup> Sobre isso, ver Sobel (1994).

pelos animais. Frequentemente quem defende essa posição tende a acusar a proposta de ajudar os animais selvagens de ser antropocêntrica. Como deve estar claro agora, é essa posição que é antropocêntrica.

De fato, isso é muito comum. Há uma série de posições que defendem atitudes altamente prejudiciais para os animais, mas se apresentam como posições preocupadas em respeitá-los. Ao mesmo tempo, quem mantém essas posições tende a retratar as propostas genuínas de defender e ajudar os animais como envolvendo algum desrespeito pelos animais. Essa é uma estratégia comum, por exemplo, por parte de quem [explora os animais](#) e no discurso que tenta justificar as [práticas ambientalistas de matança de animais](#)<sup>24</sup>. Portanto, é esperável que a mesma estratégia de retórica desonesta surja por parte de quem é contra ajudar os animais que se encontram na natureza.

---

<sup>24</sup> As divergências entre consideração pelos animais e ambientalismo são o tema do [quinto volume desta coleção](#). Para uma análise crítica detalhada dessa retórica por parte dos ambientalistas, ver Genovez (2023b). Para um exemplo dessas práticas de matança no Brasil, ver Conabio (2009). Para um exemplo na Europa, ver Council of Europe (2016, 2020). Para uma crítica a esse tipo de prática no Brasil, ver Ética Animal (2021b). Para uma crítica geral, ver Shelton (2004) e Faria (2011, 2012).

## **11. A acusação de criar dependência**

Há uma objeção à proposta de ajudar os animais selvagens que mantém que ajudá-los criaria neles uma dependência dos cuidados humanos, e retiraria deles a habilidade de sobreviver.

Essa objeção não se aplica a uma grande parte (talvez a maioria) da proposta de prevenir/minimizar os danos naturais. Por exemplo, não se aplica a nenhum programa que vise diminuir a quantidade de nascimentos (como a esterilização e a investigação sobre quais tipos de elementos no ambiente resultam em menores taxas de nascimento), nem à proposta de suspensão das intervenções ambientalistas e antropocêntricas que contribuem indiretamente para que os processos naturais maximizem o sofrimento e mortes.

Mesmo no caso de fornecer comida, água, medicamentos, vacinas e tratamentos, isso não necessariamente retira a habilidade de sobreviver dos animais. Por exemplo, imaginemos que alguns pássaros adultos que estão acostumados a buscar o seu alimento se encontram agora em condições de escassez. Alguém, percebendo tal condição, fornece-lhes constantemente alpiste. Isso não faz os animais perderem a habilidade que já adquiriram, pois não faz com percam a memória. Não ajudar, nesse caso de escassez, é que resultaria nos animais não poderem mais exercer sua habilidade de buscar alimento, pois morreriam de inanição.

O que a objeção assume é que temos de escolher entre as duas opções a seguir: (1) ou os animais terem o seu bem-estar aumentado agora por receberem ajuda, mas terem o mesmo diminuído em longo prazo por perderem a habilidade de sobreviver; (2) ou os animais terem o seu bem-estar diminuído agora por não receberem ajuda, mas terem o mesmo aumentado em longo prazo por continuarem com a habilidade de sobreviver.

Contudo, ajudá-los não os faz perder a habilidade de sobreviver caso já a tenham adquirido, nem os impede de adquiri-la. Isto é, ajudar aumenta o seu bem-estar em curto prazo e aumenta a possibilidade continuarem a ter um bem-estar em longo prazo, sem diminuí-lo. Não ajudá-los diminui o seu bem-estar em curto prazo e muito provavelmente o diminui em longo prazo (ou mesmo garante que não haja nenhum bem-estar em longo prazo, dado que muito provavelmente implica em suas mortes).

Suponhamos que ajudar os animais criasse neles uma dependência dos cuidados humanos. Faria sentido manter que *de um ponto de vista antropocêntrico*, o melhor a fazer é não ajudar (ajudar criaria um trabalho extra para os humanos que não existiria se os animais fossem deixados para morrer). Mas, *do ponto de vista dos animais que poderiam ser ajudados*, será que é melhor ficarem independentes, sofrerem mais e morrerem logo? Para defender tal conclusão, teria de ser afirmado que, se os animais tivessem ciência de tudo o que está em jogo e tivessem a capacidade de deliberar sobre o que é melhor para si próprios, prefeririam sofrer intensamente e morrer, apenas para permanecerem independentes. Podemos ver que isso é falso a partir do próprio caso humano: quem tem a capacidade de deliberar sobre essas coisas prefere receber ajuda em vez de ser largado para sofrer intensamente e morrer<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> É claro, poderia ser objetado que fornecer comida a certos animais pode causar mais sofrimento e mortes do que previne se isso indiretamente aumentar as taxas de reprodução e, por conseguinte, as mortes por inanição. Entretanto, essa já é uma objeção de outro tipo, que será discutida no [Capítulo 24](#).

## 12. A acusação de paternalismo

Por vezes a proposta de ajudar os animais selvagens é acusada de ser *paternalista*<sup>26</sup>, isto é, visa *beneficiar* o atingido, mas é contra o que ele *prefere*<sup>27</sup>. Uma ação paternalista ocorre, por exemplo, quando uma criança quer dirigir um automóvel e a impedimos para protegê-la. Daí o nome paternalismo, pois faz referência à ação dos pais sobre os filhos.

Entretanto, dada essa definição de paternalismo, ajudar os animais na natureza não é paternalista. Seria somente se eles preferissem não ser ajudados em situações de inanição, parasitismo, doenças, acidentes, incêndios, enchentes etc. É claro, existem casos em que os animais fogem de tentativas de ajudá-los. Mas isso não mostra que preferem não ser ajudados. É provável que fujam por não entenderem que se está ali para fornecer ajuda.

Além disso, é possível questionar a tese de que o paternalismo é sempre injustificado. Se toda ação paternalista fosse errada, a única forma adequada de educar e cuidar de crianças seria fazer tudo o que elas quisessem. Mas faz sentido acusar de negligente alguém que não impediu uma criança de dirigir um carro, ou não lhe prestou primeiros socorros só porque ela não queria. Se é assim, então há ações paternalistas que são justificadas.

O que justifica o paternalismo nesses casos é que a criança em questão não tem as informações relevantes sobre como a realização do desejo em questão afetará o seu bem-estar como um todo. Entretanto, essa é a condição dos animais não humanos também. Portanto, mesmo que ajudá-los fosse paternalista, seria do tipo justificado.

*A objeção de que a satisfação de desejos por vezes deve pesar mais*

Poderia ser objetado que a satisfação de desejos por vezes deve pesar mais do que o teor de experiências positivas e negativas. Por exemplo, suponhamos que alguém está em estado terminal e dali para frente tudo o que lhe aguarda é sofrimento intenso, mas tem ainda um último desejo por satisfazer, que é muito importante para ela. Embora tal pessoa seja prejudicada sob determinado aspecto se continuar viva (o sofrimento), parece ser prejudicada

---

<sup>26</sup> Tal acusação é feita por Regan (2004 [1983], p. XXXVI-XXXVIII).

<sup>27</sup> Para tal definição de paternalismo, ver Regan (2004 [1983], p. 103-109).

em maior grau se morre sem realizar o último desejo. Parece errado matar tal pessoa para impedir seu sofrimento (pois ela não quer morrer).

Contudo, o que tal exemplo sugere é que “existem ações paternalistas injustificadas”, e não que “todas as ações paternalistas são injustificadas”. Há inúmeros exemplos que sugerem que, por vezes, o paternalismo é justificado. Por exemplo, é justificado no caso de uma criança que tem uma doença letal, mas felizmente muito fácil de tratar, e a criança se recusa a tomar o medicamento. Assim, o que precisamos investigar é se ajudar os animais selvagens na natureza, vítimas de danos naturais, *caso fosse* uma ação paternalista (e, como vimos na primeira resposta, não é), seria paternalismo justificado ou injustificado.

Poderia ser sugerido que, quanto maior o grau de autonomia de alguém, mais injustificado é o paternalismo, dado que a probabilidade de realizar o seu bem é maior se tomar decisões por si próprio (mesmo que determinemos o bem de alguém unicamente a partir do balanço entre experiências positivas e negativas).

Mesmo que isso seja verdade, não poderia ser base para uma objeção à proposta de ajudar os animais na natureza. Primeiro porque, como vimos, tal ação não é paternalista. E, mesmo que fosse, quase a totalidade das vítimas não humanas de danos naturais não possui qualquer tipo de autonomia (dado que são filhotes). Se quanto maior a autonomia, mais injustificado é o paternalismo, então, quanto menor, mais justificado está o paternalismo. Por esse motivo consideramos geralmente o paternalismo mais adequado sobre crianças do que sobre adultos.

Poderia ser objetado que paternalismo sobre crianças estaria justificado porque não seria realmente paternalismo, dado que crianças não são agentes racionais plenos. Contudo, se for assim, então temos de manter o mesmo em relação a animais não humanos, dado que também não são agentes racionais plenos. Isto é, mesmo que houvesse algum animal não humano que preferisse ficar em uma situação na qual teria o seu sofrimento aumentado, muito provavelmente não estaria ele em uma posição epistêmica favorável a enxergar o que é melhor para o seu bem-estar. Portanto, mesmo que ajudá-lo fosse paternalista, seria o tipo de paternalismo justificado.

### **13. A objeção de que o sofrimento tem valor instrumental**

Uma objeção à proposta de ajudar os animais selvagens defende que não deveríamos minimizar o sofrimento porque ele tem valor *instrumental* para o próprio ser que sofre<sup>28</sup>. Por exemplo, a dor nos ajuda a evitar aquilo que nos prejudicaria.

Contudo, o sofrimento tem valor instrumental somente naquelas situações em que o indivíduo é capaz de utilizar a sensação de sofrimento para aumentar o seu bem-estar (por exemplo, evitar prejuízos maiores do que o sofrimento que está a padecer no momento). Esse não é o caso da imensa maioria dos animais que sofre na natureza devido aos processos naturais. Tais animais têm quase somente sofrimento extremo do momento do nascimento até a morte. Em vez de ajudá-los a fomentar o seu bem-estar, esse sofrimento apenas os prejudica. Assim, mesmo que não devêssemos minimizar o sofrimento instrumentalmente útil, haveria ainda razões para eliminar o sofrimento inútil.

Além disso, também há razões para evitarmos sofrimento mesmo quando ele tiver valor instrumental: toda vez que for possível alcançar de outra maneira aquilo de positivo que seria alcançado por meio do sofrimento. É exatamente por isso que preferimos receber anestesia antes de uma cirurgia. Assim sendo, mesmo em situações onde o sofrimento ajudasse os animais a alcançarem algo de positivo, há razões para pesquisar como fazer com que alcancem tal estado positivo sem que, para isso, precisem sofrer.

---

<sup>28</sup> Ver por exemplo Bovenkerk *et al.* (2003, p. 23)

#### 14. A proposta de ajudar os animais vê os humanos como separados da natureza?

Por vezes, a proposta de ajudar os animais selvagens é acusada de enxergar os humanos como algo à parte da natureza. De acordo com essa visão, se os humanos se vissem como parte da natureza, defenderiam deixar a natureza seguir o seu curso, em vez de tentar diminuir o sofrimento e as mortes dos animais que decorrem de processos naturais.

Uma resposta a essa objeção aponta que, na verdade, é a posição contrária a ajudar os animais selvagens que parece enxergar os humanos como separados da natureza, pois considera que, se os humanos influenciam uma situação, ela deixa de ser (ou se torna menos) natural.

Nesse ponto poderia ser objetado que o que é *não natural* é o *produto* das ações humanas, e não os próprios humanos. De acordo com essa concepção, os humanos são parte da natureza, mas um ecossistema que sofreu interferência humana já não é mais natural. Entretanto, se uma concepção considera os humanos como parte da natureza, por que razão o produto das ações humanas não seria também um resultado natural? Isso mostra que tal posição está a usar arbitrariamente dois sentidos para os termos natureza/natural. Quando afirma "humanos fazem parte da natureza", define natureza como o mundo físico. Quando afirma "um ecossistema que sofreu interferência humana já não é mais natural", define natural como aquilo que não é resultado de práticas humanas. Então, é claro que, nessa concepção, os resultados das práticas humanas não serão considerados naturais, pois isso já foi assumido como verdadeiro por definição.

Poderia ser objetado que, mesmo que os humanos e o resultado de suas ações sejam igualmente naturais, é um fato que a proposta de ajudar os animais selvagens contraria *processos naturais* (como fome, sede, doenças etc.). Entretanto, isso só implica que é errado ajudar os animais se for sempre errado contrariar processos naturais. Mas, há boas razões para rejeitarmos essa tese. A principal delas é a seguinte. Os processos naturais não são *alguém*. Portanto, não são prejudicados se forem contrariados (já que não há ninguém ali para ser prejudicado). Por outro lado, as vítimas desses processos, sim, são prejudicadas se deixarmos acontecer os processos naturais que as prejudicam.

Portanto, para que tivéssemos o dever de não contrariar tais processos naturais, teria de ser mostrado que: (1) temos obrigações para com entidades que não são passíveis de ser

prejudicadas e beneficiadas; e que (2) essas obrigações são mais fortes do que as que temos para com os indivíduos capazes de ser prejudicados e beneficiados. Desnecessário dizer que essas duas teses são muito difíceis de ser fundamentadas.

Na verdade ninguém aceita essas teses para si próprio. Alguém que as aceitasse teria de tentar não se proteger de ser contaminado por doenças, não se tratar quando ficasse doente, não usar roupas, não morar em uma casa, não tentar escapar de um desastre natural, não se prevenir de parasitas e assim por diante. A tese de que é errado contrariar processos naturais só é defendida quando as vítimas são animais não humanos. Isso mostra que tal posição é injusta por pelo menos duas razões. A primeira é que seus proponentes não a defendem para si próprios. Isso por si só já é completamente arbitrário. A segunda é que seus proponentes só a defendem quando os animais não humanos são vítimas. Isso mostra que tal posição não passa no [teste da imparcialidade](#), pois seus proponentes não a defenderiam se não soubessem a qual espécie pertencem.

## 15. Se a natureza não é má, o sofrimento natural é neutro?

Uma objeção à proposta de ajudar os animais selvagens afirma que, porque o sofrimento em questão é natural, é *neutro em termos de valor* (isto é, não seria algo negativo, como é o sofrimento causado pelos humanos), e que então, não há razões para preveni-lo<sup>29</sup>.

Por vezes o que dá origem a essa ideia é uma confusão entre o que é relevante *para alguém ser responsabilizado* e o que é relevante *para avaliar se uma situação é negativa*. Por exemplo, por vezes é dito que "a natureza não é boa nem má, *simplesmente é*, portanto não temos razões para prevenir o sofrimento natural". É verdade que o termo "natureza" refere-se a um conjunto de processos ocorrendo, e não a uma pessoa e, por isso, não faz sentido responsabilizar esses processos. Entretanto, o fato de a origem do sofrimento não ser responsabilizável não torna o sofrimento neutro em termos de valor. Isso será explicado em mais detalhes a seguir.

Uma criança pequena não é responsabilizável, mas se ela bate na cabeça de alguém com um porrete, o sofrimento é negativo para a vítima, e isso nos dá razões para ajudar essa vítima e prevenir que isso aconteça novamente. O mesmo acontece com o sofrimento decorrente dos processos naturais. A natureza também não é um agente responsabilizável quando os humanos são as vítimas. Mas isso não torna tais danos neutros, nem faz com que deixemos de ter razões para ajudar essas vítimas ou para prevenir que o sofrimento natural ocorra. Esse tipo de visão aparece quase que exclusivamente quando os animais não humanos são as vítimas, dada a alta predominância de uma visão [especista](#).

O que torna o sofrimento negativo são as suas próprias características. O sofrimento é o tipo de experiência cuja característica central é ser negativo para quem o experimenta (se não for experimentado como negativo, não é sofrimento). Porém, o sofrimento é negativo com total independência de ter tido origem em práticas humanas ou em processos naturais. Portanto, é falso que o sofrimento natural seja neutro em termos de valor. O sofrimento é um evento negativo, independentemente de sua origem.

---

<sup>29</sup> Para uma resposta detalhada a essa objeção, ver Sapontzis (1987, p. 230-1) e Cunha (2022, p. 99-110).

Aquilo que gera razões para evitar sofrimento é o seu teor negativo. Se é assim, então quanto maior a magnitude do sofrimento, mais fortes essas razões. Temos, portanto, razões para prevenir o sofrimento natural (uma vez que ele continua sendo negativo para suas vítimas), e essas razões são tão fortes quanto as que temos para prevenir o sofrimento antropogênico equivalente.

## 16. Se a natureza é indiferente ao sofrimento dos animais, por que ajudá-los?

A natureza é indiferente ao sofrimento e morte dos animais. Os ecossistemas surgem, perduram e desaparecem com total indiferença ao destino dos animais. Há pessoas que acreditam que esse fato mostra que não devemos ajudar os animais que são vítimas dos processos naturais. Por exemplo, o filósofo J. Baird Callicott mantém que a proposta de ajudar os animais deveria ser rejeitada porque envolve não aceitar que sofrimento e morte fazem parte da vida: "é uma visão que nega o modo como as coisas são e sempre foram"<sup>30</sup>.

Mas, será mesmo que os proponentes de ajudar os animais vítimas dos danos naturais não aceitam que sofrimento e morte *fazem* parte da vida? Ora, nenhum desses proponentes nega que na vida haja grandes quantidades de sofrimento e de mortes; que isso é assim desde tempos imemoriais; e que a natureza é indiferente ao sofrimento e às mortes (seja lá de quem for, incluindo de humanos). O que eles mantêm é que esse fato não nos diz nada sobre se devemos ou não minimizar os danos naturais. Se negassem que sofrimento e morte *fazem* parte da vida, não poderiam prescrever minimizar os danos naturais, uma vez que negariam que tais danos existem.

É possível, contudo, que o que a objeção queira dizer é que os proponentes de ajudar os animais não aceitam que sofrimento e morte *devem* fazer parte da vida. Nesse caso, a acusação pode ser verdadeira. Mas não é uma verdade óbvia que sofrimento e morte *devem* fazer parte da vida. Por exemplo, consideramos justificado evitar nosso próprio sofrimento e morte, mesmo sabendo que tais coisas fazem parte da vida, que a natureza é indiferente a isso, e que os ecossistemas surgem, perduram e desaparecem independentemente disso.

A objeção teria de apresentar outro argumento para defender que sofrimento e morte *devem* fazer parte da vida, pois simplesmente afirmar que tais coisas *fazem* parte da vida não fornece essa justificativa, uma vez que o fato de uma coisa acontecer não implica que seja boa, justa, desejável ou sequer que seja aceitável. Ou seja, a objeção comete o erro de assumir que, porque algo *é*, então necessariamente ele *deve ser*. Além disso, se tudo o que acontecesse estivesse justificado, não se poderia objetar a coisa alguma, incluindo intervir na natureza para ajudar os animais. Portanto, além disso, esse argumento é *autorrefutante*.

---

<sup>30</sup> Ver Callicott (1980, p. 333-6)

Poderia ser objetado que a tese "se algo faz parte da vida, não deve ser evitado" só deveria valer para o caso dos danos naturais. Mas, novamente, teria de ser explicado por que o fato de danos naturais acontecerem na vida implica que não devemos preveni-los, e o fato de danos antropogênicos acontecerem na vida não implica a mesma coisa. O que essa objeção faz é simplesmente assumir essa tese sem explicar. Mas, é exatamente isso o que a objeção se propõe a explicar. A objeção diz que não devemos prevenir os danos naturais porque eles acontecem na vida, mas diante da constatação de que danos antropogênicos também acontecem na vida, a objeção diz que nesse caso é diferente, pois os danos em questão não são naturais. Mas, então podemos perguntar novamente "por que não devemos prevenir os danos naturais?", e assim infinitamente. Portanto, a objeção comete a falácia da [petição de princípio](#).

Sendo assim, o fato de o sofrimento natural fazer parte da vida não implica que não devamos preveni-lo.

## 17. Respeitar a natureza dos animais selvagens requer largá-los à própria sorte?

Existe uma posição que defende que cada indivíduo deveria ser tratado de acordo com o que realiza a sua natureza, e que esta é determinada pelo *território* ao qual cada indivíduo pertence<sup>31</sup>. Segundo essa posição a natureza dos membros do território doméstico é realizada com uma vida longa e livre de sofrimento, e a dos membros do território selvagem é realizada se forem largados à própria sorte em um ambiente hostil. Essa visão tem sido utilizada como uma objeção à proposta de ajudar os animais selvagens que estão na natureza e são vítimas de processos naturais.

De acordo com essa visão, o que devemos fazer depende do território ao qual cada indivíduo *pertence* (e não, de onde *se encontra*). Por exemplo, se um humano ou um cão se perdem em uma floresta e estão a morrer de fome, essa visão defende ajudá-los e depois devolvê-los ao território doméstico. Por outro lado, se um animal selvagem estiver tendo uma vida positiva no território doméstico, essa posição defenderá devolvê-lo ao território selvagem, mesmo que isso faça ele ter uma vida repleta de sofrimento e uma morte prematura.

Uma possível crítica a essa visão consiste em apontar que ela escolhe tendenciosamente o que conta como a natureza dos seres de cada território<sup>32</sup>. Por exemplo, poderia ser dito que a nossa natureza vulnerável a doenças é realizada quando não nos medicamos por meio de artifícios criados por nós. Também poderia ser dito que a natureza dos animais selvagens, assim como a dos humanos e a dos animais domesticados, também é senciente, e é realizada quando está livre de sofrimento. Em resumo, a posição em questão é completamente tendenciosa a favor dos membros do território doméstico e contra os membros do território selvagem.

Não parece ser nenhuma coincidência que os proponentes da visão em questão pertencem todos ao território doméstico: essa visão jamais seria aceita se não soubéssemos a que território pertencemos. Se é assim, então ela não passa no [teste da imparcialidade](#), sendo, portanto, injusta.

Há uma razão adicional para rejeitarmos essa visão. Quando ouvimos falar em "realizar a natureza de cada ser", nossa tendência é pensar em algo que beneficia os seres em questão.

---

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, Everett (2001, p. 65).

<sup>32</sup> Para uma crítica detalhada ao critério do território, ver Cunha (2022, p. 110-124).

Mas, como vimos, o que a visão que estamos a discutir defende é realizar a natureza dos animais selvagens largando-os à própria sorte, mesmo que isso resulte em eles sofrerem enormemente e morrerem. Assim, outra crítica possível a essa visão consiste em apontar que ela é baseada na ideia de que a ação correta deve ser determinada com total independência do que prejudica ou beneficia os afetados por nossas decisões. Então, se o modo como afetamos positiva ou negativamente os atingidos por nossas decisões é o que importa, devemos rejeitar a ideia de que o certo é realizar a natureza de cada ser se isso for prejudicá-los.

Em resumo, temos de perguntar o seguinte: por que devemos respeitar a natureza de alguém? Se a resposta for "porque fazê-lo o beneficiaria", então é falso que respeitar a natureza dos animais selvagens requer largá-los à própria sorte, pois isso provavelmente os prejudicaria. Por outro lado, se a resposta for "porque sim, mesmo quando isso os prejudicaria", então não se está a dar nenhuma razão para explicar por que respeitar a natureza de alguém seria mais importante do que evitar prejudicá-lo.

## 18. Não é absurdo intervir em conflitos entre animais?

Na natureza os animais rotineiramente se envolvem em [conflitos com animais de outras espécies](#)<sup>33</sup> (como nos casos de predação e de parasitismo) e [com animais da mesma espécie](#)<sup>34</sup> (como em disputas por alimentos, território e também em [conflitos sexuais](#)<sup>35</sup>). Por vezes, é afirmado que a proposta de ajudar os animais selvagens é absurda por implicar intervir em tais conflitos<sup>36</sup>. No presente capítulo discutiremos a questão geral dos conflitos entre animais. A questão do parasitismo será discutida em mais detalhes no [Capítulo 30](#), e a questão da predação no [Capítulo 31](#).

Existem duas variações dessa objeção. A primeira diz que intervir nesses conflitos é errado porque poderia resultar em algo ainda pior do que não fazer nada. Por exemplo, é comumente apontado que, se evitarmos casos de predação, as presas poderiam se reproduzir ainda mais, e o resultado ser ainda mais sofrimento e mais mortes do que se não fosse feito nada (por exemplo, por meio de um aumento da quantidade de mortes por inanição devido ao aumento na quantidade de nascimentos).

Um problema com essa primeira variação é que aquilo que é defendido pela proposta de ajudar é pesquisar maneiras de fazer com que o resultado ao longo do tempo seja melhor do que se não fosse feito nada. Portanto, tal proposta não diria para intervir em casos onde fazê-lo teria resultados ainda piores do que não fazer nada. Também não diria para não planejar as intervenções. Certamente que intervenções mal planejadas poderiam ter resultados ainda piores do que não fazer nada. Mas isso não mostra que intervenções bem planejadas teriam resultados piores do que não fazer nada. Por exemplo, intervenções que direta ou indiretamente reduzissem a produtividade primária (isto é, os vegetais que são a base da cadeia alimentar) tenderiam a reduzir a quantidade total de nascimentos<sup>37</sup> e, portanto, escapariam à objeção de que a intervenção teria risco de aumentar a quantidade de nascimentos<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> Ver *Ética Animal* (2016).

<sup>34</sup> Ver *Ética Animal* (2020b).

<sup>35</sup> Ver *Ética Animal* (2020a).

<sup>36</sup> Para uma análise detalhada dessa objeção, ver Sapontzis (1984) e Cunha (2022, p. 156-172).

<sup>37</sup> Sobre isso, ver Tomasik (2013b, 2016c).

<sup>38</sup> A questão da redução da produtividade primária será discutida em mais detalhes no item 31.18.

Já a segunda variação da objeção defende que, mesmo que não fazer nada resulte em mais sofrimento e mortes ao longo do tempo, o correto é não intervir. Por exemplo, por vezes é dito que o fato de os predadores e parasitas terem necessidade de atacar outros organismos para sobreviver torna errado intervir.

Rejeitaremos essa variação se rejeitarmos que uma ação possa ser correta e ter resultados ainda piores do que outras opções disponíveis. Além disso, poderia ser apontado que essa variação é especista, pois quando as vítimas são humanas, os predadores e parasitas também têm necessidade de atacar para sobreviver, mas não é dito que isso torna errado socorrer as vítimas.

Intervenções em larga escala na predação são amplamente praticadas há muitas décadas<sup>39</sup>. Essas intervenções têm como objetivo proteger humanos ou animais domesticados que os humanos pretendem explorar. Em outras vezes visam realizar metas ambientalistas, como preservar espécies raras de animais ou plantas. Isso sugere que comumente são adotados dois pesos e duas medidas: se a intervenção tem uma meta antropocêntrica ou ambientalista, é aceita sem ter que provar que terá melhores resultados; se a intervenção é centrada na preocupação com o bem dos animais, é rejeitada mesmo que tenha melhores resultados. Isso é resultado da predominância do [especismo](#).

Por vezes é defendido que os conflitos entre os animais não geram um problema ético porque os próprios animais não são responsabilizáveis<sup>40</sup>. Mas, já vimos no [Capítulo 2](#) os problemas com esse tipo de visão: assim como acontece quando os humanos são vítimas de processos naturais, temos razões para tentar ajudar as vítimas porque o sofrimento é negativo, e é negativo independentemente de ter se originado ou não de um agente responsabilizável<sup>41</sup>.

Em outras vezes é defendido que intervir seria tomar partido e que, portanto, violaria a [imparcialidade](#). Entretanto, esse argumento confunde *neutralidade* com *imparcialidade*. O que a imparcialidade exige é não favorecer ou desfavorecer *tendenciosamente*. Por exemplo, a imparcialidade implica que níveis de prejuízos e benefícios de magnitude similar em indivíduos distintos recebam o mesmo peso. Isso não implica que, se fizermos isso,

---

<sup>39</sup> Ver Dyckn, Hendrichs e Robinson (2005); Parker e Mehta (2007) e Alphey *et. al.* (2010).

<sup>40</sup> Ver, por exemplo, Taylor (1986, p. 178).

<sup>41</sup> Para análises da questão da predação enquanto problema ético, ver Bonnardel (1996); Cowen (2003); Fink (2005); McMahan (2010a, 2010b, 2015); Pearce (2009); Sapontzis (1984, 1987) e Torres Aldave (2015).

concluiremos que não devemos intervir na situação. Por exemplo, se alguém levou em conta todos os animais afetados, sejam predadores ou presas, e deu igual peso ao bem de cada um, e concluiu que o correto é intervir porque desse modo haverá menos sofrimento e mortes prematuras ao longo do tempo, não está a ser tendencioso. Pelo contrário: está a fazer exatamente o que faria se não soubesse quem são os afetados (portanto, cumprindo a exigência de imparcialidade). Por outro lado, defender que é correto intervir apenas se as vítimas forem humanas é especista e, portanto, viola a imparcialidade.

Isso tudo não significa necessariamente que, dado o estágio atual do conhecimento, intervir em tais conflitos seria o melhor a se fazer para prevenir os danos que os animais padecem na natureza (embora possa significar que, à medida que houver mais conhecimento sobre essa questão, talvez prevenir a existência de tais conflitos venha a ser uma forma promissora de reduzir os danos naturais). Entretanto, mostra que intervir em tais conflitos não é errado *em si*.

## 19. Quais áreas devem responder o que fazer em relação aos animais selvagens?

Os proponentes de ajudar os animais que vivem na natureza por vezes são acusados de pensarem que uma questão é da área da ética, quando na verdade seria da área da ecologia: "estão fazendo julgamentos de valor onde tais julgamentos não cabem: precisam de noções básicas de ecologia". Fará sentido essa crítica? É o que discutiremos neste capítulo.

*Descrever* o que acontece nos ecossistemas naturais é uma tarefa para a ecologia. Entretanto, os proponentes de ajudar os animais selvagens reconhecem isso, e se baseiam justamente nesses conhecimentos para terem uma ideia da quantidade de sofrimento e de mortes que existe na natureza e de como se dão as interações nos ecossistemas para, em seguida, com base em princípios éticos, *prescreverem* o que deve ser feito com relação a isso. Assim, não faz sentido sugerir aos proponentes de ajudar os animais na natureza estudarem ecologia, pois é exatamente isso que também estão a fazer. A proposta da criação do campo da [biologia do bem-estar](#)<sup>42</sup> (que veremos em mais detalhes no [Capítulo 27](#)) é um bom exemplo disso.

*Descrever* o que acontece nos ecossistemas naturais é uma tarefa para a ecologia. Entretanto, investigar quais coisas possuem valor em si e quais possuem valor apenas enquanto recurso é uma questão para a *teoria do valor*. Fundamentar quais metas deveríamos buscar é uma questão para a área da *ética*. São essas duas áreas que nos proporcionarão as ferramentas para refletirmos sobre se o que deveríamos buscar garantir é o bem dos seres sencientes ou se entidades não sencientes, como espécies e ecossistemas, possuem valor em si e, caso tenham, como pesar isso em relação ao bem dos seres sencientes<sup>43</sup>. Esse é um debate sobre o que tem valor e sobre o que deveríamos fazer. Nenhuma ciência descritiva tem a resposta para essas questões. Portanto, quem comete o erro de tratar uma questão de uma área como se fosse de outra é quem pensa que áreas descritivas fundamentam o que devemos valorizar e como devemos agir.

Além disso, não são apenas os proponentes de ajudar os animais na natureza que estão a fazer juízos morais em relação ao que acontece nos ecossistemas. Dizer "não devemos ajudar os

---

<sup>42</sup> Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019b), Faria e Horta (2020) e Soryl *et al.* (2021).

<sup>43</sup> Este foi o tema de todo o [sexto volume desta coleção](#).

animais que vivem na natureza" é também um julgamento moral<sup>44</sup>. O mesmo acontece quando alguém defende que nossas metas deveriam ser garantir a biodiversidade e o equilíbrio ecológico, e não, diminuir o sofrimento dos seres sencientes. Uma razão pela qual tal posição normalmente não é percebida como envolvendo julgamentos morais é o fato de por vezes ela ser defendida por cientistas. O discurso dos cientistas é recebido pelo público como uma descrição objetiva dos fatos e moralmente neutra. Entretanto, como vimos, muitas vezes contém premissas normativas e valorativas ocultas.

Algumas vezes um juízo moral é intencionalmente disfarçado como descrição, para parecer neutro, pois isso aumenta as chances de ser aceito. Desse modo, os ouvintes incorporam sem perceber todo um conjunto de valores e regras, pensando que estão simplesmente a ouvir descrições, e reproduzem esse ciclo quando falam sobre o tema. Isso é algo que acontece, por vezes, por parte dos próprios profissionais e estudantes de áreas científicas. Uma razão pela qual isso acontece é que frequentemente não há disciplinas sobre ética em cursos de áreas científicas, e então os estudantes não distinguem claramente os domínios *descritivo*, *valorativo* e *normativo*. Além disso, em vários desses cursos geralmente os valores ambientalistas ou antropocêntricos são transmitidos aos estudantes de maneira não explícita, e portanto, não é feita nenhuma discussão sobre se são plausíveis ou não.

A presença dos valores ambientalistas entre os profissionais das ciências da vida pode dar a entender que quem defende que o bem de cada ser senciente importa em si carece do conhecimento científico apropriado. Mas isso é uma ilusão, que se deve, em parte, [à confusão entre os termos “ecologia” e “ambientalismo”](#). O [ambientalismo](#) é a ideia de que determinadas entidades não sencientes (como espécies ou ecossistemas) devem receber consideração moral *direta* (isto é, que importam *por si*, e não enquanto meio para garantir o bem dos seres sencientes), e que elas importam mais do que o bem dos seres sencientes. Já a ecologia é a ciência que *descreve* como acontecem as interações nos ecossistemas. Os defensores dos animais defendem uma concepção ética completamente diferente daquela defendida pelo ambientalismo. Entretanto, não rejeitam o conhecimento em ecologia (aliás, dependem de tal conhecimento para conseguir ajudar os animais selvagens de modo seguro).

---

<sup>44</sup> Um julgamento moral ocorre toda vez que alguém afirma que ação (seja um ato ou uma omissão) deveria ser requerida, proibida ou permitida..

A ciência descreve o mundo físico. Precisamos dessas descrições para tentar alcançar as metas que buscamos. Entretanto, como a ciência apenas descreve, ela não diz quais metas buscar nem quais coisas valorizar. As áreas que podem nos dizer algo sobre isso são [a teoria do valor e a ética](#). Assim sendo, a ecologia jamais prescreveria que devemos valorizar espécies, ecossistemas, a biodiversidade ou qualquer outra coisa, simplesmente porque ela apenas descreve como se dão as interações nos ecossistemas – ela não é sobre quais coisas valorizar nem sobre quais metas buscar: ela não prescreve nada. As pessoas que afirmam que são contrárias a ajudar os animais selvagens e afirmam que com isso estão "apenas aplicando o que a ecologia manda" estão na verdade escondendo que estão a defender uma posição moral chamada ambientalismo, e disfarçando essa posição moral de descrição neutra.

Dada a predominância do especismo, o conhecimento proveniente de áreas como a ecologia tem sido geralmente empregues com vistas a realizar metas antropocêntricas ou ambientalistas. Entretanto, uma perspectiva centrada na preocupação com os seres sencientes não impede nem diminui, de modo algum, o conhecimento nessas áreas. A única diferença seria que tais conhecimentos seriam utilizados para beneficiar os animais, e não para prejudicá-los. Além disso, a preocupação com os animais poderia até mesmo ampliar bastante tais conhecimentos, pois o interesse em [saber como eles são afetados enquanto indivíduos que possuem um bem-estar](#) (e não enquanto componentes de ecossistemas e exemplares de espécies) é algo ainda amplamente negligenciado. Voltaremos a esse tema no [Capítulo 27](#).

## 20. Ambientalistas devem se opor à ajuda aos animais selvagens?

### 20.1. Introdução

O respeito pelos animais e o ambientalismo [possuem fundamentos e metas muito divergentes entre si](#)<sup>45</sup>. Os ambientalistas valorizam *em si* entidades não sencientes, como espécies e ecossistemas. Enquanto isso, o respeito pelos animais é fundado na consideração por [indivíduos sencientes](#), capazes de sofrer e desfrutar<sup>46</sup>. Por conta dessa divergência, poder-se-ia pensar que, uma vez que alguém aceita as metas ambientalistas, precisa discordar da proposta de ajudar os animais que vivem na natureza, uma vez que a mesma é centrada na preocupação com o bem dos indivíduos.

Essa visão é equivocada por três razões:

- (1) Há algumas formas de ajudar os animais selvagens que ajudariam a alcançar também metas ambientalistas.
- (2) Há muitas formas de ajudar os animais na natureza que, apesar de não ajudarem a alcançar metas ambientalistas, não conflitariam com metas ambientalistas.
- (3) Mesmo em relação às formas de ajudar que conflitariam com metas ambientalistas, há razões para se defender uma prioridade de prevenir sofrimento e mortes de seres sencientes frente a essas metas (e isso vale mesmo que devêssemos aceitar as metas ambientalistas).

A seguir veremos em detalhes cada um desses pontos.

### 20.2. Formas de ajudar os animais que também realizariam metas ambientalistas

Existem programas de ajuda a animais selvagens que poderiam ajudar a realizar, tanto a meta de diminuição do sofrimento e mortes dos animais, quanto as metas ambientalistas. Um exemplo é a vacinação de abelhas<sup>47</sup>. De um ponto de vista ambientalista, vaciná-las é bom

---

<sup>45</sup> Para uma revisão bibliográfica detalhada dessa divergência, ver Dorado (2015).

<sup>46</sup> Para os fundamentos da consideração pelos seres sencientes, ver Cunha (2021).

<sup>47</sup> Sobre vacinação de abelhas, ver Raukko (2018).

porque reduz o risco de extinção de espécies de abelhas. Já defensores dos animais têm razões para aprovar esses programas porque a vacinação é positiva para as próprias abelhas, impedindo que fiquem doentes e morram.

Outro exemplo é a proteção de grandes herbívoros. Ambientalistas têm razões para protegê-los porque há várias espécies deles em risco de extinção. Já defensores dos animais têm duas fortes razões para apoiar esse tipo de programa. A primeira é que diminuem o sofrimento e as mortes dos próprios grandes herbívoros, que são então vacinados, medicados, recebem água, comida, abrigo etc.<sup>48</sup> A segunda, e mais importante, é que esses animais consomem uma grande quantidade de vegetação que, se estivesse disponível, contribuiria para haver uma maior quantidade de reproduções naquelas espécies de animais cuja vasta maioria nasce apenas para sofrer e morrer prematuramente<sup>49</sup>. Em resumo, proteger grandes herbívoros pode diminuir muito o total de animais que nasceria apenas para sofrer e morrer prematuramente.

É claro, essa é uma medida que deve ser investigada em profundidade, pois em cada população de grandes herbívoros poderia haver algum outro fator que fizesse com que sua presença incrementasse o sofrimento dos outros animais de alguma outra maneira. Entretanto, o objetivo aqui é apenas mostrar alguns exemplos de ajuda a animais selvagens que tanto defensores dos animais quanto ambientalistas poderiam apoiar, ainda que por razões distintas.

### **20.3. Formas de ajudar os animais que não conflitam com metas ambientalistas**

A proposta de ajudar os animais selvagens e as metas ambientalistas não conflitariam talvez na vasta maioria dos casos. Por exemplo, as diferentes posições ambientalistas quanto a quais entidades são moralmente consideráveis (*ecocentrismo*, *biocentrismo* e *naturocentrismo*) não têm nenhuma razão para se opor à grande maioria dos programas para ajudar os animais selvagens<sup>50</sup>. A seguir veremos isso em mais detalhes.

O *ecocentrismo*<sup>51</sup> valoriza determinados ecossistemas (por serem muito complexos, muito raros, terem se formado há muito tempo etc.). A maioria dos programas para ajudar os

---

<sup>48</sup> Sobre programas de proteção a elefantes, ver Pearce (2015)

<sup>49</sup> Sobre a relação entre a presença de elefantes e uma redução significativa da biomassa disponível, ver Cumming *et al.* (1997) e Guldemon; VanAarde (2008).

<sup>50</sup> Uma análise detalhada sobre esse ponto pode ser encontrada em Horta (2018).

<sup>51</sup> Para exemplos, ver Leopold (1949) e Callicott (1989).

animais que se encontram na natureza não extingiria esses ecossistemas nem alteraria as suas propriedades que são valorizadas pelos ecocentristas: apenas faria com que houvesse menos sofrimento e mortes prematuras para seus habitantes.

Já o *biocentrismo*<sup>52</sup> valoriza o que chama de "bem próprio" de cada organismo vivo, senciente ou não. Isto é, o que o biocentrismo almeja não é maximizar a quantidade de seres vivos, mas que cada ser vivo existente consiga realizar o seu bem próprio. O biocentrismo tem de aceitar ainda mais intervenções do que têm de aceitar os proponentes de uma ética centrada na sciência, pois precisa buscar garantir o bem dos seres sencientes e, adicionalmente, proteger também os organismos não sencientes.

Por fim, o *naturocentrismo*<sup>53</sup> valoriza apenas os ecossistemas que ainda não foram (ou foram muito pouco) alterados por atividades humanas. Dadas as mudanças climáticas decorrentes de práticas humanas, com exceção de talvez alguns ecossistemas nas profundezas do oceano, todos os ecossistemas foram já bastante alterados por práticas humanas. Portanto, o naturocentrismo teria que aceitar ajudar os animais em todos esses ecossistemas.

É claro, o que foi dito acima não significa que toda e qualquer posição ambientalista jamais conflitaria com a proposta de ajudar os animais selvagens. Por exemplo, poderia haver uma variação do naturocentrismo conforme à qual os ecossistemas que já foram transformados por ação humana continuariam tendo valor, mas teriam menos valor quanto mais interferência humana já tivesse acontecido. Segundo tal posição, deveríamos buscar preservar o valor que resta, proibindo novas intervenções, ou até mesmo restaurar o ecossistema ao estado anterior à primeira intervenção humana. Essa variação se oporia, portanto, aos programas para ajudar os animais selvagens.

Entretanto, o fato de a proposta de ajudar os animais selvagens conflitar com metas ambientalistas em certos casos não significa que devemos rejeitar ajudar os animais nesses casos, pois pode haver razões para priorizar o bem dos seres sencientes frente às metas ambientalistas. Isso será explicado em mais detalhes no próximo item.

---

<sup>52</sup> Para exemplos, ver Goodpaster (1978) e Taylor (1986).

<sup>53</sup> Para exemplos, ver Elliot (1982) e Katz (1992).

#### 20.4. Razões para priorizar os seres sencientes frente às metas ambientalistas

Por vezes tenta-se argumentar contra a proposta de ajudar os animais selvagens alegando-se que entidades não sencientes como espécies e ecossistemas possuem valor *em si* (e não enquanto meio para garantir o bem dos seres sencientes). A ideia de que há valor para além da *senciência* é, no mínimo, controversa. Entretanto, suponhamos para efeito de argumentação que devêssemos acatar as metas ambientalistas. Isso não implicaria que, então, devemos rejeitar a proposta de ajudar os animais selvagens. Isso porque, mesmo que fosse demonstrado que as entidades valorizadas no ambientalismo têm valor em si, isso não mostraria que elas são mais importantes do que o bem dos seres sencientes, e muito menos que são a única coisa que importa. A seguir veremos esses pontos em mais detalhes.

Se [o que é relevante para alguém ser moralmente considerável](#) é ser capaz de ser prejudicado ou beneficiado, então devemos dar consideração moral a todos os seres sencientes, pois a [senciência](#) é o que faz com que alguém seja passível de ser prejudicado ou beneficiado, como vimos no [Capítulo 4](#). Por essa razão, a visão ambientalista de que entidades não sencientes são moralmente consideráveis já é difícil de ser fundamentada, e mais ainda a ideia de que os seres sencientes não são moralmente consideráveis, ou de que essas entidades são mais importantes do que o bem dos seres sencientes.

Por exemplo, mesmo que acatássemos as metas ambientalistas ainda haveria razões para, em casos de conflito, priorizar os seres sencientes. Uma dessas razões é que, diferentemente das entidades valorizadas no ambientalismo, os seres sencientes são *literalmente* passíveis de ser prejudicados e beneficiados, seja com experiências negativas ([todas as formas de sofrimento](#)), seja com o impedimento de experiências positivas ([como acontece quando morrem](#)). Essas formas de prejuízo são particularmente graves (basta ver o quanto nos empenhamos em evitá-las em nós mesmos), e nenhuma entidade não senciente é capaz de padecer de tais prejuízos.

Quando o que está em jogo é o bem dos humanos, isso já é amplamente aceito, inclusive pelos próprios ambientalistas. Geralmente defendem que as metas ambientalistas são mais importantes do que *certos* interesses humanos (como interesses econômicos e recreativos), mas, não afirmam que devemos largar os humanos para sofrer e morrer por conta de processos naturais. Mas, se o [especismo](#) é injustificável, então também não há justificativa para defender que não devemos ajudar os animais que são vítimas de processos naturais.

## 21. Somos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas?

### 21.1. Responsabilidade moral e origem do dano

Algumas pessoas se posicionam contrariamente à proposta de ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais alegando que somos moralmente responsáveis apenas por danos que decorrem de práticas humanas<sup>54</sup>. De acordo com essa visão, se a humanidade decidir não destinar recurso algum para pesquisar maneiras de reduzir o sofrimento dos animais selvagens que decorre de processos naturais, nada de errado é feito. A seguir, veremos algumas críticas a essa posição<sup>55</sup>.

Uma primeira crítica aponta que, mesmo que não existisse a obrigação de ajudar esses animais, isso não mostra que seria errado fazê-lo (fazê-lo ainda poderia ser permissível ou mesmo louvável). Por exemplo, mesmo quem nega que haja essa obrigação ainda poderia afirmar que é algo bom que seja feito, pois poderia reduzir quantidades enormes de sofrimento e de mortes prematuras. Portanto, negar a obrigação de ajudar não implica que os animais selvagens não devam ser ajudados, pois *negar uma obrigação* é muito diferente de *fundamentar uma proibição*.

Uma segunda crítica é que, mesmo que fôssemos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas, há muitas práticas humanas que criam as condições nas quais os processos naturais prejudicam os animais<sup>56</sup>. Portanto, mesmo segundo o critério que a objeção adota, haveria *obrigação* de ajudar os animais em todos esses casos e de prevenir que tais casos cheguem a ocorrer (e a quantidade desses casos não é pequena, como veremos no [Capítulo 37](#)).

Por fim, a terceira crítica questiona: "por que seríamos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas?". Por exemplo, outra possibilidade é sermos moralmente responsáveis toda vez que temos um papel decisivo em influenciar o desenrolar dos acontecimentos. A seguir veremos um exemplo para ilustrar essa tese.

---

<sup>54</sup> Ver, por exemplo, Bovenkerk *et al.* (2003, p. 24-5).

<sup>55</sup> Para críticas mais detalhadas, ver Cunha (2021, p. 121-125, 179-183; 2022, p. 191-227).

<sup>56</sup> Sobre isso, ver Cunha (2022, p. 236-243).

Imagine que ocorrem duas situações simultâneas que resultam em vítimas humanas. Na primeira, em decorrência de práticas humanas, ocorre um incêndio. Na segunda, em decorrência de um fenômeno natural que não tem qualquer relação com práticas humanas, ocorre um incêndio. Imagine que o governo dispõe de recursos para socorrer as vítimas de ambos os casos (e que usar esses recursos para salvá-las não comprometerá nada de importância maior). Suponha, entretanto, que seja negada ajuda às vítimas do segundo caso, e que seja alegado que não há nada de errado com isso, pois os danos em questão não foram causados por práticas humanas. Se discordamos dessa decisão, então, rejeitamos a tese de que somos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas.

Além disso, a ideia de que a origem do dano não deveria determinar nossas responsabilidades morais pode ser fundamentada a partir do [princípio da imparcialidade](#). Por exemplo, se soubéssemos que necessariamente seríamos vítimas de um dos dois incêndios acima, mas sem saber de qual dos dois, iríamos querer que as pessoas que tivessem condições de ajudar não se limitassem a reconhecer responsabilidade apenas por danos causados por práticas humanas.

Temos, portanto, boas razões iniciais para rejeitarmos a tese de que somos moralmente responsáveis apenas por práticas humanas. Entretanto, a seguir discutiremos algumas tentativas adicionais de defender essa tese.

## **21.2. "Mas, nós não causamos esses danos"**

De acordo com certa visão, para sermos moralmente responsáveis por uma situação, temos de ter sido a *causa* dessa situação<sup>57</sup>. Segundo essa visão, é errado consumir os animais (pois isso causa suas mortes) mas não há nada de errado se a humanidade decidir não destinar recurso algum para ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais (como fome, sede, doenças etc.), pois nesse caso os humanos não causaram a situação que os prejudica (ela já existia muito antes do surgimento da humanidade). Entretanto, o contraexemplo a seguir desafia a ideia de que, para sermos moralmente responsáveis por uma decisão, é necessário que a tenhamos causado a situação<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup>Para uma discussão sobre esse argumento, ver Rachels (1987, p. 114-5).

<sup>58</sup> Para uma discussão sobre esse tópico, ver Rachels (1987, p. 106-150; 1997, p. 63-79; 2001), Singer (2002[1979], p. 211-223, 233-240) e Woollard e Howard-Snyder (2021).

Imagine que uma árvore está a despencar naturalmente e atingirá mortalmente Maria. Felizmente, Ana está presenciando a cena e tudo o que precisa fazer para salvar a vida de Maria é avisá-la de que a árvore está prestes a cair, para que ela possa desviar a tempo. Imagine, entretanto, que Ana decide não avisá-la, e em decorrência disso, Maria morre. Em sua defesa, Ana diz que não foi moralmente responsável pela morte de Maria, pois não foi ela quem causou a queda da árvore: "Foi a árvore quem causou a morte dela, não eu!", ela afirma. Se pensamos que Ana fez algo de errado ao não avisar a vítima, então não aceitamos que, para sermos moralmente responsáveis por uma situação, precisamos ter causado essa situação.

No caso em questão, Ana não causou o processo que terminou na morte, mas sua decisão foi crucial para que a morte ocorresse. Mas, o mesmo acontece no caso dos animais na natureza que são vítimas de processos naturais. Nos casos em que é possível ajudá-los, a decisão sobre ajudar ou não ajudar é crucial para determinar se eles vão morrer ou não em decorrência dos processos naturais, mesmo que os humanos não tenham causado a situação que os prejudica. Se é assim, então parece que a humanidade faz algo de errado se não destina recursos para pesquisar como ajudar os animais que vivem na natureza.

### **21.3. "Mas, esses danos existiriam mesmo que não existíssemos"**

Por vezes é defendido não há nenhuma obrigação de a humanidade destinar recursos para ajudar os animais que são vítimas de processos naturais porque tais danos existiriam mesmo que nós nunca tivéssemos existido.

Entretanto, o que parece ser relevante para saber se somos moralmente responsáveis por uma escolha não é o que ocorreria se não existíssemos, mas, uma vez que existimos, o que ocorrerá de acordo com o que decidirmos<sup>59</sup>. Se um resultado está em nossas mãos, isso parece nos tornar responsáveis por ele.

Por exemplo, imaginemos que em um hospital um médico afirme que não tem obrigação de atender vítimas de doenças causadas naturalmente, pois estas existiriam mesmo que a humanidade não existisse. Se pensamos que o médico está a agir mal, então não aceitamos a ideia de que não somos moralmente responsáveis por danos naturais.

---

<sup>59</sup> Sobre isso, ver Singer (2004[1979], p. 236).

#### **21.4. "Mas, não temos a intenção de produzir esses danos"**

Em outras vezes é defendido que a humanidade não tem nenhuma obrigação de destinar recursos para ajudar os animais vítimas dos processos naturais porque, nesse caso, diferentemente do caso da exploração animal, não temos a *intenção* de produzir o dano (podemos simplesmente ter a intenção de fazer qualquer outra coisa e não se preocupar com isso) <sup>60</sup>.

A principal crítica a essa visão é que ela desconsidera totalmente o impacto de nossas decisões sobre os que serão afetados por elas para determinar se temos ou não uma obrigação. Por exemplo, os motoristas que dirigem acima do limite de velocidade têm a intenção apenas de chegar mais rápido, e não, de atropelar. Entretanto, isso não faz com que deixem de ter a obrigação de não atropelar<sup>61</sup>.

Considere outro exemplo. Alguém que vê uma criança se afogar em uma banheira e não a socorre pode não ter a intenção de matá-la (pode simplesmente ter a intenção de fazer outra coisa e não se preocupar com isso), mas parece que faz algo muitíssimo errado ao não socorrê-la<sup>62</sup>. Se é assim, então não é necessário que tenhamos a intenção de produzir um dano para que tenhamos a obrigação de evitá-lo.

Assim, o fato de não termos a intenção de produzir a situação extremamente negativa na qual se encontram os animais na natureza não mostra que a humanidade não faz nada de errado se decide não destinar recursos para ajudá-los.

#### **21.5. "Mas, não temos uma relação de proximidade com esses animais"**

Por vezes é defendido que a humanidade não tem nenhuma obrigação de destinar recursos para ajudar os animais que vivem na natureza porque não temos uma relação de proximidade com eles.

---

<sup>60</sup> O requerimento da intenção é discutido em Singer (2004[1979], p. 219-21; 236-8).

<sup>61</sup> Esse exemplo pode ser encontrado em Singer (2004[1979], p. 238).

<sup>62</sup> Esse exemplo pode ser encontrado em Rachels (1997, p. 65-66, 76-78).

Um primeiro ponto importante a se reparar quanto a essa visão, é que ela não poderia formar uma diferença relevante em relação aos animais que são vítimas de práticas humanas. Por exemplo, também não temos uma relação de proximidade com [os animais que são mortos nos abatedouros](#), mas isso não parece fazer com que deixemos de ter obrigação de não prejudicá-los, pois nossa decisão à distância afeta-os diretamente.

Entretanto, o mesmo acontece em relação aos animais que estão na natureza. Em muitos casos, [já é possível](#) ajudá-los<sup>63</sup>. Em outros, é sempre possível para a humanidade investir recursos em [pesquisar sobre](#) como ajudá-los<sup>64</sup>. A decisão por fazê-lo ou deixar isso de lado determina diretamente à distância o destino deles.

#### **21.6. Não é opcional escolher a quem ajudar?**

Há pessoas que reconhecem um dever de ajudar quem necessita, mas defendem que, como é impossível ajudar a todos os que precisam, é moralmente opcional escolher a quem ajudar e, portanto, a humanidade não tem nenhuma obrigação de destinar recursos para ajudar os animais que estão na natureza.

Um problema com essa visão é que também é impossível evitar de prejudicar a todos, mas disso não se segue que é moralmente opcional escolher quem evitar prejudicar: devemos priorizar evitar o prejuízo maior.

Analogamente, o fato de que é impossível ajudar a todos deveria nos levar a concluir que devemos priorizar os problemas mais graves (e, sobretudo, aqueles problemas mais graves com os quais quase ninguém se preocupa), e não, que tanto faz escolher quem ajudar. Como a situação dos animais na natureza é muito grave, e pouquíssimas pessoas estão se preocupando com isso, há fortes razões para a humanidade investir recursos em pesquisar formas de ajudá-los.

#### **21.7. A proposta de ajudar os animais selvagens é exigente demais?**

---

<sup>63</sup> Ver *Ética Animal* (2016b); *Animal Ethics* (2021, p. 60-85) e Cunha (2022, p. 280-4).

<sup>64</sup> Ver *Ética Animal* (2019b); Faria e Horta (2020) e *Animal Ethics* (2021, p. 136-182).

Por vezes é alegado que a proposta de ajudar os animais selvagens é exigente demais<sup>65</sup> e que, por isso, ninguém faz nada de errado se não dá atenção ao que ela propõe.

Uma primeira crítica possível a essa objeção é dizer que, dada a quantidade gigantesca de sofrimento no mundo, se uma proposta exige bastante que as pessoas se empenhem em diminuir esse sofrimento, isso é uma virtude dessa proposta, não um defeito. Mesmo se o fato de as pessoas terem de se empenhar muito em ajudar fosse um dano, seria ainda um dano muitíssimo menor do que aquele que as vítimas teriam caso não fosse feita essa exigência.

Já a segunda crítica observa que a proposta de ajudar os animais selvagens não é exigente como pode parecer à primeira vista. Isso porque o trabalho de pesquisa sobre como ajudar os animais na natureza e os programas práticos para ajudá-los seriam conduzidos por profissionais das áreas relacionadas, e não pelas pessoas comuns. Os profissionais dessas áreas, por sua vez, continuariam a fazer o seu trabalho normalmente, com a diferença que dessa vez a meta não seria antropocêntrica ou ambientalista, mas, centrada na preocupação com os próprios animais. As outras pessoas, por sua vez, poderiam reivindicar que [os programas que hoje prejudicam os animais selvagens](#) sejam substituídos por programas que os ajudem, e também divulgar a importância dessa questão, o que não é uma grande exigência. Além disso, como veremos no [Capítulo 37](#), é possível diminuir o sofrimento dos animais selvagens em larga escala apenas evitando certas práticas, e não é difícil tais práticas.

### **21.8. Se temos uma preocupação genuína com as vítimas, o que concluiremos?**

Vimos que vários são os motivos alegados para defender que a humanidade não tem nenhuma obrigação de destinar recursos para ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais: "não somos a causa desses danos"; "esses danos existiriam mesmo que a humanidade nunca tivesse existido"; "não temos a intenção de causar esses danos"; "não temos uma relação de proximidade com esses animais" etc.

Há uma crítica geral que pode ser feita a todas essas visões: todas elas focam em aspectos relacionados aos indivíduos que tomarão a decisão, deixando em segundo plano a preocupação com aqueles indivíduos que poderíamos prejudicar ou beneficiar. Se nos

---

<sup>65</sup> Ver, por exemplo, Hills (2010).

preocuparmos verdadeiramente com os animais afetados por nossas decisões, há duas implicações importantes:

A primeira, é que não limitaremos nossa preocupação a danos decorrentes de práticas humanas, pois os animais são também prejudicados (em alto grau, como vimos no [Capítulo 3](#)) pelos processos naturais.

A segunda é que rejeitaremos também a concepção que afirma que as razões para ajudar os animais vítimas dos processos naturais existem, mas que são mais fracas do que as razões para ajudar os animais vítimas de práticas humanas. Se nossa preocupação for verdadeiramente com os animais, determinaremos a força das razões para ajudá-los com base no quanto eles seriam prejudicados se não fossem ajudados, e não com base em saber se o dano é natural ou causado por práticas humanas. Isso significa que temos razões mais fortes para priorizar prevenir o dano maior, independentemente de sua origem ser antropogênica ou natural.

## 22. Tentativas de defender que a prioridade é dos animais domesticados

### 22.1. O argumento da dívida histórica

Há uma posição que mantém que temos uma *dívida histórica* para com os animais domesticados que não temos para com os selvagens, pois são vítimas da exploração, que por sua vez iniciou-se com a domesticação<sup>66</sup>.

Essa alegação é geralmente mencionada como uma tentativa de manter, ou que é errado ajudar os animais selvagens, ou para negar o dever de ajudá-los. Entretanto, aquela alegação não pode fundamentar essas conclusões, pois se o critério da dívida histórica fizesse sentido, no máximo ajudar os animais domesticados seria prioritário. Tal critério não serviria para negar o dever de ajudar os animais selvagens (muito menos para proibir ajudá-los).

Além disso, mesmo quando utilizado somente como critério de prioridade, o critério da dívida histórica é problemático. Por exemplo, se a prioridade depende do quão grave é a situação das vítimas, então aquelas vítimas em relação às quais não temos uma dívida histórica deveriam ter prioridade toda vez que forem prejudicadas em maior grau se não forem priorizadas.

Priorizar os animais domesticados poderia fazer sentido se, por causa da exploração e domesticação, eles se encontrassem necessariamente em uma condição pior do que a dos animais selvagens. Contudo, como vimos no [Capítulo 3](#), isso é falso. Pensar que sim é desconhecer como é a vida típica dos animais na natureza.

O defensor do critério da dívida histórica poderia objetar que não está a defender que tal critério é relevante por indicar quais animais estão em uma condição pior, e sim relevante *em si*: “nossas obrigações dependem dos atos passados da humanidade, e não do quão bem ou mal estão os animais que poderíamos ajudar”. Contudo, se é assim, então o critério da dívida histórica é motivado por pureza pessoal, e não por uma preocupação real em melhorar a condição dos indivíduos que se encontram em uma situação ruim.

---

<sup>66</sup> Para exemplos, ver Simmons (2009, p. 32) e Donaldson e Kymlicka (2011, p. 156-209)

Além disso, a explicação mais razoável de por que teríamos uma dívida histórica para com os animais domesticados implica que também temos uma dívida histórica para com os animais selvagens. A maneira mais razoável de defender que temos uma dívida histórica para com animais domesticados é o fato de usufruirmos de benefícios que só foram possíveis devido à sua domesticação e exploração. Como resultado dessas atividades, os animais domesticados se encontram hoje em uma situação muitíssimo ruim.

Contudo, se é assim, então temos exatamente a mesma dívida para com os animais selvagens, dado que a imensa maioria dos benefícios que desfrutamos ao longo da história surgiu de intervenções na natureza para favorecer humanos, e o fato de não termos intervindo para beneficiar os animais selvagens resultou em eles serem prejudicados enormemente por processos naturais. Escolhemos deixar os animais selvagens no domínio dos “sujeitados às forças da natureza”: retirá-los dessa categoria poderia ser igualmente visto como uma dívida histórica.

## **22.2. O argumento do grau de dependência**

Em outras vezes é dito que os animais selvagens possuem certa independência que os domesticados não possuem, que os tornaria menos vulneráveis: “*eles sabem se virar!*”<sup>67</sup>.

Novamente, mesmo que tal afirmação fosse verdadeira, no máximo conseguiria fundamentar que déssemos prioridade aos animais domesticados. Não serviria para negar a obrigação de ajudar os selvagens, muito menos para proibir ajudá-los.

Além disso, alguém possuir determinado grau de independência indica que normalmente não necessita de ajuda *em certas circunstâncias*, mas não em todas. Por exemplo, suponhamos que um humano adulto normal (o exemplo mais comumente citado de indivíduo independente) se perca na selva, ou esteja a padecer de câncer. O fato de não necessitar de ajuda em outras situações não implica que não necessite de ajuda *nessa* situação.

O mesmo acontece no caso dos animais selvagens que possuem algum grau de independência. Há situações (muitas, como vimos no [Capítulo 3](#)) em que sua independência de nada adianta

---

<sup>67</sup> Ver, por exemplo, Bovenkerk *et al.* (2003, p. 21) e de Everett (2001, p. 55)

para se verem livres do que lhes prejudica. Além disso (como também vimos no [Capítulo 3](#)), a imensa maioria dos animais que sofre intensamente e morre prematuramente na natureza são filhotes e, portanto, não possuem a independência que o argumento supõe.

A ideia de que os animais selvagens são independentes parece surgir do fato de que, como vimos no [Capítulo 3](#), quando a maioria das pessoas pensa em animais na natureza, tende a pensar em animais não representativos da vida padrão na natureza: pensam em animais de grande porte e adultos, que são a *imensa minoria* dos animais na natureza.

Assim, o critério do grau de dependência, ao contrário do que a objeção supõe, nos daria *razões extra* para tentarmos investigar maneiras de ajudar os animais selvagens.

## **23. Ajudar os animais impediria que os genes mais adaptados prevalecessem?**

### **23.1. O argumento dos genes mais adaptados**

Por vezes é defendido que não deveríamos ajudar os animais que vivem na natureza e são vítimas de processos naturais porque, se eles sobreviverem, aumentariam as chances de ser passados adiante os genes que não são os mais adaptados<sup>68</sup>. Segundo essa visão, deveríamos deixar a natureza seguir o seu curso, porque assim sobreviverão somente os indivíduos melhor adaptados, resultando em um melhoramento genético natural de cada espécie. Veremos, a seguir, três críticas a essa visão.

### **23.2. Os genes mais adaptados necessariamente beneficiam seus portadores?**

A objeção em questão assume que, uma vez que deixando a natureza seguir o seu curso sobreviverão e se reproduzirão apenas os organismos mais adaptados, isso será um benefício para os membros das futuras gerações, que herdariam esses genes. Entretanto, os traços eficientes em passar os genes adiante, favorecidos pela seleção natural, não necessariamente são benéficos para os seus portadores, nem para seus descendentes.

Por exemplo, uma espécie possuir o traço de se reproduzir maximizando a quantidade de filhotes é um sinal de que ela está muito bem adaptada em termos evolutivos, pois aumenta muito a probabilidade de essa espécie perdurar. Uma vez que as ninhadas são gigantescas, é altíssima a probabilidade de que pelo menos alguns indivíduos sobrevivam e se reproduzam, garantindo a continuação da espécie. Contudo, esse traço não é um benefício para os membros dessa espécie. Pelo contrário: nascer membro de uma espécie que se reproduz dessa maneira é ter as suas chances de sobrevivência drasticamente diminuídas, uma vez que, como vimos no [Capítulo 3](#), a esmagadora maioria dos nascidos nasce apenas para sofrer e morrer prematuramente. Por exemplo, em populações estáveis, em ninhadas com milhares ou milhões de filhotes, em média sobrevivem apenas dois filhotes<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Exemplos desse argumento podem ser encontrados em Rolston (1992, p. 254) Kirkwood e Sainsbury (1996, p. 239). Para uma crítica, ver Cunha (2021, p. 176-8; 2022, seção 8.3.9).

<sup>69</sup> Sobre isso, ver Horta (2010) e Ética Animal (2015b).

Além disso, outros traços que são passados em conjunto com este frequentemente são prejudiciais aos seus portadores. Por exemplo, nascer membro de uma espécie que se reproduz maximizando a quantidade de filhotes geralmente coincide também com ter um lifespan natural muito curto. Isto é, nessas espécies, vivem pouco não apenas aquela vasta maioria que não consegue sobreviver até à idade adulta, mas até mesmo aqueles poucos que sobrevivem até a velhice. Em resumo, [aquilo que é otimizado pela seleção natural não é aquilo que beneficia os indivíduos](#)<sup>70</sup>.

É claro, pode haver traços que otimizam a adaptação em termos de maximização da transmissão da informação genética e também beneficiam os animais que possuem esses traços. Entretanto, não podemos deduzir, do fato de que um traço otimiza a adaptação, que ele também beneficia seus portadores.

### **23.3. A preocupação com os genes mais adaptados justifica não ajudar os animais?**

Certamente que, ao planejarmos os programas de ajuda, devemos levar em conta o risco de, ao ajudarmos os animais, os traços prejudiciais que eles carregam serem passados adiante, prejudicando os animais das gerações futuras. Contudo, a constatação desse risco não implica que a coisa certa a se fazer é não ajudar e deixar a natureza seguir o seu curso.

Por exemplo, poderia ser dito que a quantidade de sofrimento e de mortes decorrente dos processos naturais é tão gigantesca que, mesmo se ajudar os animais implicasse em os membros das gerações futuras não terem os genes mais adaptados, ainda assim isso teria um saldo muito menos negativo do que deixar a natureza seguir o seu curso.

Além disso, há várias formas de prevenir/minimizar o sofrimento e as mortes prematuras decorrentes dos processos naturais que não impediriam que os genes mais adaptados fossem passados adiante. Esse seria o caso, por exemplo, de buscar prevenir o sofrimento e as mortes prematuras por meio da esterilização e da pesquisa sobre quais tipos de elementos no ambiente resultam em menor quantidade de nascimentos nas espécies cujos membros comumente têm vidas predominantemente negativas.

---

<sup>70</sup> Sobre isso, ver Horta (2011).

#### **23.4. Aquilo que a objeção defende é considerado hediondo quando afeta humanos**

Quando os humanos são afetados pelos processos naturais não é defendido que sejam largados para sofrer e morrer, para que haja um melhoramento genético natural da espécie humana. Pelo contrário, essa postura é normalmente vista como hedionda e o que é defendido é exatamente o oposto: prestar um cuidado ainda maior a esses humanos, pois sua vulnerabilidade é maior. Se a doença que os afeta é grave e hereditária, no máximo é sugerido que é melhor que não se reproduzam. Contudo, não é defendido que eles sejam largados para sofrer e morrer.

Se fosse aceitável o que a objeção em questão propõe, não seriam apenas os humanos mais vulneráveis que deveriam ser largados à própria sorte, e sim, todos nós, para que só os humanos mais adaptados pudessem passar os seus genes adiante. Quase ninguém aceita essa posição. Isto é, a maioria de nós considera mais importante minimizar o sofrimento e impedir as mortes, mesmo que isso implique em no futuro não existirem os seres mais adaptados possíveis. A posição padrão quando os humanos são as vítimas dos processos naturais é a de que devemos melhorar as condições de vida dos humanos por outros meios que não aqueles meios brutais que decorrem da seleção natural. Por outro lado, quando os animais não humanos são as vítimas, a visão padrão é a oposta. Mas, se [o especismo é injustificável](#), então essa disparidade também é injustificada.

## 24. Ajudar os animais selvagens não poderia tornar as coisas ainda piores?

### 24.1. A preocupação com as consequências de longo prazo

Uma das principais objeções à proposta de prevenir/minimizar os danos que os animais na natureza padecem em decorrência dos processos naturais é a preocupação em, ao se tentar ajudar, sem querer tornar a situação ainda pior<sup>71</sup>. Essa preocupação surge a partir da constatação de que nos ecossistemas há uma série de interações muito complexas, o que torna difícil prever quais seriam as consequências em longo prazo<sup>72</sup>.

Apesar de essa objeção envolver uma preocupação importante, é preciso levar em conta três pontos que sugerem que há maiores probabilidades de se alcançar melhores resultados se essa questão for pesquisada a fundo, em comparação a deixá-la de lado e deixar a natureza seguir o seu curso. Esses pontos serão explicados a seguir.

O primeiro é que não faz sentido afirmar, primeiro que não sabemos os desdobramentos de consequências em longo prazo, e depois que sabemos que deixar a natureza seguir o seu curso tem melhores consequências em longo prazo do que tentar ajudar.

O segundo é que há várias intervenções que são realizadas há décadas, e têm beneficiado muitos animais, sem os efeitos negativos que a objeção teme<sup>73</sup>. Esse é o caso da vacinação de animais selvagens em larga escala, que é realizada há décadas por razões antropocêntricas ou ambientalistas, mas beneficia os animais vacinados. O conhecimento proveniente desses programas e de outros similares poderia ser utilizado também com a meta de beneficiar os próprios animais, e mais conhecimento poderia ser obtido se houvesse uma [pesquisa focada no bem dos próprios animais](#).

O terceiro é que parece claro que, quanto mais for investido em estudar a fundo essa questão, maiores as probabilidades de se conhecer os prováveis desdobramentos de consequências de longo prazo e, portanto, de se chegar nos melhores resultados. Essa é, portanto, uma razão para se rejeitar a ideia de que "deixar a natureza seguir o seu curso" chegaria nos melhores

---

<sup>71</sup> Ver, por exemplo, Clement (2003, p. 9); Everett (2001, p. 49) e Simmons (2009, p. 22-5).

<sup>72</sup> Para uma discussão detalhada sobre essa objeção, ver Cunha (2022, cap. 8.3).

<sup>73</sup> Para uma lista dessas intervenções, ver Animal Ethics (2020, p. 60-85) e Ética Animal (2016b).

resultados. Por exemplo, também não conhecemos todos os possíveis desdobramentos de longo prazo de se ajudar humanos. Entretanto, não é dito que isso mostra que não devemos ajudar esses humanos, e que é melhor deixar a natureza seguir o seu curso.

A objeção pode estar a assumir que, deixando a natureza seguir o seu curso, o resultado é predominantemente positivo para os animais. Mas, como vimos no [Capítulo 3](#), isso é falso. Ou ainda, é possível que esteja a assumir que somos responsáveis em maior grau pelas consequências de ajudar do que pelas consequências de não ajudar. Entretanto, como vimos no [Capítulo 21](#), isso é arbitrário pois, em ambos os casos, os resultados serão dessa ou daquela maneira dependendo de nossa escolha.

## **24.2. O apelo ao equilíbrio ecológico**

Poderia ser objetado que há uma razão para se pensar que, deixando a natureza seguir o seu curso, o resultado provavelmente será melhor para os animais: "a natureza se equilibra". Segundo essa objeção o resultado de deixar a natureza seguir o seu curso é o equilíbrio ecológico, e isso coincide com o que é melhor para os animais. Portanto, segundo essa objeção, se queremos o melhor para os animais, basta deixar a natureza seguir o seu curso. A seguir, veremos os três principais problemas com essa objeção.

O primeiro é que uma situação será considerada equilibrada ou não dependendo de fatores que são, até certo ponto, arbitrários. Por exemplo, dependerá do quão diferente tal situação é de um estado anterior tomado como ponto de referência. Entretanto, qualquer estado anterior pode ser escolhido como ponto de referência e, dependendo de qual estado se escolha e da frequência com que se realiza a medição, um mesmo estado poderá ser considerado equilibrado ou desequilibrado<sup>74</sup>.

O segundo é que, naturalmente, não há o equilíbrio imaginado no senso comum. Naturalmente as populações flutuam enormemente, de maneira quase sempre irregular<sup>75</sup>. Na verdade, ecossistemas inteiros e espécies surgem e se extinguem em decorrência dos processos naturais, também geralmente de maneira irregular e com frequência irregular.

---

<sup>74</sup> Para uma discussão detalhada sobre os problemas com o conceito de equilíbrio, ver Lévêque (p. 202-244).

<sup>75</sup> Ver Lévêque (2003, p. 203).

Poderia ser objetado que é isso mesmo o que se quer dizer com equilíbrio: tudo o que resultar dos processos naturais, não importando o que seja. Mas, se é assim, então o que se está a fazer é mudar arbitrariamente a definição de equilíbrio para tornar verdadeira a afirmação de que a natureza é equilibrada. Isto é, diante da constatação de que uma afirmação é falsa, muda-se a definição do termo para torná-la verdadeira. Fazendo essa manobra, é óbvio que tudo o que decorre dos processos naturais será equilibrado, uma vez que a definição de "equilibrado" foi mudada para "tudo o que decorre dos processos naturais". Mas, se a definição for essa, então dizer "tudo o que decorre de processos naturais é equilibrado" é redundante, pois seria dizer "tudo o que decorre dos processos naturais decorre dos processos naturais".

O terceiro, e principal problema, é que uma situação pode ser equilibrada no sentido de ser estável e ser terrivelmente ruim para os animais afetados. Por exemplo, situações como as que vimos no [Capítulo 3](#), onde ao longo de gerações sobrevivem em média apenas dois filhotes por ninhada (algo comum na natureza) são equilibradas nesse sentido mas, dados os tamanhos gigantescos das ninhadas, é também um cenário no qual são maximizados o sofrimento e a quantidade de mortes prematuras.

Poderia ser objetado que, se houvesse menor equilíbrio, então a quantidade de sofrimento e de mortes prematuras seria ainda maior. Entretanto, não há necessariamente essa correlação. Tudo dependerá de como o maior ou menor grau de equilíbrio influencia outros fatores que afetam diretamente o bem dos seres sencientes. Por exemplo, dependerá de se resulta em uma maior quantidade de nascimentos em espécies cuja maioria de seus membros têm vidas repletas de sofrimento ou em espécies cujos membros têm mais chances de ter vidas positivas. Dependerá também de como afeta fatores como disponibilidade de alimentos e de abrigo e a quantidade de doenças e de conflitos entre os animais. Além disso, como os ecossistemas tendem a se equilibrar em altos níveis de produtividade de plantas e de animais, as perturbações provavelmente tendem a reduzir, em vez de aumentar o sofrimento<sup>76</sup>.

Isto é, não há nenhuma correlação direta entre maiores níveis de equilíbrio ecológico com um melhor saldo geral para os seres sencientes. Portanto, se o objetivo é conseguir o melhor

---

<sup>76</sup> Sobre isso, ver Tomasik (2016a).

estado de coisas para os animais, devemos investigar diretamente como estes são afetados positiva ou negativamente, e não, centrar a análise no grau de equilíbrio<sup>77</sup>.

Há alguns anos foi proposta a criação de um campo de pesquisa, a *biologia do bem-estar*, que estudaria como os animais são afetados em seus ambientes do ponto de vista do que é melhor ou pior para eles enquanto indivíduos sencientes, que possuem um bem-estar<sup>78</sup>. Esse campo poderia informar os projetos de ajuda aos animais na natureza. À medida que o conhecimento em biologia do bem-estar aumentasse, aumentaria o nível de segurança e eficiência dos projetos de ajuda.

Assim sendo, dado o que vimos acima, a solução para o problema do sofrimento dos animais selvagens não é deixar a natureza seguir o seu curso, e sim, pesquisar cada vez mais a fundo sobre os fatores que afetam a qualidade de vida dos animais em seus ecossistemas, para que projetos de ajuda cada vez mais seguros e eficientes sejam possíveis, assim como já é feito quando as vítimas são humanas.

---

<sup>77</sup> Exemplos de métodos que visam revelar diretamente o quão bem ou mal estão os animais podem ser encontrados em Alonso; Paim (2017) e Gonçalves (2023).

<sup>78</sup> Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019b), Faria e Horta (2020) e Soryl *et. al.* (2021).

## **25. Objeções que questionam a praticidade da proposta de ajudar**

### **25.1. A objeção de que não é possível ajudar todos que precisam**

A quantidade de animais na natureza é gigantesca. De acordo com algumas estimativas, há algo entre 1 e 10 quintilhões de indivíduos sencientes *em um dado momento* na natureza<sup>79</sup>. Para termos uma ideia desse número, se fizermos uma analogia com o período de um ano e compararmos com a população humana, esta última representaria no máximo 0,25 *segundos* do ano.

Por vezes é defendido que é inútil ajudar os animais na natureza, pois, dada a quantidade astronômica de vítimas, nunca conseguiremos ajudar todos. Entretanto, essa objeção pode ser facilmente respondida apontando-se que a impossibilidade de ajudar todos não impede nem torna inútil ajudar naqueles casos em que conseguimos fazê-lo. Para os animais que poderíamos ajudar, a nossa ajuda faria toda a diferença.

Objeções desse tipo jamais seriam levadas a sério no contexto humano. Imagine, por exemplo, um médico se recusando a salvar sua vida alegando que fazê-lo seria inútil porque é impossível ajudar todos os humanos que precisam. É apenas por conta da predominância do [especismo](#) que objeções desse tipo surgem quando os animais não humanos são as vítimas.

### **25.2. Deveríamos priorizar problemas nos quais resolveríamos uma parte maior?**

Existe outra objeção à proposta de ajudar os animais selvagens que diz que, mesmo que consigamos ajudar em uma enorme quantidade de casos, fazê-lo não seria uma maneira eficiente de utilizar nossos recursos, pois, dada a quantidade astronômica de vítimas, mesmo que ajudássemos muitas delas, isso ainda representaria uma fração pequena do total. De acordo com essa objeção deveríamos focar apenas nos animais explorados, pois a porcentagem do problema que conseguiríamos resolver seria maior.

---

<sup>79</sup> Ver National Museum of Natural History & Smithsonian Institution (2008) e Tomasik (2019 [2009]).

O principal problema com essa objeção é que ela comete o erro de medir a eficiência no uso dos recursos com base na porcentagem, e não com base na quantidade real de benefício que conseguiríamos produzir. Vejamos um exemplo para ilustrar esse ponto.

Imaginemos que com uma mesma quantia de recursos conseguimos, ou ajudar 90% dos animais do problema A, ou ajudar, em igual medida, 0,1% dos animais do problema B (que estão todos em uma situação igualmente ruim à dos animais do problema A).

Se nos guiarmos pela proporção, escolheremos ajudar 90% dos animais do problema A. Mas, suponhamos que o problema A tenha um trilhão de animais, e o problema B tenha um quatrilhão. 90% de um trilhão são 900 bilhões. 0,1% de um quatrilhão é um trilhão. Se escolhermos resolver 0,1% do problema B, estaremos ajudando 100 bilhões de animais a mais, com a mesma quantia de recursos.

Isso revela o quão equivocado é se basear na porcentagem para se medir a eficiência no uso de recursos. No exemplo acima, se nos guiarmos pela porcentagem deixaremos de ajudar 100 bilhões de animais que poderíamos ter ajudado. Portanto, para se medir a eficiência no uso de recursos que temos para ajudar, o que importa é a quantidade real de benefício que conseguiríamos produzir, e não quantos casos similares ainda restam para serem resolvidos.

Sendo assim, o fato de que, mesmo se ajudarmos em larga escala os animais na natureza, isso ainda poderia representar uma porcentagem pequena do total de vítimas do problema, não mostra que fazê-lo não seria uma forma eficiente de usarmos os recursos de que dispomos para reduzir sofrimento. O que teria de ser avaliado, dentre outras coisas, é: (1) qual o tamanho do benefício que conseguiríamos produzir com uma mesma quantia de recursos investindo nesse ou naquele problema e; (2) o quão negligenciado é cada problema (pois isso revela em quais problemas as outras pessoas provavelmente já investirão os seus recursos).

Levando esses dois fatores em conta, é possível perceber que focar em prevenir o sofrimento dos animais selvagens pode ser uma forma muito eficiente de prevenir sofrimento no mundo. Por exemplo, em relação ao primeiro fator, diminuir a quantidade de nascimentos em espécies de animais que maximizam a quantidade de filhotes diminuiria drasticamente a quantidade de indivíduos que nasceria para ter vidas repletas de sofrimento e uma morte prematura. Como vimos no [Capítulo 3](#), o potencial reprodutivo desses animais é tão gigantesco que sobrepassa

em várias ordens de magnitude os números da exploração animal. Por exemplo, ao se esterilizar um único peixe-lua, no mínimo se preveniria que 300 milhões de animais nascessem para ter esse destino (e mais do que isso se o peixe-lua em questão fosse se reproduzir mais de uma vez na vida). Conseguir conduzir um programa de ajuda desse tipo não parece ser mais difícil do que, por exemplo, conseguir fechar uma granja industrial (na verdade, pode ser muito mais fácil). Já em relação ao segundo fator, a questão do sofrimento dos animais selvagens é altamente negligenciada, mesmo por defensores dos animais.

Tudo isso mostra que, longe de ser inútil focar na questão do sofrimento dos animais selvagens, tal foco tem um grande potencial para ser uma maneira muitíssimo eficiente de prevenirmos ou minimizarmos o sofrimento no mundo.

## 26. O que já vem sendo feito para ajudar os animais selvagens?

### 26.1. Introdução

Há quem acredite que a proposta de ajudar os animais selvagens, apesar de ter bons fundamentos teóricos, é impraticável. A maneira de responder a isso é simplesmente mostrar o que já vem sendo feito para ajudar os animais na natureza.

Várias coisas já vêm sendo feitas para ajudar os animais que estão na natureza. Normalmente esses programas de ajuda possuem metas antropocêntricas ou ambientalistas. Contudo, os animais se beneficiam também, e isso, por si só, já mostra que é falso que não há nada que se possa fazer para ajudá-los. Além disso, o conhecimento obtido a partir desses programas pode ser útil para orientar futuros projetos que tenham como objetivo ajudar os animais.

Dentre as [formas pelas quais os animais já vêm sendo ajudados](#)<sup>80</sup>, podemos destacar a [vacinação e tratamento de doenças](#), a [ajuda a animais em incêndios e em outros desastres naturais](#), a [assistência a animais órfãos](#), o [resgate de animais presos](#) e programas para [atender as necessidades básicas dos animais](#). A seguir, estão alguns exemplos dessas formas de ajuda.

### 26.2. Vacinação

Existem muitos exemplos de vacinação de animais selvagens em larga escala. A mais conhecida é a vacinação contra a raiva, que aconteceu em vários países e ajudou a erradicar a doença em grandes porções da Europa e da América do Norte<sup>81</sup>. A vacinação é feita por meio de dispersão aérea de biscoitos que contém a vacina<sup>82</sup>. O uso de drones permite vacinar 4.000 animais por dia<sup>83</sup>. Programas similares foram implementados ao redor do mundo, incluindo a vacinação de cães selvagens na África<sup>84</sup> e Ásia<sup>85</sup>, e de lobos na Etiópia<sup>86</sup>.

---

<sup>80</sup> Mais detalhes sobre essas formas de ajuda podem ser encontrados em *Ética Animal* (2016b) e *Animal Ethics* (2020).

<sup>81</sup> *Animal Ethics* (2020, p. 75); Baer *et al.* (1971); Fearneyhough *et al.* (1998); Robbins *et al.* (1998); Macinnes; Leber (2000); Maccinnes *et al.* (2001); Slate *et al.* (2005); Steck *et al.* (1982).

<sup>82</sup> *Animal ethics* (2020, p. 76); Department for Environment, Food and Rural Affairs (2010).

<sup>83</sup> *Animal ethics* (2020, p. 78).

<sup>84</sup> Cleaveland *et al.* (2003); Kitala *et al.* (2002).

<sup>85</sup> Childs *et al.* (1998); Pal (2001).

<sup>86</sup> Carrington (2018).

Os exemplos a seguir já mostram a eficácia desse tipo de projeto. A peste silvestre em cães-da-pradaria tem taxas de mortalidade próximas a 100%<sup>87</sup>, mas, após uma vacinação em 2019 na Dakota do Sul, os animais apresentaram uma taxa de sobrevivência de 95%<sup>88</sup>. A vacinação contra o antraz se mostrou eficaz em populações de rinocerontes, zebras e guepardos<sup>89</sup>, e já foi proposta também para gorilas<sup>90</sup>. Javalis foram vacinados contra a tuberculose em condições naturais de transmissão em 2011<sup>91</sup>. Pesquisas na universidade de Helsinki descobriram que é possível vacinar milhares de abelhas simplesmente vacinando a rainha<sup>92</sup>. No Reino Unido há um *Banco de Vacinas e Antígenos*<sup>93</sup>. Por meio da vacinação, a peste bovina se tornou a segunda doença a ser completamente erradicada na história (a primeira foi a varíola) e a primeira entre as que afetam animais não humanos<sup>94</sup>.

### 26.3. Tratamento de doenças

Probióticos têm sido utilizados para tratar vombates contra a sarna<sup>95</sup>; peixes contra vários tipos de infecções<sup>96</sup>; morcegos contra a síndrome do nariz branco (o que aumentou as taxas de sobrevivência de 8% para 46%<sup>97</sup>) e sapos boreais contra doenças de pele (o que fez com que tivessem uma taxa de sobrevivência 40% mais alta do que a dos outros sapos<sup>98</sup>). Há também pesquisas sobre tratamentos probióticos para cobras<sup>99</sup> e abelhas<sup>100</sup>. Desde a década de 1940 a esterilização de insetos tem sido utilizada para deter a propagação de doenças, o que beneficia tanto os animais que seriam picados quanto os insetos, uma vez que, dada a sua [dinâmica populacional](#)<sup>101</sup>, de todos os que nascem, poucos conseguem sobreviver<sup>102</sup>.

### 26.4. Tratamento de animais em necessidade

---

<sup>87</sup> Abbot; Rocke (2012)

<sup>88</sup> Leggett (2009)

<sup>89</sup> Turnbull *et al.* (2004).

<sup>90</sup> Animal ethics (2020, p. 79).

<sup>91</sup> Garrido *et al.* (2011).

<sup>92</sup> Animal ethics (2020, p. 80), Raukko (2018).

<sup>93</sup> Department for Environment, Food and Rural Affairs (2010).

<sup>94</sup> Fao (2010).

<sup>95</sup> Animal ethics (2020, p. 67-8).

<sup>96</sup> Forschungsverbund (2019)

<sup>97</sup> Hopkins; Soileau (2018); Hoyt *et al.* (2019).

<sup>98</sup> Animal ethics (2020, p. 68); Kueneman *et al.* (2016).

<sup>99</sup> Hill *et al.* (2018).

<sup>100</sup> El Khoury *et al.* (2018); Animal Ethics (2020, p. 69).

<sup>101</sup> Sobre como a dinâmica populacional afeta o sofrimento e as taxas de mortalidade dos animais, ver Horta (2010) e Ética Animal (2015b).

<sup>102</sup> Dyckn; Hendrichs; Robinson (2005); Parker; Metha (2007); Alphey *et al.* (2010).

Os animais têm sido ajudados também quando estão feridos. Por exemplo, pássaros e morcegos trazidos a centros de assistência com fraturas nas asas geralmente conseguem uma recuperação completa<sup>103</sup>. Outra prática de ajuda é o resgate de animais presos, como baleias presas em blocos de gelo<sup>104</sup>, elefantes em lagos de lama<sup>105</sup> e animais encalhados em praias<sup>106</sup>. O fornecimento de alimento combinado com contraceptivos também tem tido bons resultados<sup>107</sup>.

Existem orfanatos para animais selvagens na África do Sul, no Quênia e na República do Congo<sup>108</sup>. Tartarugas filhotes têm sido ajudadas também a chegar na água quando saem dos ovos<sup>109</sup>. Os animais também têm sido resgatados em desastres como incêndios<sup>110</sup>, furacões e tsunamis<sup>111</sup>, erupções vulcânicas<sup>112</sup> e em enchentes<sup>113</sup>.

Por vezes os animais também são ajudados com a construção de abrigos ou ninhos<sup>114</sup>, o que tem beneficiados morcegos<sup>115</sup>, pombos<sup>116</sup>, coelhos<sup>117</sup> e mariposas<sup>118</sup>. A construção de planaltos artificiais no Parque Nacional de Kaziranga, na Índia, fez com que a quantidade de mortes de animais de grande porte em enchentes caísse pela metade em dois anos<sup>119</sup>.

Esses são apenas alguns exemplos do que já vem sendo feito para ajudar os animais na natureza. Entretanto, muito mais poderia ser feito. Como veremos no próximo capítulo, um exemplo seria o estabelecimento do campo da *biologia do bem-estar*<sup>120</sup>, que estudaria os animais em seus ecossistemas do ponto de vista do que os afeta enquanto indivíduos sencientes que possuem um bem-estar (e não enquanto exemplares de espécies e componentes de ecossistemas).

---

<sup>103</sup> Animal Ethics (2020, p. 70).

<sup>104</sup> Animal Ethics (2020, p. 61).

<sup>105</sup> Animal Ethics (2020, p. 61).

<sup>106</sup> Martin (1991).

<sup>107</sup> Lott (1996, p. 232-3); Cooper; Ginnett (2000); Robb *et al.* (2008); Orros; Fellowes (2012); Jones (2011).

<sup>108</sup> Animal ethics (2020, p. 70).

<sup>109</sup> Animal ethics (2020, p. 70); Gillingwater (2008).

<sup>110</sup> Gerova (2019), Koala Info (2019) e Animal Ethics (2020, p. 63).

<sup>111</sup> Animal ethics (2020, p. 65).

<sup>112</sup> World Animal Protection (2018).

<sup>113</sup> Akande (2016); Guha; Ghosh (2019); Airey (2019).

<sup>114</sup> Bovenkerk *et al.* (2003); Hansell; Hansell (2005, p. 216-7).

<sup>115</sup> Lausen; Barclay (2006)

<sup>116</sup> Goodwin (1960).

<sup>117</sup> Fernández-olalla *et al.* (2010).

<sup>118</sup> Hansell e Hansell (2005, p. 216-7); Fernández-olalla *et al.* (2010).

<sup>119</sup> Guha e Ghosh (2019).

<sup>120</sup> Sobre biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019b), Faria e Horta (2020) e Soryl *et al.* (2021).

## 27. O que mais poderia ser feito para ajudar: estabelecendo a biologia do bem-estar

### 27.1. O que é biologia do bem-estar?

A falta de consideração pelos animais enquanto seres sencientes faz com que os animais selvagens sejam estudados geralmente apenas enquanto exemplares de espécies e componentes de ecossistemas. Por isso, há muito menos dados sobre o que afeta os animais selvagens enquanto indivíduos que possuem um bem-estar.

Por essa razão, foi proposta a criação do campo da [biologia do bem-estar](#), que estudaria a maneira como os animais são afetados pelas interações que possuem com seus ambientes e entre si, do ponto de vista do que é melhor ou pior para eles enquanto indivíduos sencientes que possuem um bem-estar – isto é, enquanto seres para os quais as coisas podem ir melhor ou pior<sup>121</sup>.

À medida que aumentasse o conhecimento proveniente da biologia do bem-estar, [programas de ajuda aos animais](#) cada vez mais seguros e eficientes poderão ser implementados<sup>122</sup>.

### 27.2. A biologia do bem-estar é um campo *crossdisciplinar*

A pesquisa em biologia do bem-estar é *crossdisciplinar*. Isso é diferente de pesquisas *interdisciplinares* e *transdisciplinares*. Quanto à sua disciplinaridade, os diferentes tipos de pesquisa podem ser classificados da maneira a seguir<sup>123</sup>. (1) A *intradisciplinar* é aquela feita dentro de uma única disciplina. (2) A *multidisciplinar* envolve várias disciplinas provendo diferentes perspectivas sobre um problema. (3) A *interdisciplinar* integra os conhecimentos e métodos de diferentes disciplinas, fazendo uma síntese das abordagens. (4) A *transdisciplinar* cria uma estrutura para além das perspectivas das disciplinas envolvidas. (5) Por fim, a *crossdisciplinar* enxerga uma ou mais disciplinas a partir da perspectiva de outra.

A biologia do bem-estar envolveria em conjunto o conhecimento proveniente de várias disciplinas, como ecologia, ciência do bem-estar animal, zoologia e ciência veterinária. Trata-

---

<sup>121</sup> Sobre biologia do bem-estar, ver Faria e Horta (2020) e Soryl *et al.* (2021). Por vezes a biologia do bem-estar é chamada de ciência do bem-estar dos animais selvagens.

<sup>122</sup> Para exemplos de programas de ajuda a animais selvagens, ver *Ética Animal* (2016b).

<sup>123</sup> Sobre isso, ver Stember (1991, p. 4).

se de um *campo crossdisciplinar* de pesquisa no sentido de que cada disciplina envolvida seria conduzida a partir da perspectiva da biologia do bem-estar. Isto é, todas focariam em investigar como os animais são afetados positiva ou negativamente enquanto seres sencientes.

### **27.3. O que diferencia a biologia do bem-estar de outras áreas?**

A biologia do bem-estar é diferente da *biologia da conservação*<sup>124</sup>, onde os animais são estudados enquanto exemplares de espécies ou componentes de ecossistemas. Também é diferente da *conservação compassiva*<sup>125</sup>, que consiste em, ao se buscar metas conservacionistas, usar métodos que não prejudiquem os animais. Por fim, também é diferente do *bem-estar da conservação*<sup>126</sup>, que investiga como o bem-estar dos animais também pode ser promovido quando medidas conservacionistas são implementadas.

A biologia do bem-estar estudaria o que afeta positiva ou negativamente os animais, independentemente de se esse conhecimento serve ou não à conservação. Os conhecimentos dessas outras áreas poderiam ser úteis à biologia do bem-estar e vice-versa, mas suas metas são distintas.

### **27.4. Quais animais seriam estudados pela biologia do bem-estar?**

As investigações em biologia do bem-estar poderiam ser feitas sobre a situação de quaisquer animais. Contudo, já há muito mais dados disponíveis no caso dos animais que vivem sob controle humano. A maneira como os processos naturais afetam o bem-estar dos animais que se encontram na natureza é um tópico ainda amplamente negligenciado. Por isso, a pesquisa em biologia do bem-estar tem razões para focar na situação desses animais. Porém, essa pesquisa poderia incluir também os animais que não vivem sob controle direto humano e se encontram em ambientes semisselvagens, agrícolas, suburbanos e mesmo urbanos (como os pombos que vivem em cidades, por exemplo<sup>127</sup>).

### **27.5. Criando as condições para o estabelecimento da biologia do bem-estar**

---

<sup>124</sup> Sobre biologia da conservação, ver Soulé (1986).

<sup>125</sup> Sobre conservação compassiva, ver Bekoff (2013).

<sup>126</sup> Sobre bem-estar da conservação, ver Beausoleil (2020).

<sup>127</sup> Para um exemplo de trabalho em biologia do bem-estar sobre pombos urbanos, ver Gonçalves (2023).

Há quem pense que a proposta de ajudar os animais selvagens não é implementada porque ninguém tem ideia do que fazer na prática. Essa crença é equivocada. Como vimos no [Capítulo 26, várias coisas já vem sendo feitas para ajudar os animais que estão na natureza](#)<sup>128</sup>. Já há também várias pesquisas em biologia do bem-estar<sup>129</sup> e também sabe-se algo sobre [quais outros tipos de pesquisa seriam necessários](#). Estão também começando a surgir em universidades [programas de pesquisa especializados em biologia do bem-estar](#)<sup>130</sup>.

Por que, então, a biologia do bem-estar ainda não se tornou um campo bem estabelecido de pesquisa, como outras áreas? Há vários fatores. Um deles é que é um campo relativamente recente, em comparação a outras áreas. Outro fator é que, ao contrário daquela crença comum, os principais obstáculos ao estabelecimento da biologia do bem-estar não são práticos, mas ideológicos. Isto é, há pouca pesquisa sobre a situação dos animais selvagens simplesmente porque tal situação ainda não é vista como um problema, e também porque predomina a visão de que é errado ajudar tais animais. Em resumo, o problema não é que não há o que fazer, e sim que falta vontade de se fazer alguma coisa.

Assim, para que a biologia do bem-estar venha a se tornar um campo bem estabelecido, é importante combater esses obstáculos ideológicos. A seguir veremos mais detalhes sobre esses obstáculos.

## **27.6. Obstáculos ideológicos que impedem o desenvolvimento da biologia do bem-estar**

### *Especismo*

Devido ao [especismo](#), os animais selvagens são normalmente reduzidos a componentes de ecossistemas e a exemplares de espécies. Não são vistos como indivíduos com quem devemos nos preocupar. Segundo essa visão, quando os animais selvagens são vítimas dos processos naturais, isso não nos dá razões diretas para prevenir o seu sofrimento e suas mortes: o que importa é deixar a natureza seguir o seu curso, garantir o equilíbrio ecológico, a biodiversidade, a conservação dos ecossistemas, preservar espécies raras etc. Segundo a visão

---

<sup>128</sup> Sobre essas formas de ajuda, ver *Ética Animal* (2016b) e *Animal Ethics* (2020).

<sup>129</sup> Para exemplos de pesquisas em biologia do bem-estar, ver *Ética Animal* (2019a, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d). Ver também Alonso; Paim (2017) e Gonçalves (2023). Para uma monografia sobre biologia do bem-estar, ver Genovez (2023a).

<sup>130</sup> Um exemplo é o [NYU Wild Animal Welfare Program](#), da Universidade de Nova Iorque.

predominante, devemos ajudar os animais selvagens somente se fazê-lo for útil para alcançar metas ambientalistas ou antropocêntricas.

Entretanto, quando os humanos são as vítimas, a visão predominante é exatamente a oposta. As objeções que são levantadas contra a proposta de ajudar os animais selvagens quase certamente não seriam levantadas se as vítimas fossem humanas. Assim, a predominância do especismo é uma das principais razões pelas quais a pesquisa em biologia do bem-estar ainda não é um campo consolidado.

#### *Visão idílica da natureza*

Outro obstáculo é a [visão idílica da natureza](#)<sup>131</sup>, isto é, a ideia de que, se deixarmos a natureza seguir o seu curso, o resultado será predominantemente positivo para os animais. Esse viés faz com que o problema do sofrimento dos animais selvagens seja negligenciado até mesmo no ativismo de defesa animal, simplesmente porque boa parte dos ativistas não sabe o quanto os animais selvagens são prejudicados pelos processos naturais<sup>132</sup>.

#### *Veneração pelo que é natural*

Um terceiro obstáculo é a veneração pelo que é natural. Essa veneração faz muitas pessoas terem uma visão idílica da natureza. Mas, acima de tudo, também faz com que muitas pessoas se oponham a reduzir o sofrimento e as mortes dos animais selvagens, mesmo quando sabem que a visão idílica da natureza é falsa. É claro, normalmente essa veneração pelo que é natural é subordinada ao especismo, pois não é aplicada quando os humanos são as vítimas.

#### *Viés da origem do dano*

Um quarto obstáculo é a ideia de que somos moralmente responsáveis apenas por danos que tiveram origem em práticas humanas. Discutimos em detalhes essa visão no [Capítulo 21](#), e vimos que há boas razões para rejeitá-la. Além disso, novamente, tal visão normalmente é subordinada ao especismo, uma vez que não é aceita quando as vítimas são humanas.

---

<sup>131</sup> Para uma explicação do porquê a visão idílica da natureza está errada, ver *Ética Animal* (2017).

<sup>132</sup> Sobre a situação típica dos animais que se encontram na natureza, ver *Ética Animal* (2016a) *Animal Ethics* (2020) e Horta (2010).

### *Vários vieses operando em conjunto*

Por fim, também [há vários vieses que inclinam as pessoas a negligenciarem a situação dos animais na natureza](#) e até mesmo a se oporem à proposta de ajudá-los. Alguns exemplos são o [viés do status quo](#) (a tendência de preferir que as coisas permaneçam como já são), o [viés do conservadorismo](#) (a insuficiência em [revisar as próprias crenças](#) diante de novas evidências); o [reflexo de Semmelweis](#) (a tendência de rejeitar novas evidências que contradizem um paradigma); o [viés de ancoragem](#) (que faz com que confiemos fortemente na primeira informação que recebemos sobre um assunto) e a [hipótese do mundo justo](#) (isto é, [a crença de que as coisas ruins que acontecem no mundo são justas](#)).

Esses vieses podem levar as pessoas a afirmarem que "qualquer coisa que tentemos fazer só vai piorar as coisas", ou "o público nunca irá aceitar essa proposta" não porque elas examinaram minuciosamente a questão e chegaram nessa conclusão, e sim para não terem que colocar à prova a crença que já possuíam antes, de que não devemos ajudar os animais. Isto é, o que é dito é "eu concordo com a proposta, mas infelizmente não vai dar certo", mas isso é uma maneira de disfarçar que se discorda da proposta (é um caso de [objeção normativa disfarçada de objeção estratégica](#)).

Esses são apenas alguns exemplos de obstáculos ideológicos à proposta de ajudar os animais selvagens. Desafiar esses e outros obstáculos ideológicos é crucial para que os meios disponíveis sejam, de fato, utilizados para ajudar os animais e para que mais conhecimento seja buscado nesse sentido.

## 28. Quais tecnologias poderiam ser usadas para ajudar os animais na natureza?

[Novas tecnologias](#) nos permitem observar coisas que nunca foram possíveis antes, como identificar insetos individualmente e reconhecê-los depois, e modelar como as várias populações de animais em um habitat afetam a presença e os números umas das outras. A análise dos dados coletados pode nos informar sobre a presença de espécies em uma área, seus números, sobre a maneira como a distribuição de diferentes grupos de animais muda ao longo do tempo e sobre os fatores que contribuem para isso, como mortalidade, saúde e comportamento dos animais. Veremos alguns exemplos a seguir<sup>133</sup>.

As *armadilhas fotográficas* são câmeras com sensores de movimento que são fixadas no habitat natural. Podem tirar fotos periodicamente ou gravar vídeos em horários específicos, fornecendo atualizações contínuas. Podem coletar informações sobre a localização e o número de animais, seus comportamentos e condição física, ajudando a monitorar o bem-estar dos animais e os fatores que os afetam, como populações em rápido crescimento, presença de outras espécies, limitações de recursos na área e a maneira como os animais os utilizam.

A *tecnologia de detecção e alcance de luz (LIDAR)*, também conhecida como *varredura a laser 3D*, produz imagens tridimensionais de paisagens. Pode ser implantada no solo ou em um veículo aéreo e produz imagens de alta resolução que mostram a estrutura de um habitat detalhadamente, até mesmo a posição das folhas nos galhos. Pode detectar a abundância e a distribuição das populações de espécies e também as propriedades físicas do habitat que afetam essas populações. Os dados podem nos ajudar a entender as necessidades de recursos por parte dos animais e o quão adequadamente estão sendo atendidas.

A [imagem térmica](#)<sup>134</sup> usa câmeras infravermelhas para capturar as assinaturas de calor dos animais em uma área. Pode determinar a presença de tipos particulares de animais e seus números populacionais, incluindo dos animais que se camuflam. Uma de suas maiores utilidades é detectar o estresse físico, que pode ocorrer devido a uma lesão, doença, medo ou outro tipo de resposta à ameaça. Também permite identificar lesões locais.

---

<sup>133</sup> Para mais detalhes sobre essas tecnologias, ver *Ética Animal* (2022d).

<sup>134</sup> Para um estudo detalhado, ver *Animal Ethics* (2020).

A *análise de dados acústicos* (sons dos animais e dos ambientes em que vivem) fornece informações sobre a saúde, interações entre animais e mudanças nas condições de um habitat. As gravações incluem sons infrassônicos e ultrassônicos, ambos fora do alcance da audição humana. Existem microfones que funcionam tanto na água quanto na terra e no céu.

O [DNA ambiental \(eDNA\)](#)<sup>135</sup> é uma forma de coletar material genético em ambientes naturais, como pelos, penas, fezes e escamas. Não requer interação com os animais, evitando assim qualquer impacto negativo sobre eles. Fornece informações sobre a dieta, saúde e idade de um animal. Pode estimar os tipos de animais que vivem em uma área e suas quantidades.

Melhorias contínuas no poder de processamento de dados aumentarão nossa capacidade de usar os dados para obter *insights* sobre o bem-estar dos animais. À medida que aumentar a conscientização sobre a situação dos animais selvagens, o uso dessas tecnologias se expandirá, fornecendo muito mais informações práticas sobre como ajudar os animais.

---

<sup>135</sup> Para um estudo detalhado, ver *Ética Animal* (2022b).

## **29. Os animais teriam o direito de não serem esterilizados?**

### **29.1. A objeção da violação dos direitos**

Como vimos no [Capítulo 3](#), a maximização de nascimentos contribui em alto grau para maximizar a quantidade de sofrimento e de mortes prematuras. Assim sendo, um dos focos principais da proposta de prevenir os danos naturais seria minimizar as taxas de nascimentos.

Uma objeção a tal proposta envolve apontar que isso implica em defender a esterilização, e que esterilizar alguém contra a sua vontade é violar seus direitos (como o direito à reprodução e à integridade física). De acordo com essa objeção, a ação correta é não minimizar as taxas de nascimentos, mesmo que isso implique em mais sofrimento e mortes ao longo do tempo.

### **29.2. Três formas de responder à objeção da violação dos direitos**

Há pelo menos três formas de responder à objeção da violação dos direitos.

*Há muitas formas de ajudar que não envolveriam esterilizar*

A primeira apontaria que todas as formas de minimizar os danos naturais que não envolvessem esterilizar não violariam o alegado direito à não esterilização: vacinar, tratar doenças, fornecer água, comida, abrigo, socorro diante de desastres naturais, não recriar as condições para a maximização dos nascimentos etc. Assim, mesmo que alguém rejeitasse a esterilização teria que aceitar a proposta de ajudar os animais selvagens em todos esses casos.

*O apelo às consequências*

A segunda resposta é simplesmente rejeitar que devemos respeitar direitos em circunstâncias em que fazê-lo resultar em uma situação ainda pior do que se não os respeitássemos<sup>136</sup>.

Porém, diante dessa resposta, poderia ser objetado que, para saber se devemos respeitar uma regra, o que devemos fazer não é avaliar as consequências de cada ato, e sim, avaliar se tal

---

<sup>136</sup> Esse raciocínio é característico das teorias [consequencialistas de atos](#).

regra resultaria nas melhores consequências na maioria dos casos se todos a seguissem<sup>137</sup>. Segundo essa posição, se uma regra passa nesse teste, devemos sempre respeitá-la, mesmo nas circunstâncias onde violá-las resultaria em melhores consequências.

Entretanto, o problema com isso é que respeitar o alegado direito à não esterilização *na maioria dos casos* teria piores resultados (e, portanto, não seria uma regra que resultaria em melhores consequências se fosse seguida por todos). Como vimos no [Capítulo 3](#), a vasta maioria dos animais tem milhares ou mesmo milhões de descendentes por ninhada, o que resulta sempre em taxas de sobrevivência baixíssimas.

É claro, aceitar a esterilização nesses casos não implica necessariamente ter que aceitá-la no caso de animais que têm poucos filhotes por ninhada e investem em cuidado parental, pois nesses casos há mais chances de o filhote ter uma vida significativa (ainda que, dependendo das circunstâncias, talvez mesmo nesses casos esterilizar resulte em melhores consequências, haja vista que muitas vezes tais animais estão em situações de escassez ou desastres). Entretanto, certamente a preocupação com as consequências implicaria aceitar a esterilização na vasta maioria dos casos.

#### *Negar a existência do direito em questão*

Até agora nosso raciocínio centrou-se na avaliação das consequências. Contudo, poderia ser objetado que as consequências não importam para saber se devemos respeitar ou não um direito. Segundo essa posição, se um direito existe devemos respeitá-lo independentemente de quais seriam as consequências (seja de cada ato, seja da sua adoção geral enquanto regra)<sup>138</sup>.

Entretanto, mesmo quem assume uma posição desse tipo não tem de necessariamente aceitar que a esterilização viole direitos, pois pode: (1) ou negar que exista o direito à não esterilização (mesmo que reconheça a existência de outros direitos); (2) ou aceitar a existência do direito à não esterilização, mas negar que tal direito exista em toda e qualquer situação.

Por exemplo, poderia ser argumentado que a garantia de tal direito, em determinados casos, pode implicar na violação de outros direitos mais fundamentais. Como vimos, a defesa do

---

<sup>137</sup> Esse raciocínio é característico das teorias [consequencialistas de regras](#).

<sup>138</sup> Esse raciocínio é característico das teorias [deontologistas](#).

direito à não esterilização está fundada, ou no direito à reprodução, ou no direito à integridade física. Veremos a seguir esse ponto primeiramente em relação ao direito à reprodução, e depois em relação ao direito à integridade física.

### 29.3. Discutindo a defesa do direito à reprodução

Suponhamos que um casal saiba que, se conceber uma criança agora, esta nascerá apenas para experimentar sofrimento intenso. Quem mantém que existe o direito moral à reprodução *em todo e qualquer caso* teria de manter que tal casal tem direito de ter a criança mesmo assim (e, mesmo que fosse não uma criança apenas, mas um grande número delas – fazendo uma analogia aqui com a estratégia reprodutiva que maximiza o número de filhotes).

Defender que, para haver um *direito* à reprodução, é *suficiente* haver um *interesse* dos progenitores em se reproduzir, é desconsiderar totalmente o impacto da decisão sobre o bem-estar dos seres que nascerão. Ficar sem se reproduzir (ou mesmo ser esterilizado) é um dano muito menor do que nascer para uma vida que contém apenas sofrimento extremo.

Poderia ser objetado que, como os filhotes não existem ainda, seu bem-estar não conta. O problema com essa resposta é que, diferentemente de quando alguém decide não produzir um nascimento, quando se decide produzir um nascimento tais indivíduos passarão a existir.

Poderia ser objetado que esse raciocínio só faz sentido se não aceitamos que direitos morais existem. Mas, isso não é verdade. Alguém poderia, por exemplo, defender que existem outros direitos (à vida, por exemplo), mas não o direito à reprodução. Ou poderia aceitar que existe o direito moral de reprodução, *mas não nesse caso*. Poderia manter que tal direito existe somente se certas condições são cumpridas (por exemplo, boas chances de a vida dos seres futuros ser minimamente significativa). A situação dos animais na natureza, *pelo menos* da imensa maioria dos membros de espécies que maximizam os filhotes (que são a vasta maioria das espécies), é um extremo no qual tais condições não estão presentes<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Esse raciocínio não implica necessariamente a adoção de uma visão [consequencialista](#) (ainda que seja compatível com esta), pois apenas previne que o resultado não seja extremamente ruim (não garante que seja o melhor entre as opções disponíveis).

#### **29.4. A esterilização violaria um direito à integridade física?**

Seja por intervenção cirúrgica ou por outros métodos (por exemplo, oferecer alimentos com esterilizante), a esterilização é uma intervenção no corpo de alguém (no caso dos animais não humanos, sem o seu consentimento informado). Com base nisso, poderia ser objetado que a esterilização viola o direito à integridade física.

Um problema com essa objeção é que garantir esse suposto direito à integridade física violaria outros direitos de igual peso ou mais fundamentais (por exemplo, a integridade física e a vida de terceiros). No caso dessas reproduções, a integridade física e a vida de terceiros seriam violadas (muitos terceiros, pensando aqui nos animais que se reproduzem maximizando o número de filhotes, que nasceriam apenas para sofrer e morrer logo em seguida).

Assim, mesmo se os direitos à integridade física e à reprodução existirem, isso seria insuficiente para se proibir a esterilização (pelo menos no caso dos animais em que os filhotes nascem apenas para sofrer intensamente), dado que a situação dos animais na natureza geralmente não cumpre as condições nas quais tais direitos deveriam ser garantidos.

#### **29.5. A objeção da esterilização humana**

Uma objeção à conclusão anterior defende que, se é correto esterilizar animais não humanos devido à impossibilidade de os futuros filhotes terem uma vida significativa, então é correto esterilizar, contra a sua vontade, humanos que vivem em situação de pobreza.

Um problema com essa objeção é não distinguir situações em que são as características da reprodução *em si* o que torna impossível que as vidas dos futuros seres sejam significativas, de outras nas quais o que impede que haja vida significativa são questões *sociais*. Como exemplo do primeiro tipo de caso podemos citar a estratégia reprodutiva que, devido à biologia dos animais envolvidos, maximiza o número de filhotes para muito além dos recursos disponíveis, ou o caso em que os filhos nascerão com tantas doenças e deformações que terão uma existência na qual predomina o sofrimento intenso. Já a situação de pobreza é um exemplo do segundo tipo de caso.

Assim, para haver justificativa para esterilizar alguém (independentemente de espécie) contra a sua vontade, é preciso que todas as três condições a seguir sejam cumpridas: (1) que, caso se reproduza, seja grande a probabilidade de dar origem a filhos que experimentariam predominantemente sofrimento extremo; (2) haja alta probabilidade de se reproduzir e; (3) não exista outra forma menos danosa igualmente eficiente de prevenir tais reproduções.

### **29.6. A objeção de que devemos buscar outros meios**

A objeção seguinte concorda que a esterilização é justificável desde que não haja outra saída menos danosa. Contudo, mantém que existe outra saída: oferecer alimentação, recursos e cuidados básicos aos futuros filhotes.

O problema com essa objeção é que, dada a taxa altíssima de filhotes por reprodução (milhares ou até milhões por ninhada), teria de existir um ecossistema de tamanho astronômico com recursos em abundância, trilhões (ou quadrilhões) de vezes maior do que nosso planeta, para que todos os filhotes tivessem o mínimo de recursos disponíveis. E, mesmo que houvesse recursos disponíveis para todos, e todos conseguissem utilizá-los, ainda assim teria de haver controle de natalidade, pois, dada a taxa de natalidade gigantesca dessas espécies, rapidamente os recursos se tornariam escassos (lembrando que os filhotes sobreviventes tenderiam a se reproduzir, e assim por diante). Assim, no máximo, essa objeção pode fazer algum sentido para o caso de animais membros de espécies que não maximizam a quantidade de filhotes (que são uma ínfima *minoría* dos seres sencientes).

É claro, podem existir alternativas à esterilização que sejam tão eficientes quanto (ou até mesmo mais eficientes) para prevenir nascimentos. Esse pode ser o caso da redução da produtividade primária, que discutiremos no [item 31.18](#). Havendo menos vegetação, a tendência é isso implicar em uma diminuição da taxa total de nascimentos. Entretanto, pode ser que a esterilização cause menos danos individualmente (apesar de a redução da produtividade primária provavelmente ter um melhor custo/benefício em termos de aplicabilidade).

### **29.7. A objeção da experimentação animal**

Outra objeção aponta que, se é correto esterilizar alguém contra a sua vontade para evitar dano para outros seres sencientes, então é correto obrigar alguém a servir de modelo de pesquisas. Contudo, no caso da experimentação animal, não são os animais utilizados que estão a ponto de causar danos aos outros seres sencientes, e sim as doenças das quais esses outros seres são vítimas. Já no caso da esterilização é o próprio movimento do corpo daqueles que se reproduzem o que dá origem a milhões de mortes. No caso da experimentação animal, é possível escolher pesquisar outros meios de curar as doenças sem utilizar os animais. Já no caso do sofrimento e das mortes causados pela maximização das reproduções dos animais, não há como diminuí-los sem impedir as próprias reproduções. É claro, como vimos, talvez seja impossível impedir essas reproduções por outros meios, como a redução da produtividade primária. Mas, seja lá qual meio for empregue, é diferente do caso da experimentação animal.

## **29.8. Conclusão**

A esterilização de animais domesticados é amplamente aceita por defensores dos animais. E o motivo é exatamente a quantidade de sofrimento e de mortes causada pelas taxas de reprodução. Cães e gatos têm em média 4 ou 5 filhotes por ninhada. Essas taxas de reprodução tendem a causar muito sofrimento e mortes em longo prazo, mas comparado ao que acontece no caso dos animais que tem milhares ou milhões de filhotes por ninhada, esses números quase desaparecem em comparação. Assim, temos razões muito mais fortes, no caso da imensa maioria dos animais selvagens, para justificar a esterilização.

Façamos uma analogia com a espécie humana. Imaginemos que toda vez que alguém se reproduzisse gerasse milhões de crianças, e que apenas duas sobrevivessem e o restante nascesse apenas para sofrer ao extremo. Nessa situação veríamos (corretamente, a meu ver) a esterilização (e mesmo a reprogramação genética) com alívio e esperança, e não com repulsa.

O fato de muitas pessoas terem um tipo de atitude diante de humanos e de animais domesticados, e a atitude oposta diante de animais selvagens, pode ser um reflexo de vários fatores. Um deles pode ser a crença equivocada de que os animais na natureza normalmente vivem bem. Outro é a ideia de que o bem dos animais selvagens importa muito pouco, e que importam apenas enquanto componentes de ecossistemas e exemplares de espécies. Como vimos em outros capítulos, tais atitudes são injustificáveis. A situação geral dos animais selvagens são os casos nos quais mais facilmente se justificam programas de esterilização.

### 30. A questão do parasitismo

Uma crença comum é a de que a proposta de ajudar os animais selvagens teria de proibir tratar casos de parasitismo, pois salvaria um único animal à custa da morte de muitos, tornando a situação resultante pior.

Entretanto, [a morte não é ruim intrinsecamente, mas devido ao bem que ela poderia impedir de ser desfrutado](#). Assim, para que a quantidade de mortes seja relevante para determinar o quão ruim é uma situação, é necessário que sejam mortes:

(1) De seres sencientes e;

(2) De seres sencientes cuja perspectiva de vida futura é positiva a ponto de ser preferível à morte.

Assim, nos casos em que os parasitas não são sencientes, e o hospedeiro é senciente, mesmo que tratar o parasitismo resulte em mais mortes, a situação resultante é melhor, pois a morte não é um dano para tais parasitas.

No caso dos parasitas já sencientes, teria de ser avaliado se suas vidas seriam minimamente significativas. Se não forem (e não for possível torná-las), então a morte não representaria para eles um dano maior do que continuarem vivos. Assim, poderia haver justificativa para tratar a vítima mesmo que os parasitas fossem sencientes, e mesmo que fazê-lo implique em maior quantidade de mortes.

Suponhamos para efeito de argumentação que em determinado caso os parasitas fossem mais prejudicados se morrerem, e que então a decisão correta fosse não tratar o hospedeiro. Ainda assim, não se poderia fazer oposição alguma à prevenção de futuros casos de parasitismo (por exemplo, por meio de esterilização), pois deixar de produzir novos seres não é o equivalente de matar seres que já existem.

Além disso, não tratar o parasitismo provavelmente resultaria em um maior número de mortes e sofrimento. Como explicado a seguir, isso pode ser assim no curto prazo e certamente é assim no longo prazo.

Mesmo em curto prazo, não tratar o hospedeiro poderia resultar em um maior número de mortes. Existem casos em que é possível retirar os parasitas (por exemplo, larvas) vivos. E existem casos em que retirar os parasitas é a única maneira de fazer com que tenham uma vida mais longa. Por exemplo, no caso de larvas que se tornarão moscas, isso só acontecerá se em determinado ponto da maturação estiverem fora do corpo do hospedeiro. Do contrário, morrerão ali.

Contudo, suponhamos que tratar o hospedeiro implique sempre em um maior número de mortes em curto prazo (assumindo que os parasitas são sencientes, o que muitas vezes não é o caso). Quase a totalidade dos parasitas são animais que se reproduzem maximizando a quantidade de filhotes. Se forem sencientes, como vimos no [Capítulo 3](#), o resultado de tal estratégia reprodutiva é também a maximização do número de mortes e do sofrimento para os próprios membros de tais espécies. Assim, dado que o potencial reprodutivo desses animais é gigantesco, não tratar o hospedeiro resultará nos parasitas continuando a se reproduzir e a infectarem novas vítimas (e, portanto, resultará em maior número de mortes, maior sofrimento, maior quantidade de vidas com predominância de sofrimento, maior quantidade de vidas com duração curtíssima etc.). Isso nos dá razões não apenas para tratar vítimas de parasitismo já infectadas, mas, principalmente, para prevenir o parasitismo em geral<sup>140</sup>.

Assim sendo, é falso que a proposta de prevenir os danos naturais proibiria tratar casos de parasitismo.

---

<sup>140</sup>Uma discussão detalhada sobre a questão do parasitismo pode ser encontrada em Cunha (2022, p. 263-72).

## **31. A questão da predação**

### **31.1. A visão predominante**

A visão predominante é a de que é errado intervir em casos de predação entre animais selvagens. Porém, um número crescente de autores tem questionado essa visão nas últimas décadas<sup>141</sup>. O presente capítulo examina os principais argumentos presentes nesse debate.

### **31.2. A ideia de que a predação não é uma questão para a ética**

Por vezes é defendido que a questão da predação não é uma questão para a ética porque os predadores não são responsabilizáveis, uma vez que não entendem questões de ética<sup>142</sup>. Contudo, esse fato não faz com que a predação deixe de ser uma questão para a ética, pois a questão sobre se devemos intervir na predação *não é colocada para os predadores*, e sim *para nós, agentes responsabilizáveis*.

É curioso que a afirmação "a predação não é uma questão para a ética" seja mencionada como tentativa de fundamentar que é moralmente errado intervir na predação, uma vez que uma afirmação contradiz a outra. Isto é, não faz sentido dizer "a ação X não é passível de avaliação ética" e em seguida dizer "é moralmente errado fazer a ação X".

Toda vez que for possível perguntar se uma ação (seja ato ou omissão) deveria ser *proibida*, *requerida* ou *permitida*, ela é uma questão de ética. Portanto, a decisão sobre o que fazer em casos de predação é uma questão de ética.

### **31.3. A ideia de que é errado intervir porque os predadores não têm culpa**

Outro argumento similar defende que o fato de os predadores não serem responsabilizáveis *torna errado* intervir em casos de predação. Na base dessa posição está a ideia de que, se alguém não é moralmente responsável pelo dano que causa, não devemos prevenir esse dano.

---

<sup>141</sup> Bonnardel (1996); Cowen (2003); Cunha (2018, p. 168-88; 2022, p. 156-72); Fink (2005); McMahan (2010a, 2010b, 2015); Pearce (2009); Sapontzis (1984, 1987) e Torres Aldave (2015).

<sup>142</sup> Ver Regan (2004 [1983], p. 285); Singer (2004, p. 255, 256); Taylor (1986, p. 178).

Entretanto, uma coisa não implica a outra. Por exemplo, não faz sentido responsabilizar uma criança pequena que, com um bastão, acerta a cabeça de outra; mas o sofrimento da vítima é algo negativo, e essa é uma razão para se evitar que tal resultado tenha lugar. Nossas responsabilidades morais podem ir além de reparar erros de outros agentes responsabilizáveis (podem envolver, por exemplo, tornar o mundo um lugar com menos sofrimento e mortes)<sup>143</sup>.

Poderia ser alegado que uma diferença entre o caso da predação e o exemplo acima é que os predadores morrem se não predarem. Entretanto, esse já é outro argumento, pois apela à necessidade de predação para sobreviver, e não ao fato de o predador não ser responsabilizável. Discutiremos esse outro argumento nos itens [31.10](#), [31.11](#) e [31.12](#).

#### **31.4. A defesa de que a predação é neutra por ser resultado de agentes amorais**

Outro argumento similar mantém que, porque os predadores não são responsabilizáveis, os danos que causam são *neutros* e que, por isso, não há nenhuma razão para preveni-los. Entretanto, uma coisa não implica a outra. Por exemplo, o sofrimento é negativo devido às suas características intrínsecas, e estas não dependem de se quem o causa é ou não responsabilizável. Portanto, o sofrimento decorrente da predação é negativo, e não, neutro<sup>144</sup>.

#### **31.5. Absurdo por ser impossível de cumprir**

Outro argumento contra intervir na predação aponta que jamais conseguiremos acabar com toda a predação no mundo. Entretanto, o fato de não conseguirmos acabar com todos os casos de um problema não mostra que não devemos agir nos casos em que conseguiríamos fazê-lo<sup>145</sup>. Também não conseguimos impedir todos os danos que os humanos sofrem, muito menos todos os danos que os humanos causam aos animais, mas isso não implica que não devemos tentar impedir o máximo que conseguiríamos. O mesmo vale para a predação.

#### **31.6. Acusação de fascismo**

---

<sup>143</sup> Sapontzis (1987, p. 231); Cowen (2003, p. 176-177); Nussbaum (2006, p. 379).

<sup>144</sup> Sobre isso, ver Sapontzis (1987, p. 230-231).

<sup>145</sup> Sobre isso, ver Sapontzis (1984, p. 32, 35, 36).

Outra alegação defende que intervir na predação é errado porque seria um ato de *facismo* por não aceitar as diferenças (seria como a homofobia e o racismo). Entretanto, essa analogia não funciona. A raça e a orientação sexual de alguém não implicam na morte de outros indivíduos. A predação, pelo contrário, implica na morte (geralmente com sofrimento extremo<sup>146</sup>) de uma quantidade gigantesca de indivíduos. Querer fazer com que no mundo haja menos sofrimento e mortes é bem diferente de discriminar alguém por conta de sua raça ou orientação sexual.

### **31.7 Acusação de sentimentalismo**

Outra objeção mantém que a intervenção na predação é motivada por sentimentalismo (a compaixão pela presa), e que, por isso, deveria ser rejeitada. É verdade que alguém possuir um sentimento forte em relação a uma questão não mostra que necessariamente a posição que defende está correta. Por exemplo, pode ser que seu sentimento seja fruto de um preconceito; que viole a justiça; ou que sua compaixão seja seletiva. Contudo, tampouco mostra que está errada. É possível que aquilo que alguém conclui motivado por seus sentimentos seja o mesmo que concluiria a partir de uma perspectiva imparcial, pesando todos os argumentos contrários e favoráveis a certa ação. Só descobriremos se esse é ou não o caso se fizermos uma análise imparcial da questão.

### **31.8. Especismo e intervenções na predação**

Outra objeção mantém que intervir na predação é uma atitude especista. Entretanto, essa acusação só faz sentido em situações nas quais quem decide: (1) está preocupado apenas com a predação *sobre* ou *por parte de* membros de certa(s) espécie(s) ou; (2) pesa os danos de maneira arbitrária de acordo com a espécie dos envolvidos.

Por exemplo, a posição padrão é a de que, quando os humanos são vítimas da predação, é sempre correto intervir independentemente das consequências, e que quando os animais não humanos são as vítimas, é sempre errado intervir, mesmo que as consequências de não intervir sejam piores. Isso é especismo, puro e simples. Curiosamente, essa é a posição mais comum entre os que acusam de especismo a proposta de intervenção na predação.

---

<sup>146</sup> Sobre como os animais predados morrem, ver *Ética Animal* (2016).

Intervir na predação não é *necessariamente* especista. Por exemplo, se alguém dá igual peso a cada um dos afetados (sejam predadores ou presas), e afirma que a ação correta (seja intervir, seja não intervir) é a que resulta em menos danos totais, não está a ser especista<sup>147</sup>. Favorecer um indivíduo pertencente a uma espécie não é necessariamente ser especista (é especista somente se o favorecimento for tendencioso).

### **31.9. Intervir na predação é ser parcial?**

Uma objeção similar defende que intervir na predação é ser parcial a favor da presa (seja lá a qual espécie esta pertencer). Entretanto, essa acusação só faria sentido se intervir for necessariamente favorecer *tendenciosamente* as presas. Mas, há pelo menos uma maneira de defender a intervenção que não poderia ser acusada de favorecer tendenciosamente o atacado ou o atacante: a meta de *buscar o melhor resultado, mantendo que o bem de cada ser senciente afetado tem o mesmo peso*. Segundo essa visão, quando não intervir tiver piores consequências, devemos intervir, independentemente de quem é a presa e quem é o predador. Analogamente, essa posição defenderá não intervir quando intervir tiver piores consequências. Essa posição certamente é imparcial.

### **31.10. O apelo à necessidade de predar**

Outro argumento frequentemente utilizado para defender que é errado intervir na predação envolve apontar que os predadores morrem se não predarem. Veremos a seguir quatro problemas com esse argumento.

O primeiro problema é que ele é tendencioso: só leva em conta a morte dos predadores.

O segundo é que o argumento desconsidera totalmente a *quantidade* de mortes. Por exemplo, um predador mata muitas presas ao longo da vida, geralmente com sofrimento intenso. Poderia ser objetado que a predação minimiza a quantidade total de mortes, pois na ausência de predação as presas se reproduziriam mais ainda. Entretanto, esse não é o caso de toda predação. Por exemplo, grandes herbívoros consomem muita vegetação e isso diminui drasticamente a quantidade de nascimentos de insetos. Assim, uma diminuição na taxa de

---

<sup>147</sup> Ver, por exemplo, Horta (2010) e Pearce (2009).

predação sobre grandes herbívoros, justamente por aumentar a população desses herbívoros, provavelmente diminuiria a quantidade total de mortes por diminuir a quantidade total de nascimentos. Ou seja, se a preocupação for reduzir a quantidade de mortes, então tem-se que admitir que intervir na predação é correto quando resultar em menor quantidade de mortes.

O terceiro problema é que intervir na predação não necessariamente implica na morte do predador. Existem algumas comidas de origem vegetal que utilizam nutrientes sintetizados que suprem as necessidades dos organismos de determinados predadores, como os gatos. Esterilizar ou [modificar geneticamente](#) um predador também não implica necessariamente em sua morte<sup>148</sup>. Independentemente de se tais práticas são corretas ou não, a sua existência mostra que é falso que intervir na predação implica necessariamente na morte do predador.

O quarto problema é que, mesmo que predação fosse atualmente necessário para todo e qualquer predador, isso não mostra que seria errado tornar tal coisa desnecessária (por exemplo, por meio de mudança genética). O que o argumento diz é que, havendo uma necessidade, não devemos impedir sua realização. Entretanto, isso não implica que é errado fazer com que essa necessidade deixe de existir.

### **31.11. O apelo a danos menores sobre o predador**

Outra objeção possível seria dizer que o predador é prejudicado por ter que comer comida vegetal, ou por ser esterilizado ou reprogramado geneticamente.

A primeira resposta possível a essa objeção é negar que algumas dessas ações acarretem dano aos predadores. Comer uma comida diferente não necessariamente é um dano. O mesmo vale para a mudança genética. Suponhamos que seja feita uma mudança genética em certos predadores para que se tornem herbívoros. Os animais da geração futura que nascessem herbívoros não perderiam nada pelo fato de seus antepassados terem sido carnívoros. Mesmo os animais da geração atual não parecem perder algo por terem modificadas suas necessidades nutricionais. Outro exemplo de intervenção na predação que não causa dano é prevenir a predação por parte de plantas carnívoras, uma vez que não são sencientes.

---

<sup>148</sup> Para uma defesa da reprogramação genética, ver Pearce (2009).

A segunda resposta é apontar que, mesmo que os predadores sejam prejudicados por tais ações, o dano para eles é muito menor do que o dano que terá lugar se for permitida a predação. Assim, a objeção é culpada de arbitrariedade, pois um dano menor ao predador é considerado um trunfo sobre danos muito maiores sobre as presas (serem comidas vivas). Em tal visão, o dano resultante da intervenção, por menor que seja, é visto como mais grave do que danos muitíssimo maiores que resultariam da não intervenção.

Quando humanos correm risco de serem predados, a posição padrão é simplesmente que é correto matar os predadores, e ponto final. Suponhamos que fosse defendido, por preocupação com os predadores de humanos, que em vez de matá-los, deveríamos reprogramá-los geneticamente, esterilizá-los, ou criar uma comida vegetal que supra suas necessidades. Provavelmente tal proposta não seria aceita, mas não por preocupação com os predadores, e sim porque gastariam recursos com membros de outras espécies. Contudo, o julgamento muda para o contrário quando a predação acontece sobre animais não humanos: propostas como a esterilização, a reprogramação genética e a criação de comida vegetal para predadores são rejeitadas por preocupação com um possível dano para os predadores. Isso é especismo.

### **31.12. O apelo ao direito de garantir a sobrevivência**

Poderia ser defendido que o predador têm o direito de garantir sua sobrevivência, e que devemos proteger esse direito, seja lá quais forem as consequências. Portanto, segundo essa posição, é sempre errado prevenir casos de predação.

Observe que essa posição implica que também é errado defender a si próprio ou a outros humanos da predação. Isso é algo que dificilmente os seus proponentes aceitariam. Mas, se não aceitarem, estão sendo especistas. Contudo, suponhamos para efeito de argumentação que alguém defenda que é sempre errado impedir uma predação de ocorrer, mesmo se for sobre outros humanos ou sobre si próprio. Mesmo nesse caso, há outras razões para rejeitarmos essa posição, que veremos a seguir.

A primeira é que ela assume que devemos cumprir certas regras, seja lá quais forem as consequências. Então, quem acredita que a ação correta coincide com a que resulta nas melhores consequências jamais poderia aceitar o que tal visão propõe.

A segunda é que mesmo a perspectiva que defende que há direitos que devem ser garantidos independentemente das consequências não dá base a essa posição. Isso porque, se os predadores têm direitos, também têm as presas, e a posição em questão é arbitrária por defender apenas os direitos dos predadores. Nesse ponto poderia ser objetado que tanto predadores quanto presas têm direito de tentar sobreviver e que isso implica em deixarmos cada um lutar com suas forças. Um problema com isso é que, se garantir direitos implica na mesma coisa que cada um lutar por si, então não há nenhum sentido em se reivindicar a existência de direitos.

Reconhecer um *direito* à sobrevivência, ao invés, implicaria em *proteger* o interesse em viver, *tanto do predador quanto da presa*. Por exemplo, implicaria na pesquisa de garantir a sobrevivência dos predadores com outro tipo de alimento, e não na não intervenção.

Além disso, a posição em questão defende que direitos devem ser protegidos seja lá quais forem as consequências. Então ela não pode apelar ao risco de consequências negativas de se prevenir a predação. Isto é, essa posição, ao contrário do que pode parecer inicialmente, teria que defender sempre prevenir a predação, seja lá quais forem as consequências.

Poderia ser objetado que predadores, por não terem senso de certo e errado, não violam direitos<sup>149</sup>. Há duas respostas possíveis aqui. A primeira é defender que a violação de um direito se caracteriza pelo tipo de ato, e isso não depende de se quem o praticou tem ou não senso de certo e errado. A segunda é defender que, mesmo se for verdade que os predadores não violam direitos, isso é irrelevante, pois a questão é se *nós*, que temos senso de certo e errado, violamos um direito se não intervimos na predação.

Outra objeção seria defender que só existem *direitos negativos*, que implicam que os agentes devem se refrear de fazer certas coisas prejudiciais, mas que não há nenhum direito de ser socorrido<sup>150</sup>. O primeiro problema com esse argumento é que, mesmo que não houvesse direito de ser socorrido, isso não implica que seria *errado* socorrer vítimas da predação. Socorrer poderia ser permissível e até mesmo louvável. O segundo problema é que, se a razão

---

<sup>149</sup> Ver, por exemplo Regan (2004 [1983], p. 285).

<sup>150</sup> Ver, por exemplo, Francione (2000).

para se atribuir direitos a alguém é a proteção desse alguém<sup>151</sup>, não faz sentido dizer que direitos se limitam a direitos negativos, uma vez que ameaças ao bem de alguém não se limitam aos atos dos agentes morais (podem resultar de omissões).

Assim, um apelo a direitos não mostra que é errado intervir em casos de predação.

### **31.13. Intervenções na predação amplamente aceitas**

Há uma série de intervenções na predação amplamente aceitas e praticadas. Por exemplo, para defender a si próprio, a outros humanos, ou os animais que convivem conosco. Outro exemplo são as intervenções na predação motivadas por razões ambientalistas, como a ecologia do medo (a reintrodução de predadores onde já estavam extintos<sup>152</sup>) e as intervenções para matar predadores caso estejam a ameaçar uma espécie rara<sup>153</sup>.

Assim, as pessoas parecem considerar errado intervir na predação *apenas quando* esta se dá entre *animais selvagens* e a *meta* da intervenção é a preocupação com o próprio *bem dos animais não humanos* (e não metas antropocêntricas ou ambientalistas) – o que chamaremos aqui de *arranjo específico*. Essas pessoas precisam explicar então por que intervir na predação seria errado apenas no arranjo específico.

Nenhuma dos argumentos que discutimos até agora poderia explicar essa diferença. Por exemplo, nos casos de intervenção na predação amplamente aceitos os predadores também não são agentes responsabilizáveis, também têm necessidade de predação, e nesses casos a intervenção também acarreta em alguma dessas coisas: matá-los, modificá-los geneticamente, esterilizá-los ou trocar sua forma de se alimentar. Haveria então alguma outra forma de justificar que intervir na predação é errado apenas no arranjo específico? A seguir discutiremos algumas tentativas.

### **31.14. O apelo ao comportamento dos animais**

---

<sup>151</sup> Isso é admitido tanto por Regan (2004 [1983], p. 243) quanto por Francione (2000, p. 127-129).

<sup>152</sup> Para críticas à ecologia do medo, ver Horta (2017 [2010]).

<sup>153</sup> Engeman *et al.*, 2009

Uma primeira tentativa de fundamentar a diferença aponta que animais de espécies sociais defendem da predação os animais da sua própria espécie, mas não os de outras espécies e que, portanto, deveríamos fazer o mesmo.

Há dois problemas com esse argumento. O primeiro é que é duvidoso que os animais defendam da predação apenas membros da própria espécie. Entretanto, o principal problema com o argumento é que o fato de um comportamento ser exibido pelos animais não implica que esteja correto<sup>154</sup>. Por exemplo, há animais que matam filhotes de adversários e até mesmo os próprios filhotes; matam por disputas de poder; roubam; estupram etc. Inclusive o canibalismo foi encontrado em mais de 1300 espécies, em uma grande variedade de contextos sociais e ecológicos<sup>155</sup>. O fato de os animais fazerem tais coisas não as torna corretas.

### **31.15. O argumento da capacidade de evitar a ameaça**

Outro argumento defende que não há necessidade de se intervir na predação entre animais selvagens porque, se suas espécies ainda existem, então é porque possuem a capacidade de escapar da predação. Já no caso de crianças humanas, por outro lado, devemos intervir porque elas não têm tal capacidade, conclui o argumento<sup>156</sup>.

O erro principal desse argumento é usar um raciocínio baseado na espécie para o caso dos animais selvagens e outro baseado nos indivíduos para o caso humano. O fato de uma espécie não ser extinta mostra apenas que *alguns* de seus membros conseguiram se reproduzir antes de escaparem da predação. Não mostra sequer que esses indivíduos escaparam da predação até o fim de suas vidas, e muito menos que todos os membros dessa espécie escaparam da predação. Por exemplo, como o próprio argumento reconhece, o fato de a espécie humana ainda existir não mostra que todos os seus membros têm capacidade de escapar da predação.

### **31.16. A preocupação com as consequências**

Um dos principais argumentos contra intervir na predação defende que fazê-lo ocasionaria mais sofrimento e mortes do que previne porque, na ausência de predadores, as presas terão

---

<sup>154</sup> Sobre isso ver Fink (2005, p. 5), Mill (1909, p. 29, 30).

<sup>155</sup> Sobre isso, ver Polis (1981); Mitchell e Walls (2008).

<sup>156</sup> Esse argumento é oferecido por Regan (2004 [1983], p. XXXVI-XXXVII.)

uma explosão populacional, resultando em maior número de mortes por inanição (e mesmo por predação, haja vista que em muitos casos são também predadores de animais menores).

Um primeiro problema com esse argumento é que ele também não poderia explicar qual a diferença entre intervir na predação no arranjo específico e nos casos amplamente aceitos. Por exemplo, também não sabemos se prevenir a predação sobre humanos tem melhores consequências em longo prazo, pois como veremos em detalhes nos capítulos [36](#) e [37](#), é incerto se o que tem melhores consequências é haver uma população humana maior ou menor.

Além disso, uma implicação da preocupação com as consequências é que ela não poderia fundamentar que é *sempre* errado intervir na predação, pois se em determinado caso não intervir é que vai resultar em mais sofrimento e mortes, tal posição teria de aceitar intervir.

Poderia ser alegado que não existem casos desse tipo. Mas, não há base atualmente para se fundamentar essa alegação, pois muito poucos estudos foram feitos nesse sentido. Além disso, há razões iniciais para pensarmos que na verdade há muitos casos assim. Um exemplo é se as espécies de predadores que forem alvo da esterilização forem também as que tiverem os maiores potenciais reprodutivos. Outro exemplo é a diminuição de taxas de predação sobre herbívoros de grande porte, pois estes animais consomem muita vegetação, reduzindo assim a produtividade primária que é a base da cadeia alimentar (o que reduz as taxas de nascimentos totais). Assim, uma diminuição na predação sobre herbívoros de grande porte diminuiria o sofrimento e as mortes totais justamente por aumentar a população de grandes herbívoros.

Nesse ponto poderia ser objetado que, enquanto não houver estudos minuciosos sobre desdobramentos de consequências nesse sentido, devemos adotar uma política contra intervenções. Isso é razoável, mas não fundamenta que devemos deixar essa questão de lado e "deixar a natureza seguir o seu curso" (nem fundamenta que é certo intervir somente quando as vítimas são humanas). Pelo contrário, fundamenta que devemos desenvolver esses estudos – pelo menos, é isso que seria feito por alguém com uma preocupação séria com as consequências. Se isso é rejeitado, então é um indicativo de que a preocupação com as consequências foi mencionada não como uma preocupação real, e sim como uma desculpa para se continuar a manter a crença de que intervir na predação é sempre errado.

### 31.17. Casos já existentes e prevenção de novos casos

Vimos acima que parece não haver como fundamentar que é sempre errado intervir na predação. Entretanto, suponhamos que fosse errada qualquer intervenção na predação por conta de algum possível dano ao predador. Isso não nos diria nada sobre a moralidade de *prevenir* novos nascimentos de predadores, pois nesse caso tratam-se de meras *possibilidades de seres sencientes futuros* que não chegariam a se concretizar (e não, seres que já existem e seriam prejudicados). Isso será explicado em mais detalhes a seguir.

A maioria das pessoas não defende que há um dever de produzir novos indivíduos. E mesmo as que defendem a existência desse dever reconhecem que matar quem já existe é pior do que deixar de produzir novos indivíduos. Há boas razões para se pensar assim. Quando alguém que já existe é morto, há um indivíduo que é prejudicado. Por outro lado, em relação a deixar de produzir novos nascimentos, o que há são *possibilidades de indivíduos futuros* que não chegam a se concretizar. Por exemplo, imaginemos que, se um casal decide conceber uma criança agora, daqui a nove meses nascerá um indivíduo, mas que se decide esperar o próximo mês nascerá outro indivíduo, e assim por diante para os meses seguintes. Realizar uma dessas possibilidades implica em deixar de realizar várias das outras. Mas, isso não é o equivalente de matar alguém que já existe.

Exceto nos casos onde o predador morreria antes de conseguir predação pela primeira vez, o fato de se produzir novos predadores implicaria em mortes de presas. É claro, vários dos indivíduos que seriam mortos pela predação provavelmente não existem ainda. Mas, isso é diferente de possibilidades futuras de indivíduos que não chegam a se concretizar. Seriam indivíduos que chegariam a existir no futuro e que depois seriam mortos. Por outro lado, impedir o nascimento de novos predadores seria apenas deixar de concretizar possibilidades futuras de indivíduos. Se, como vimos antes, matar indivíduos já existentes é pior do que deixar de produzir novos indivíduos, isso implica prevenir o nascimento de novos predadores (desde que, é claro, as consequências não sejam piores do que não fazê-lo).

Vejam uma analogia. Quando temos recursos escassos e muitas pessoas morrendo de fome, é possível que diferentes pessoas discordem quanto a quem deve ter prioridade no recebimento dos recursos. Dar o recurso para algumas pessoas implicaria na morte de outras e vice-versa. Mas não discordariam sobre se seria melhor que todos pudessem ter recursos e

erradicássemos a fome. Da mesma maneira, diferentes pessoas preocupadas com os seres sencientes, mesmo que discordem se devemos neste ou naquele caso favorecer a presa ou ao predador, não poderiam discordar, por preocupação com os seres sencientes, que é melhor um mundo sem predação (desde que, com isso, as consequências não sejam piores do que aquelas decorrentes de um mundo com predação).

Poderia ser objetado que isso implicaria em extinguir espécies, e que então não devemos fazê-lo mesmo se as consequências de não fazê-lo forem piores para os seres sencientes em geral. Em primeiro lugar, isso não necessariamente implicaria a extinção de espécies, porque, como vimos, há a possibilidade de modificação genética. Mas, mesmo que implicasse, isso seria insuficiente para mostrar que é errado fazê-lo. Teria de ser mostrado que espécies possuem valor em si, e que esse valor é mais importante do que o bem dos seres sencientes. Mas, como vimos no [Capítulo 20](#), há boas razões para pensarmos exatamente o contrário.

### **31.18. A meta de diminuir a produtividade primária**

Dado o que vimos acima, ao contrário da crença predominante, não há nada de inerentemente errado intervir na predação. Na verdade, há boas razões para fazer com que não exista mais predação (desde que com isso não ocorram consequências piores do que se houver predação).

Entretanto, isso não significa que intervir na predação seja necessariamente a melhor maneira de prevenir/minimizar os danos naturais. Outra opção (provavelmente mais eficiente e segura) seria *reduzir a produtividade primária*, que é a quantidade de energia produzida pelas plantas por meio da fotossíntese, que serve de base para toda a cadeia alimentar<sup>157</sup>.

Isso não é o mesmo que cortar as plantas, pois nesse caso outras provavelmente cresceriam em seu lugar. Em vez disso, envolveria cobrir uma área de forma que as plantas não cresçam ali (por meio da pavimentação, cobrir o gramado com cascalho ou outra coisa que bloqueie a luz solar), o que reduziria a conversão de luz em energia alimentar.

Uma das objeções mais frequentes à intervenção na predação aponta para o risco de as presas se reproduzirem ainda mais, e então a intervenção aumentar a quantidade total de sofrimento e

---

<sup>157</sup> Para essa proposta, ver Tomasik (2013b).

de mortes prematuras. A proposta de reduzir a produtividade primária escapa facilmente a essa objeção, pois menos energia disponível conduz a uma população total menor de animais.

Além disso, também existem intervenções na predação que provavelmente teriam saldo positivo por indiretamente diminuir a produtividade primária. Por exemplo, se não houver predadores de herbívoros de grande porte, provavelmente haverá um aumento em suas populações. Esses herbívoros consomem uma grande quantidade de pasto, o que, por sua vez, diminui a produtividade primária e, por conseguinte, a população total<sup>158</sup>.

### **31.19. Conclusão**

Tudo o que discutimos neste capítulo mostra que o tabu que se estabeleceu em torno da questão da predação provavelmente é resultado do especismo, uma vez que a posição predominante quando os humanos são vítimas da predação é exatamente a oposta.

Nossas principais conclusões foram que: (1) há boas razões para que diminuamos a incidência de predação no mundo (desde que isso não implique em piores consequências); e que (2) há certas intervenções na predação que provavelmente teriam um impacto de saldo positivo ao longo do tempo por indiretamente reduzirem a produtividade primária.

---

<sup>158</sup> Sobre isso, ver Tomasik, (2016b, 2016c).

## **32. Discutindo nossa capacidade de avaliar quando viver vale ou não a pena**

### **32.1. O argumento da vida significativa**

Como explicado no [Capítulo 3](#), a imensa maioria dos animais que nasce na natureza experimenta basicamente sofrimento e morre de modo bastante prematuro. Se é assim, faz sentido afirmar que esses animais estariam melhor se não tivessem nascido (e que, portanto, deveríamos evitar nascimentos em tais condições).

Uma possível objeção diria que é possível que uma vida que pareça não valer a pena olhando de fora seja satisfatória para quem a vive, e vice-versa. Assim, dada a dificuldade em se estabelecer um ponto preciso a partir do qual uma vida vale a pena, a objeção conclui que a decisão mais prudente é adotar uma política contrária à ajudar os animais na natureza.

A seguir serão apontados vários problemas com essa objeção.

### **32.2. Não estamos bem posicionados para avaliar quando uma vida vale a pena?**

Existem casos nos quais é difícil dizer se viver vale a pena ou não. Contudo, existem casos nos quais tal avaliação é muito simples. Por exemplo, imaginemos que nos fosse oferecida a chance de renascermos para viver uma vida onde quase todas as experiências fossem de sofrimento extremo. Se não conseguíssemos avaliar que essa vida não vale a pena, ficaríamos em dúvida sobre se vale a pena aceitar tal proposta ou não.

Quase a totalidade das situações nas quais a proposta de ajudar os animais selvagens precisa fazer avaliações sobre o valor da vida são situações extremas como essa última. Uma boa parte dos animais que nasce na natureza o faz *apenas* para sofrer intensamente, sem experiência positiva alguma. Se nos fosse oferecida esse tipo de vida, não teríamos dúvida: a rejeitaríamos completamente. E o faríamos não porque somos humanos, e sim porque conseguimos entender o quão ruim ela seria. Assim, se fosse dada tal oportunidade aos animais, e se eles tivessem o entendimento do quão ruim seria tal vida, certamente que a rejeitariam também.

Poderia ser objetado que é possível que a vida de alguém até certo momento tenha sido péssima, mas seja possível melhorá-la. Quando há essa possibilidade de melhora, faz sentido dizer que, mesmo que a vida até o momento tenha tido saldo negativo, ainda assim, valeu a pena ter nascido (dada a possibilidade de um futuro saldo positivo) e que, então, é falso que, para cada animal que nasce na natureza, teria sido melhor não ter nascido.

Isso é verdadeiro, mas não é uma objeção à proposta de ajudar os animais na natureza que são vítimas dos processos naturais. Pelo contrário: é uma razão para se tentar ajudá-los, uma vez que a possibilidade de passarem a ter uma vida significativa depende de nos dedicarmos a pesquisar como melhorar sua situação.

Além disso, é importante observar que a meta de melhorar a condição de vida dos seres que já existem não implica rejeitar a meta de prevenir novos nascimentos. Isso porque, quanto maior a quantidade de nascimentos, provavelmente mais difícil será melhorar a vida de cada um dos indivíduos nascidos

### **32.3. Não devemos tentar avaliar quando uma vida vale a pena?**

Mesmo que não soubéssemos avaliar quando uma vida vale a pena, qualquer visão responsável de ética diria que devemos tentar adquirir mais conhecimento sobre como fazê-lo, pois isso aumentaria a probabilidade beneficiarmos os atingidos.

### **32.4. A posição contra ajudar não faz avaliações sobre quando uma vida vale a pena?**

O que motiva a objeção que estamos a discutir é o receio de que julguemos equivocadamente que uma vida não vale a pena. Por exemplo, com a esterilização poderíamos tornar menor a quantidade de seres sencientes com vidas significativas, ou, em outros casos, poderíamos estar a cometer assassinatos pensando que estaríamos a praticar a eutanásia.

Ora, mas isso mostra que os proponentes da objeção fazem avaliações sobre o valor da vida, pois acreditam que a intervenção para prevenir/minimizar danos naturais poderia impedir o desfrute de vidas *que eles julgam como significativas*.

Porém, também devemos levar em conta a possibilidade de julgarmos que uma vida vale a pena quando na verdade não vale. Por exemplo, ao nos omitirmos de realizar determinada esterilização, motivados pela crença de que tais seres levariam vidas minimamente significativas, se nosso julgamento estiver errado estamos a contribuir para dar origem a muitos seres que nasceriam para vidas repletas de sofrimento extremo.

O risco de trazer alguém para uma vida de sofrimento extremo é muito mais preocupante do que o risco de deixar de produzir um novo ser que levaria uma vida significativa, uma vez que apenas no caso de trazer alguém para uma vida de sofrimento chega a existir um indivíduo que é prejudicado. Dada maneira como ocorrem os processos naturais, a não intervenção resultaria na maximização de vidas em que o sofrimento extremo predomina do início ao fim.

Defender que “deixar a natureza seguir o seu curso” resulta em um maior número de vidas que valem a pena serem vividas é, ou não fazer ideia de como ocorrem os processos naturais, ou defender a ideia implausível de que uma vida que contém apenas sofrimento extremo vale a pena ser vivida.

### **33. O argumento do prolongamento da agonia**

#### **33.1. A objeção de que aumentar o tempo de vida é o pior para os animais**

Considere a seguinte objeção à proposta de ajudar os animais que vivem na natureza. Ao ajudarmos tais animais, estamos salvando-os de determinada ameaça de morte e, portanto, prolongando suas vidas. Contudo, ter a vida prolongada só é um benefício quando a vida é minimamente significativa. Mas, continua a objeção, quase a totalidade dos animais que nascem na natureza o fazem apenas para experimentar sofrimento. Assim, ao salvarmos tais animais, obteríamos o contrário do efeito almejado: prolongaríamos sua agonia. Portanto, conclui a objeção, o que melhor cumpre a meta de conseguir o estado de coisas menos ruim para os animais é não tentar ajudá-los. A seguir discutiremos essa objeção.

#### **33.2. Prolongar as vidas dos animais que vivem na natureza é sempre pior para eles?**

Embora se trate da imensa maioria, não são todos os animais na natureza que têm vidas que não chegam a ser minimamente significativas. Vimos no [Capítulo 3](#) que a maximização de vidas com predominância de sofrimento ocorre no caso de espécies que se reproduzem maximizando o número de filhotes. No caso dos animais que se reproduzem tendo poucos filhotes por ninhada (por exemplo, os de porte grande como elefantes, zebras, cervos etc.), é maior a possibilidade de tais filhotes terem vidas com um nível de bem-estar aceitável. É claro, mesmo tais animais enfrentarão um ambiente com possibilidade de escassez de comida e água, estarão vulneráveis a doenças, parasitismo, predação e outros conflitos com animais. Contudo, se os ajudarmos (por exemplo, fornecendo água, comida, vacinas e tratamento médico), contribuiremos para aumentar a probabilidade de suas vidas serem minimamente significativas.

Poderia ser objetado que esses animais são uma pequeníssima minoria dos que vivem na natureza, e que então deveríamos intervir apenas em um número muito limitado de casos. Contudo, é importante ter em mente que, em relação aos animais que se reproduzem maximizando os filhotes, o fato de suas vidas serem repletas de sofrimento deve-se a estarem em um ambiente onde as condições para que alguém consiga sobreviver por muito tempo são completamente desfavoráveis. Se intervirmos criando condições para que tais animais consigam sobreviver por mais tempo, as chances de terem uma vida minimamente

significativa aumentariam<sup>159</sup>. Prolongar suas vidas só resulta em algo pior (em comparação a morrerem agora) se não fizermos nada para evitar outras formas de sofrimento que estarão sujeitos.

Além disso, um detalhe importante é que, em relação à imensa maioria dos animais na natureza, aquilo que lhes causa sofrimento geralmente também lhes causa a morte (por exemplo, inanição e doenças). Assim, se salvamos um animal da morte, prolongamos sua existência, mas ao mesmo tempo fazemos com que não esteja mais a sofrer por essa causa. E, dado que normalmente as coisas que os fazem sofrer também causam suas mortes, se oferecermos tratamento para tais males, estaremos a prolongar-lhes a vida, mas também a eliminar fontes de sofrimento para eles, aumentando assim, os seus níveis de bem-estar. O único caso em que isso não acontece é quando um animal padece de um mal que o faz sofrer, mas não causa sua morte (mas esses casos são muito raros).

Uma das razões pelas quais o sofrimento predomina nas vidas dos animais na natureza é que a imensa maioria dos animais normalmente morre muito cedo. Isto é, se tiverem vidas mais longas aumentam as chances de que as experiências positivas superem o sofrimento em suas vidas. Assim, na vasta maioria dos casos evitar a causa da morte de um animal não é prolongar seu sofrimento: ao invés, é evitá-lo. Então, no caso da imensa maioria dos animais na natureza (e não apenas no caso dos animais que se reproduzem tendo poucos filhotes), prolongar suas vidas os beneficia.

### **33.3. Intervir para ajudar os animais na natureza sempre prolonga suas vidas?**

Também é falso que todas as intervenções prolongam as vidas dos animais: muitas apenas previnem novos nascimentos. E, dado que a maior parte do sofrimento e das mortes prematuras na natureza surge devido à maximização das reproduções, a prevenção dos nascimentos seria o foco central das intervenções. Dessa maneira, mesmo que aumentar o tempo de vida dos animais prolongasse sua agonia (o que, como vimos, é falso), haveria ainda fortes razões para diminuirmos a quantidade de nascimentos.

---

<sup>159</sup> Sobre isso, ver Faria (2016, p. 107).

## **34. A objeção de que o saldo da situação dos animais na natureza pode ser positivo**

### **34.1. A alegação de que o saldo total pode ser positivo**

Por vezes é defendido que o saldo total da situação dos animais na natureza pode ser positivo<sup>160</sup>. Isso porque, apesar de a quantidade de animais que morrem prematuramente com vidas repletas de sofrimento ser gigantescamente maior do que a de animais que têm vidas com saldo positivo, os poucos sobreviventes vivem muitos anos, e então a soma das suas experiências positivas poderia fazer a balança pender para o positivo.

### **34.2. Se o saldo total for positivo, e daí?**

Suponhamos que o saldo total agregado fosse positivo. Ainda haveria uma quantidade astronômica de animais que têm, individualmente, vidas com saldos negativos. Teríamos fortes razões para ajudar esses animais. Curiosamente, essas razões são igualmente fortes no caso de animais que têm, individualmente, vidas com saldo positivo, mas estão diante de um episódio negativo.

Basta imaginar vítimas humanas em seu lugar que tudo fica muito claro. As razões para ajudar humanos morrendo de fome nos países subdesenvolvidos não enfraquecem só porque há humanos abastados nos países de primeiro mundo. As razões para ajudar alguém que está com um sofrimento terrível não enfraquecem só porque sua vida pode conter, no total, mais experiências positivas do que negativas. As pessoas só pensam diferente no caso dos animais não humanos por conta da vigência do especismo.

### **34.3. Quais visões poderiam aceitar ajudar independentemente do saldo total?**

A tese de que, mesmo se o saldo (individual ou coletivo) for positivo, as razões para ajudarmos os animais não enfraquecem, seria aceita por muitas visões da ética:

(1) Seria aceita por quem concorda que prevenir o que é negativo é mais importante, pelo menos em certa medida, do que promover o que é positivo.

---

<sup>160</sup> Ver por exemplo Groff ; Ng (2019) Browning; Veit (2023).

(2) Seria aceita por quem aceita que a felicidade de outros não enfraquece as razões para ajudarmos quem está mal, e que o fato de alguém estar bem em outros momentos não enfraquece as razões para ajudá-lo quando está mal.

(3) Mesmo quem acredita que tudo o que importa é o saldo total, e que considera promover o que é positivo tão importante quanto evitar o que é negativo, teria razões para priorizar eliminar o que há de negativo. Isso é assim por conta do *princípio da utilidade marginal decrescente*, segundo o qual uma unidade extra de recurso produz maiores aumentos no bem-estar quanto pior for a situação de quem o receberia. Por exemplo, se alguém está morrendo de fome e recebe um quilo de alimento, isso produz um maior aumento em seu bem-estar do que se o déssemos a alguém que já está bem. Assim, priorizar melhorar a situação dos que se encontram em situação negativa é mais eficiente para aumentar o saldo total.

#### **34.4. Decisões em que a única opção é mudar a situação como um todo**

Poderia ser objetado que, diferentemente de cenários em que é possível escolher manter uma situação e apenas diminuir o que há de negativo nela, há cenários nos quais só conseguimos afetar a situação como um todo. A seguir estão alguns exemplos.

- (1) A decisão sobre manter ou destruir um ecossistema.
- (2) A decisão sobre criar ou não novos ecossistemas.
- (3) A decisão sobre recriar ou não ecossistemas que já foram extintos.

O que fazer em decisões assim depende do peso atribuído aos aspectos positivos frente aos aspectos negativos. Duas pessoas poderiam concordar que uma situação tem saldo positivo e ainda discordarem quanto ao que deveria ser feito em relação a ela.

Por exemplo, imaginemos que, se criarmos um novo ecossistema, o saldo total agregado será positivo. Contudo, suponhamos também que nasceria uma quantidade enorme de indivíduos com vidas repletas de sofrimento, mas menor do que a quantidade de indivíduos que teriam vidas positivas. Quem mantém que promover o que é positivo é tão importante quanto evitar o que é negativo diria que é melhor criar tal situação. Contudo, essa não é a única posição

possível. Outra pessoa poderia concordar que tal situação tem saldo positivo, mas manter que prevenir o que é negativo é mais importante do que promover o que é positivo.

Poderia ser objetado que priorizar prevenir o que é negativo teria implicações absurdas, como dizer que nenhuma quantidade daquilo que é positivo, por maior que fosse, poderia compensar algo de negativo, por menor que fosse. Contudo, isso seria assim apenas se prevenir o que é negativo fosse considerado um *trunfo* sobre promover o que é positivo. Mas essa não é a única possibilidade. Prevenir o que é negativo poderia ter peso maior sem ser um trunfo (dependendo do quão maior fosse o seu peso, maior teria de ser a quantia de aspectos positivos para compensar certa quantia de aspectos negativos).

### **34.5. Conclusão**

Mesmo se o saldo agregado da situação dos animais na natureza fosse positivo, isso não enfraqueceria as razões para se minimizar/prevenir os aspectos negativos e também não seria necessariamente determinante para decisões do tipo “manter/eliminar” e “criar/não criar” uma situação.

No item anterior vimos três exemplos de situações desse tipo:

- (1) A decisão sobre manter ou destruir um ecossistema.
- (2) A decisão sobre criar ou não novos ecossistemas.
- (3) A decisão sobre recriar ou não ecossistemas que já foram extintos.

Do que deve depender a decisão nesses contextos? Os três próximos capítulos abordam essas questões.

### **35. Qual o impacto do veganismo na situação dos animais selvagens?**

#### **35.1. A ideia de que prevenir danos naturais implica rejeitar o veganismo**

O principal argumento a favor do veganismo, no que diz respeito à alimentação, é que reduz a quantidade de animais que nascem para sofrer e serem mortos na exploração. Além disso, diminui a quantidade de mortes de animais que é efeito colateral da agricultura, uma vez que necessita de uma área de plantio menor do que necessita a exploração animal para alimentar o mesmo número de humanos (uma vez que os animais mortos são engordados com vegetais).

Entretanto, poderia ser objetado que a necessidade de uma menor área de plantio na verdade resultaria em maior sofrimento e mortes para os animais. Isso ocorreria porque sobriam mais áreas verdes, o que aumentaria a produtividade primária, e, por conseguinte, a quantidade de nascimentos de animais que maximizam o número de filhotes. Como resultado, a quantidade de sofrimento e de mortes seria maximizada com uma eficiência muito maior do que aquela presente na exploração animal ou nos efeitos colaterais da agricultura.

Em resumo, segundo essa objeção, a adoção do veganismo em larga escala, apesar de diminuir a quantidade de animais explorados e de animais vítimas de efeitos colaterais da agricultura, aumentaria a quantidade total de sofrimento e de mortes de animais por indiretamente aumentar as quantidades de reproduções no território natural.

#### **35.2. O veganismo implica necessariamente um aumento nas áreas verdes?**

Curiosamente, o fato de certas formas de criação de animais para consumo diminuírem as áreas verdes (por exemplo, a criação de bois em pastos abertos) é normalmente mencionado como um aspecto negativo da exploração animal. Entretanto, como deve estar claro agora, esse é talvez o único aspecto em que a exploração animal provavelmente previne mais sofrimento e mortes do que causa. Isso não significa, é claro, que a exploração animal esteja justificada. Como veremos a seguir, há outras maneiras de se alcançar esse mesmo aspecto positivo sem os danos que a exploração animal causa.

Por exemplo, a conexão entre veganismo e aumento de áreas verdes não é necessária. Poderia ser um resultado muito provável em um mundo onde a imensa maioria das pessoas mantém

ideais ambientalistas. Mas, suponhamos um futuro no qual a consideração pelos animais fosse amplamente difundida. As pessoas iriam querer buscar a abolição de sua exploração. Contudo, também iriam querer evitar seu sofrimento e mortes em decorrência dos processos naturais. Isso mostra que o aumento do território natural (e a decorrente maximização do sofrimento e número de mortes) não é uma implicação *necessária* do veganismo: somente o é do não consumo de animais motivado por preocupações ambientalistas e antropocêntricas<sup>161</sup>.

### **35.3. Distinguindo danos de primeiro e segundo grau**

Há outro fator importante a ser considerado: a maneira pela qual cada prática influencia outros agentes a agirem desta ou daquela maneira. Para ilustrarmos esse ponto, é útil distinguir entre resultados de primeiro e segundo grau.

Resultados de primeiro grau são todos aqueles efeitos diretos ou indiretos de uma prática que não dependem das decisões de outros agentes. O sofrimento e as mortes dos animais decorrentes de sua exploração, ou como efeito colateral da agricultura, ou em decorrência do aumento das áreas verdes, são todos *efeitos diretos e indiretos de primeiro grau*. Já os efeitos de segundo grau dependeriam de como cada ação influencia outros agentes a tomarem decisões. Assim, é possível que determinada prática seja menos ruim em relação aos resultados de primeiro grau (somando-se os resultados diretos e indiretos), mas seja pior *no total* devido a que seus resultados piores de segundo grau são muito maiores.

Tendo essa diferença em mente, suponhamos para efeito de argumentação que a exploração animal tivesse se revelado como menos ruim em termos dos danos resultantes de primeiro grau (somando-se os danos diretos e indiretos). Ainda assim, não consumir animais, *desde que seja divulgado por razões de consideração pelos animais (e não por razões ambientalistas ou antropocêntricas)*, poderia contribuir para a prevenção de danos muito maiores de segundo grau, por divulgar o ideal de consideração pelos seres sencientes.

Se o não consumo de animais com esse tipo de motivação fosse propagado em larga escala, não haveria risco de maximização do sofrimento e mortes em decorrência do aumento do território natural. Uma vez que a consideração pelos animais implica em prevenir/minimizar

---

<sup>161</sup> Essa é uma das principais razões pelas quais [usar argumentos antropocêntricos e ambientalistas para defender o não consumo de produtos de origem animal têm grandes probabilidades de ter um saldo altamente negativo](#).

os danos naturais, os veganos que tivessem consciência disso desejariam tanto que os animais não fossem explorados quanto prevenir que sejam prejudicados pelos processos naturais (o que implicaria não expandir o território natural).

O ideal de consideração pelos seres sencientes poderia ajudar a prevenir danos em longo prazo não somente em decorrência dos processos naturais. Poderia também prevenir o desenvolvimento e uso de possíveis tecnologias futuras que tivessem um potencial para prejudicar uma quantidade gigantesca de seres sencientes<sup>162</sup>.

A exploração animal, por outro lado, mesmo que fosse menos ruim em termos de danos de primeiro grau, teria um impacto negativo em termos de danos de segundo grau, pois reforça a ideia de que os animais não são moralmente consideráveis. Portanto, não influenciaria as pessoas a evitarem os danos dos quais os animais padecem em decorrência da exploração, de outras práticas humanas, ou dos processos naturais. Também aumentaria a probabilidade de um aumento gigantesco do território natural, maximizando, assim, o sofrimento e as mortes dos animais de maneira muitíssimo eficiente. Além disso, tal visão de mundo também aumentaria a probabilidade de tecnologias futuras serem utilizadas de modo que prejudique os seres sencientes em geral, em uma escala muito maior do que tudo o que foi feito até então.

#### **35.4. Conclusão**

Ironicamente, o potencial que a prática do veganismo tem de resultar em melhorias para os animais não humanos está muito mais no tipo de ideal que poderia ajudar a divulgar do que nos resultados da ação de não consumir animais. Contudo, esse potencial positivo para os animais só existe se o não consumo for divulgado com argumentos a favor da consideração moral dos animais (com ênfase na necessidade de se prevenir/minimizar os danos naturais). Do contrário, como vimos, corre-se o risco de resultar em um aumento do território natural, o que implicaria na maximização do sofrimento e mortes dos animais. Assim, o não consumo de animais divulgado por razões antropocêntricas e, principalmente, por razões ambientalistas, se adotado em larga escala, corre um alto risco de ter resultados ainda piores do que a exploração animal. Desse modo, a proposta de minimizar os danos naturais apoia o veganismo, desde que divulgado por consideração pelos animais.

---

<sup>162</sup> Para uma discussão sobre os riscos de tecnologias futuras virem a prejudicar os seres sencientes em larga escala, ver os trabalhos de Althaus e Gloor (2016), Baumann (2017), Daniel (2017) e Tomasik (2015b, 2015d).

## **36. O debate sobre a destruição da natureza**

### **36.1. O contexto**

O aumento de áreas verdes no planeta (seja por meio da sua *preservação*, *restauração* ou *expansão*) é quase sempre visto como algo certamente positivo, acima de qualquer suspeita. Isso ocorre por duas razões: (1) a maioria das pessoas mantém visões antropocêntricas e ambientalistas, o que as leva a não dar importância ao impacto que cada prática tem sobre os animais não humanos. (2) A maioria das pessoas, incluindo aquelas que se importam com os animais não humanos, não sabe que um aumento das áreas verdes implica em um aumento da produtividade primária e, por conseguinte, das taxas de reprodução (o que, indiretamente, maximiza a quantidade de sofrimento e de mortes prematuras dos animais).

Como vimos no [Capítulo 3](#), a vasta maioria dos animais na natureza se reproduz maximizando a quantidade de filhotes (na casa de milhares ou mesmo milhões por ninhada dependendo da espécie), e a taxa de sobrevivência média em populações estáveis é de apenas dois por ninhada. Todo o restante nasce normalmente para ter vidas repletas de sofrimento e uma morte prematura, geralmente extremamente dolorosa. Em resumo, quanto mais áreas verdes, maior a quantidade total de sofrimento e de mortes prematuras.

Poderia ser objetado que os seres sencientes também precisam das áreas verdes enquanto recurso, e que então diminuí-las poderia prejudicar a qualidade de vida de muitos seres sencientes. Isso é verdade, mas dadas as taxas de reproduções gigantescas, a quantidade de sofrimento e de mortes causadas por um aumento das áreas verdes seria sempre enormemente maior do que aquela evitada por tal expansão. Em resumo, um aumento das áreas verdes é bom de um ponto de vista antropocêntrico ou ambientalista, mas tem um saldo gigantescamente negativo se levarmos em conta todos os seres sencientes afetados.

### **36.2. Argumentos a favor da matança altruísta**

Neste capítulo discutiremos o que chamaremos de *matança altruísta*<sup>163</sup>. Segundo essa posição a melhor coisa que podemos fazer para prevenir danos naturais é diminuir a quantidade de ecossistemas naturais. Essa posição reconhece que, ao fazermos isso, mataremos e causaremos sofrimento a uma enorme quantidade de animais. Entretanto, defende que, se não o fizermos, a quantidade de sofrimento e de mortes que decorrerá será imensamente maior.

Os defensores dessa posição reconhecem que o ideal seria prevenir o sofrimento e as mortes prematuras dos animais na natureza sem ter que causar sofrimento ou mortes (por exemplo, por meio de uma redução nas taxas de nascimentos, vacinações, tratamento de doenças e assim por diante). Contudo, defendem que pode ser que demore muito até que tais soluções sejam aplicadas em larga escala, e pode ser até mesmo que isso nunca chegue a ocorrer. Por isso, defendem que a matança altruísta é aquilo que tem o melhor saldo em termos de causar/evitar danos, pois, mesmo que um dia as soluções não letais venham a ser aplicadas em larga escala, o tempo que poderia levar até isso ocorrer implicaria na morte e sofrimento de muito mais animais do que a matança altruísta.

Por exemplo, a urbanização de áreas verdes (como a construção de estradas e moradias) resulta na morte e no sofrimento de muitos dos animais que vivem no local. Entretanto, a maioria desses animais se reproduz maximizando a quantidade de filhotes e, por conseguinte, maximiza a quantidade deles que nasce para experimentar sofrimento e morrer prematuramente. Assim, a urbanização, apesar de causar sofrimento e mortes, diminui drasticamente o saldo total de sofrimento e de mortes, seja em comparação a deixar a natureza seguir o seu curso, seja em comparação a esperar haver programas não letais de diminuição das taxas de nascimentos.

Tomasik (2016a) dá o seguinte exemplo para ilustrar a questão. Suponhamos que o mundo fosse repleto de fábricas de bebês humanos. Tais bebês são comidos vivos depois de semanas ou meses de vida, mas 1 em cada 20 bebês consegue viver bem até 3 anos de idade. Imaginemos que a maioria das pessoas não quer eliminar essas fábricas e na verdade gosta delas porque, olhando de fora, elas são muito bonitas e quase ninguém percebe o sofrimento e as mortes que ocorrem lá. Contudo, imagine que algumas pessoas acidentalmente destroem

---

<sup>163</sup> Este termo é uma adaptação de *altruistic murders*, cunhado por Torres (2015) para discutir essa posição. O debate clássico sobre essa posição ocorre entre Torres (2015), contrário à matança altruísta e Tomasik (2016a), favorável à matança altruísta

essas fábricas ao construírem casas e estacionamentos. Esse procedimento mata os bebês que lá estão, mas previne que muito mais deles nasçam para ter tal destino. Levando em conta que a vasta maioria da humanidade não está do seu lado, e que você tem recursos limitados, você tem uma escolha: (1) ou promover atividades econômicas que destruirão cem dessas fábricas de bebês; (2) ou fechar cinco fábricas salvando os bebês que estão nelas, mas isso implica que as outras 95 que você poderia ter destruído continuarão a funcionar. O autor defende que, se nossa meta é diminuir o máximo possível de sofrimento e de mortes, devemos optar por 1.

### **36.3. Argumentos contra a matança altruísta**

Para avaliarmos se a matança altruísta possui melhores resultados do que esperar por soluções não letais, é útil fazermos uma distinção entre resultados de primeiro e de segundo grau<sup>164</sup>. Os de *primeiro grau* são todos os resultados (diretos ou indiretos) de uma ação que não dependem da maneira como influenciam as decisões de outros agentes. Os de *segundo grau* dependem de como a ação influencia as decisões de outros agentes (sendo que estas, por sua vez, têm também resultados de primeiro e de segundo grau, e assim por diante).

Com base nisso poderia ser defendido que a matança altruísta, mesmo se tiver melhores resultados de primeiro grau, poderia ter resultados de segundo grau tão negativos (devido ao modo como influenciaria os humanos a enxergarem a causa pela redução do sofrimento dos animais selvagens e a consideração pelos animais em geral) a ponto de ser melhor esperar por soluções não letais. Há dois argumentos principais nesse sentido, explicados a seguir.

O primeiro argumento é o de que a causa pela redução do sofrimento dos animais selvagens já é bastante rejeitada e, se os seus proponentes defenderem matar animais, essa rejeição aumentará ainda mais, sobretudo por parte de defensores dos animais. Em resumo, a defesa da matança altruísta pode fazer com que as pessoas em geral nunca venham a se preocupar com o sofrimento e as mortes dos animais selvagens.

O segundo é o de que, se a matança altruísta é defendida, é possível que o público entenda que o bem dos animais não importa, e isso implique em aumentar ainda mais os danos que os humanos causam aos animais.

---

<sup>164</sup> Sobre essa distinção, ver Cunha (2022, p. 273-80).

#### **36.4. Réplicas de quem defende a matança altruísta**

Os proponentes da matança altruísta têm oferecido as seguintes respostas aos argumentos acima:

(1) Se a defesa da matança altruísta for feita explicando-se que só há justificativa para ela se qualquer outra opção resultar em ainda mais sofrimento e mortes, é baixo o risco de isso incentivar o público a apoiar outras práticas que aumentariam a quantidade de sofrimento e de mortes. Na verdade, poderia influenciar positivamente as decisões do público, por incentivar as pessoas a raciocinarem cuidadosamente sobre questões morais controversas, questionarem a relevância moral da distinção entre atos e omissões, se preocuparem com a quantidade total de sofrimento e de mortes ao longo do tempo, não terem medo de questionar intuições arraigadas (como a de que preservar a natureza tem saldo positivo) e assim por diante.

(2) Mesmo que a defesa da matança altruísta influencie os humanos a aumentarem os danos que causam aos animais, a destruição de habitats preveniria muito mais sofrimento e mortes do que a soma de todos os danos que os humanos causam aos animais.

#### **36.5. Tréplicas de quem condena a matança altruísta**

Em resposta à primeira réplica, poderia ser apontado que o público normalmente sequer lê o que os proponentes de uma posição defendem, muito menos lê com atenção às nuances. Assim sendo, é alto o risco de que a causa pela redução do sofrimento dos animais selvagens seja ainda mais rejeitada do que já é se a matança altruísta for defendida.

Em resposta à segunda réplica, poderia ser dito que, até o momento, o total dos danos que os humanos causam aos animais é muito menor do que o total dos danos naturais, mas que isso pode mudar no futuro. Esse seria o caso se os humanos vierem a restaurar ou expandir o território natural na Terra, ou se enviarem vida para fora da Terra, colonizarem o espaço e assim por diante<sup>165</sup>. Nesse caso, os humanos criariam as condições para os processos naturais maximizarem o sofrimento e as mortes para muito além de tudo o que existe até agora.

---

<sup>165</sup> Sobre o risco associado a essas práticas, ver Baumann (2017, 2022) e Tomasik (2015b; 2015d).

Em resumo, essa resposta defende que, se a matança altruísta contribuir para que o sofrimento dos animais selvagens seja ainda mais negligenciado, e isso resulte na expansão da natureza, então a matança altruísta teria em longo prazo piores resultados do que esperar por soluções não letais para o sofrimento dos animais selvagens.

### **36.6. Nova réplica dos defensores da matança altruísta**

Diante desses novos argumentos, duas novas respostas estão disponíveis para os proponentes da matança altruísta.

A primeira é a de que todos os argumentos de seus oponentes, caso sejam sólidos, mostrariam apenas que as pessoas que visam prevenir os danos naturais não devem defender a matança altruísta, mas não mostrariam que a matança altruísta não deve ser conduzida. Por exemplo, se ela fosse conduzida por outras pessoas que não os proponentes de prevenir os danos naturais, ou se fosse conduzida em segredo, não haveria riscos em termos de influenciar a percepção do público sobre a proposta de reduzir os danos naturais ou sobre a causa animal em geral.

A segunda, mais importante, é que se o risco maior é os humanos maximizarem os danos que causam se vierem a expandir o território natural na Terra ou para fora dela, então quem corre o maior risco de induzir a tal coisa é a ideia de que é sempre errado destruir o território natural, não a matança altruísta. A matança altruísta deixa bem claro que expandir o território natural não é algo bom.

### **36.7. Mas, a humanidade já não vai fazer isso?**

Quem condena a matança altruísta poderia argumentar que, como a humanidade automaticamente já tende a expandir a urbanização, não há necessidade de se defender a matança altruísta e, como defendê-la também apresenta riscos, melhor não defendê-la.

Entretanto, a isso se poderia responder que poderiam ser feitas pesquisas sobre [quais usos do solo têm maiores probabilidades de terem saldo positivo para os seres sencientes afetados](#)<sup>166</sup> e,

---

<sup>166</sup> Por exemplo, Tomasik (2018 [2016]) faz uma comparação da quantidade de produtividade primária de vários tipos de solo.

com base nisso, poderíamos incentivar essas mudanças e também mudanças nas práticas de consumo (assim como o fazemos no caso dos animais explorados). Apenas para citar um exemplo de caso, Tomasik (2016a) defende [que provavelmente o cultivo de óleo de palma reduz o saldo total de sofrimento](#), e que então poderíamos incentivar o seu consumo ou, pelo menos, nos opormos a campanhas contrárias ao cultivo de óleo de palma<sup>167</sup>.

Outra resposta nesse sentido aponta que, se explicarmos ao público que menos habitat implica menor saldo total de sofrimento e de mortes, isso pode fazer os ativistas, os legisladores e o público em geral terem menos entusiasmo com políticas conservacionistas e de expansão do território natural. Uma vez que suspender tais políticas não envolve gasto de recursos nem requer atividade alguma, pode ser mais fácil de o público aceitar tal proposta do que aceitar intervenções para reduzir o sofrimento dos animais na natureza<sup>168</sup>.

### **36.8. De quem é o ônus da prova?**

Vimos acima que ambos os lados do debate tem argumentos fundados na preocupação com as consequências em longo prazo. Diante disso, uma questão central é a seguinte: de quem é o ônus da prova?

De um lado, poderia ser sugerido que o ônus da prova é de quem defende soluções letais para um problema. Entretanto, os proponentes da matança altruísta poderiam responder que cumprem esse ônus da prova ao mostrarem que esperar pelas alternativas não letais implica necessariamente em mais sofrimento e mortes do que usar as alternativas letais.

Vimos que, em resposta a isso, quem se opõe à matança altruísta argumenta que, devido à influência que ela poderia ter nas decisões dos agentes ao longo do tempo, poderia implicar em mais sofrimento e mortes do que esperar pelas soluções não letais. Esse seria o caso se ela influenciar as pessoas a não terem consideração moral pelos animais não humanos e isso vier a resultar, por exemplo, na expansão do território natural na Terra ou para fora dela.

Entretanto, de outro lado, os proponentes da matança altruísta poderiam sugerir que, nesse caso, o ônus da prova é de quem condena a matança altruísta, de mostrar que ela realmente

---

<sup>167</sup> Tomasik (2016a)

<sup>168</sup> Id. Discutiremos no Capítulo 37 a questão da expansão do território natural.

teria essas implicações contraproducentes, uma vez que ela poderia ser divulgada enfatizando-se que ela só se justifica quando todas as outras opções causam ainda mais sofrimento e mortes. Como vimos, quem é contra a matança altruísta argumenta que há o risco de o público entender errado a mensagem. Mas, novamente, os proponentes da matança altruísta poderiam responder que o ônus da prova é de seus oponentes, de mostrarem que esse risco é maior do que o risco de os danos naturais serem maximizados se a matança altruísta não for feita. Além disso, como vimos, os proponentes da matança altruísta poderiam apontar que a visão defendida por seus opositores (de que é sempre errado destruir ecossistemas naturais) é que tem maiores chances de ser entendida como implicando que é algo bom expandir a natureza.

Por fim, os proponentes da matança altruísta podem apontar que há outros dois fatores que sugerem que o ônus da prova é de seus opositores. Um é o fato de termos uma inclinação para rejeitarmos intervenções violentas, e isso pode fazer com que avaliemos enviesadamente as probabilidades de consequências. Outro é o fato de que os danos no caso da matança altruísta ocorreriam por ação, e no caso de esperar por soluções não letais ocorreriam por omissão (mas seriam muito maiores). Como danos por ação são mais perceptíveis do que por omissão, essa é uma razão para se desconfiar da preferência por esperar por soluções não letais.

Assim, parece que o ônus da prova é dos opositores da matança altruísta. Contudo, é importante destacar que a preocupação de que a matança altruísta possa ser contraproducente poderia vir também de uma análise minuciosa dos riscos, e não somente da inclinação mencionada acima. De qualquer forma, no próximo capítulo discutiremos em detalhes outra maneira de prevenir os danos naturais em larga escala que poderia ser aceita tanto por proponentes quanto por opositores da matança altruísta: não expandir o território natural.

## 37. O debate sobre a expansão e restauração da natureza

### 37.1. Uma forma de minimizar danos naturais que escapa das objeções frequentes

Considere as seguintes objeções à proposta de se minimizar/prevenir os danos naturais:

- (1) Intervir na natureza é errado em si.
- (2) Se não podemos prever as consequências em longo prazo, melhor não intervir.
- (3) Só temos dever de não prejudicar, não temos dever de ajudar.
- (4) Tal proposta é exigente demais.
- (5) Não é aceitável alterar o território natural.
- (6) Não há o que se fazer agora em larga escala.
- (7) É difícil fazer com que tais danos não voltem a reaparecer.
- (8) Tal proposta requer uma tecnologia ainda não existente.
- (9) Tal proposta requer uma enorme quantidade de recursos.
- (10) Devem ser rejeitadas todas as intervenções que causam sofrimento e morte.

Discutimos cada uma dessas objeções em capítulos anteriores. No presente capítulo será apontada uma forma de minimizar os danos naturais que escapa de todas essas objeções, mesmo se elas fossem plausíveis.

Suponhamos que não devêssemos intervir na natureza para minimizar os danos naturais. Imaginemos que os danos naturais não mais existissem. Deveríamos intervir na natureza para recriá-los? É possível minimizar em larga escala os danos naturais apenas *evitando* determinadas intervenções que colaboram para que os processos naturais maximizem o sofrimento e as mortes.

A intervenção na natureza é praticada massivamente com metas antropocêntricas e ambientalistas. Um tipo de intervenção em particular contribui muito eficientemente para a maximização dos danos naturais: a *expansão do território natural* (tal como a expansão de florestas), ou sua *recriação* onde houve desertificação. Se há vegetação, haverá muitos seres sencientes se reproduzindo maximizando o número de crias, e então, maximizando o sofrimento e as mortes, dada a taxa baixíssima de sobrevivência (como vimos no [Capítulo 3](#)).

O resultado é também o aumento do sofrimento devido a outros danos naturais que são inerentes a todos os ecossistemas naturais. É claro, provavelmente alguns animais nesses ecossistemas teriam vidas positivas. Entretanto, dada a relação entre as taxas de nascimentos e de sobrevivência, a quantidade de seres que nasceria para uma vida repleta de sofrimento e para uma morte prematura seria sempre enormemente maior. Assim, o *saldo* da expansão/restauração da natureza é gigantescamente negativo.

Evitando-se esse tipo de prática, a redução de sofrimento e de mortes seria tão grande que mesmo se a exploração animal fosse abolida, o número de indivíduos que deixariam de nascer apenas para experimentar sofrimento intenso quase desaparecia em comparação<sup>169</sup>. Por exemplo, poderia ser evitada a criação de áreas ricas em biomassa e que dão origem a danos a muitos animais pequenos. Em seu lugar, poderiam ser criados ambientes com componentes que não conduzem a uma maximização da quantidade de nascimentos de seres sencientes<sup>170</sup>.

A proposta de evitar a expansão/recriação do território natural escapa das objeções 1 e 2 porque não requer intervir na natureza (requer apenas evitar certas intervenções). Escapa da objeção 3 porque envolve evitar de prejudicar, não envolve ajudar. Escapa da objeção 4 porque é fácil de ser realizada. Escapa da objeção 5 porque não requer alterar o território natural. Escapa da objeção 6 porque previne em larga escala danos naturais e é possível de ser feita atualmente. Escapa da objeção 7 porque evita permanentemente os danos decorrentes de cada expansão/restauração. Escapa da objeção 8 porque não requer uma tecnologia ainda não existente. Escapa da objeção 9 porque não gasta recurso algum. Por fim, escapa da objeção 10 porque a expansão/restauração do território natural é que é uma intervenção, e causa uma quantidade gigantesca de sofrimento e de mortes.

Muitas pessoas que levantam aquelas objeções à proposta de ajudar os animais selvagens também defendem a expansão do território natural. Isso é um sinal de que as preocupações envolvidas naquelas objeções não são o motivo real pelo qual se opõem à proposta de ajudar os animais selvagens, uma vez que a expansão do território natural viola todas aquelas preocupações.

A expansão/recriação do ambiente natural é normalmente vista como algo com saldo positivo.

---

<sup>169</sup> Tomasik (2015a, p. 147); Horta (2010, p. 81-82).

<sup>170</sup> Tomasik (2015c).

Contudo, a maior parte das pessoas não sabe que tal prática maximiza o sofrimento e o número de mortes dos animais. Tendo-se ciência desse fato, é possível ainda assim defender tal expansão/recriação? A seguir discutiremos algumas tentativas.

### **37.2. A preocupação com as gerações futuras**

As nossas obrigações para com as gerações futuras de seres sencientes poderia justificar expandir/restaurar o território natural? Existem pelo menos duas maneiras de entender as obrigações para com gerações futuras<sup>171</sup>. A primeira mantém que, se uma geração futura existirá, temos dever de garantir condições para que tenham uma vida satisfatória. Contudo, defende que não há obrigação de fazer com que essa geração exista. A segunda concordaria que temos obrigação de garantir que a geração futura tenha condições mínimas de bem-estar. Mas manterá também que temos obrigação de fazer com que essa geração futura exista.

Entretanto, nenhuma das duas posições poderia justificar expandir/recriar o território natural. A primeira não requer produzir nenhum novo ser senciente. A segunda busca que exista o maior número de seres sencientes *com vidas predominantemente positivas* (e não o maior número de seres sencientes, *ponto*). Ela jamais aprovaria uma ação que resultasse em pouquíssimas vidas positivas e um número imensamente maior de vidas onde predomina o sofrimento. A norma na vida selvagem é que essa proporção seja de 1 para centenas, milhares ou milhões (e mesmo muitos milhões, dependendo do caso). Então, na verdade, a preocupação pelos seres futuros pesa muito fortemente *contra* a expansão/recriação do território natural.

### **37.3. A preocupação com a geração atual**

Poderia ser objetado que é possível que expandir/recriar a natureza seja necessário para garantir o bem-estar dos seres sencientes já existentes (ou que virão a existir no futuro, independentemente do que decidirmos).

Um problema com esse argumento é que, dada a estratégia reprodutiva predominante (que maximiza o número de crias), a quantidade dos seres que nasceriam apenas para sofrer seria

---

<sup>171</sup> Sobre isso, ver Singer (2002, p. 111-115).

sempre gigantescamente maior do que a dos que estão vivos agora ou que nasceriam para ter vidas positivas e precisariam do meio ambiente enquanto recurso.

Poderia ser objetado que os seres das gerações futuras que nasceriam para ter vidas negativas ainda não existem e, portanto, não contam. Entretanto, se decidimos expandir/restaurar a natureza, eles passarão a existir e, portanto, contam. E, nesse caso, não se poderia dizer que estamos fazendo um favor a eles, pois seriam trazidos para uma vida de sofrimento extremo. Além disso, a objeção comete contradição ao dizer que o bem dos seres que ainda não existem não importa, e ao mesmo tempo dizer que é necessário expandir/recriar o território natural por preocupação com o bem dos seres de gerações futuras que existirão de qualquer maneira.

#### **37.4. O apelo a valores ambientalistas**

Poderia ser defendido que devemos expandir/restaurar o território natural porque fazê-lo seria melhor de um ponto de vista ambientalista (por exemplo, aumentaria a biodiversidade e a quantidade de ecossistemas naturais) mesmo que o resultado seja uma história de mundo com uma maior quantidade de sofrimento e de mortes prematuras de seres sencientes.

Essa posição assume não apenas que as entidades não sencientes valorizadas no ambientalismo possuem valor *em si*: assume também que elas são mais importantes do que o bem dos seres sencientes. Entretanto, vimos no [Capítulo 20](#) que: (1) já é controversa a ideia de que existe valor para além da senciência e; (2) que há razões para priorizar prevenir sofrimento e morte de seres sencientes, mesmo se as entidades valorizadas no ambientalismo tiverem valor em si. Portanto, os argumentos não serão repetidos aqui.

#### **37.5. A preocupação da não aceitação**

Outra objeção afirma que a expansão/recriação do território natural é tão aceita e vista como importante que contrariá-la teria um sério risco de criar rejeição à proposta de minimizar os danos naturais (e, até mesmo, à consideração pelos animais não humanos em geral).

Embora tal risco exista, ele tem de ser pesado em relação ao risco de se perder a oportunidade de impedir em larga escala o surgimento de novos danos naturais e também o risco de se

perder a oportunidade de começar a questionar ideias que impedem a minimização dos danos naturais e a consideração pelos animais não humanos, e tendem a maximizar danos em geral.

Discutir a moralidade da expansão/recriação do território natural é uma maneira de questionar pontos que impedem que as pessoas levem a sério a questão dos danos naturais (por exemplo, a visão romantizada da vida dos animais na natureza e a veneração pelo que é natural).

Obviamente, por ser um tópico controverso, é importante escolher expô-lo para um público que tenha capacidade de entendê-lo. Mas o mesmo vale para qualquer outro assunto controverso. Por exemplo, se alguém nunca ouviu falar do problema dos danos naturais, não parece ser uma boa ideia apresentar o assunto a partir do problema da expansão do território natural. Contudo, se alguém já aceita a meta de ajudar os animais não humanos em geral, não há por que se esconder que a expansão do território natural os prejudicaria muito.

### **37.6. O risco de extinção humana**

Outra preocupação é a de que não expandir/restaurar o território natural aumente a probabilidade de catástrofes naturais e mudanças climáticas, o que, por sua vez, pode aumentar o risco de extinção humana. De acordo com essa objeção, devido a esse risco, estaria justificado expandir/restaurar o território natural.

Há pelo menos dois motivos que poderiam levar alguém a pensar que o risco de desaparecimento da espécie humana justificaria expandir/recriar o território natural. Discutiremos esses motivos separadamente nos dois próximos itens.

### **37.7. A preocupação com os próprios humanos**

O primeiro é a preocupação com os próprios humanos (da geração atual ou das futuras). Mas, se os interesses humanos contam como uma razão favorável a expandir/recriar a natureza, então os danos sobre os outros animais precisam contar como uma razão contrária. E, dada a quantidade de dano individual e o número de indivíduos prejudicados, uma análise não arbitrária prescreveria não expandir/recriar a natureza até mesmo se humanos importassem muito mais do que não humanos.

### **37.8. A ideia de que a presença humana tem saldo positivo**

O segundo motivo é pensar que a extinção humana teria saldo negativo, levando em conta todos os seres sencientes afetados. É claro, os humanos também causam uma enorme quantidade de prejuízos para os seres sencientes em geral. Mas, de acordo com essa visão, mesmo assim, o saldo total da presença humana poderia ser positivo, por conta de três pontos:

O primeiro é que os humanos no futuro serão provavelmente os únicos capazes de minimizar os danos naturais. Com a ausência de humanos e de tecnologia para minimizar os danos naturais, os processos naturais maximizariam sofrimento e morte por longas eras. Por isso seria importante evitar não apenas a extinção humana, mas também o colapso da civilização.

O segundo é que, com a ausência de humanos, provavelmente os locais atualmente ocupados por humanos seriam ocupados por animais que se reproduzem maximizando os filhotes, e, portanto, o resultado seria uma quantidade maior de sofrimento e de mortes prematuras.

O terceiro é que, como vimos no [Capítulo 36](#), as práticas humanas que destroem ecossistemas naturais, apesar de também causarem sofrimento e mortes, possuem um *saldo* positivo. Isso é assim porque tais intervenções, justamente por serem destrutivas dos ecossistemas, previnem o nascimento de uma quantidade imensamente maior de seres sencientes que teriam vidas repletas de sofrimento (ainda que essa não seja a meta de tais intervenções).

Assim, de acordo com essa visão, se a presença da humanidade tem saldo positivo, e se a não expansão do território natural é uma ameaça à humanidade, expandir/recriar o território natural teria saldo positivo em longo prazo, mesmo que tenha saldo negativo em curto prazo.

Discutiremos esses pontos nos próximos itens.

### **37.9. O risco de a humanidade vir a expandir o sofrimento**

As preocupações listadas no item anterior certamente são importantes. Contudo, temos de levar em conta também a possibilidade de a presença humana vir a ter saldo negativo no futuro, mesmo se tiver saldo positivo até agora. Isso ocorreria se no futuro a humanidade vir a

conduzir atividades maximizem o sofrimento e as mortes para muito além de tudo o que existe até então. Veremos a seguir dois exemplos de atividades assim<sup>172</sup>.

Um exemplo seria se no futuro a humanidade chegar a desenvolver a colonização espacial. Nesse caso a humanidade expandiria a vida para fora da Terra, provavelmente recriando em muitos outros locais os processos naturais que resultam na maximização do sofrimento e das mortes. Por exemplo, a *terraformação*<sup>173</sup> e a *panspermia*<sup>174</sup> têm como meta criar fora da Terra as condições para que outros corpos celestes sejam habitáveis. Já há projetos em andamento nesse sentido, seja para garantir que os humanos possam viver em outros planetas no futuro<sup>175</sup>, seja para maximizar a quantidade de seres vivos pelo universo<sup>176</sup>. Isso aumentaria gigantesca e o número de seres sencientes vítimas dos processos naturais, a ponto de tornar o sofrimento dos animais que vivem na Terra um grão de areia em comparação<sup>177</sup>.

Outro exemplo é se no futuro for possível a criação de seres sencientes em meios digitais. Isso poderia ser útil para simular universos dentro de um computador, por exemplo. Tal prática também teria o potencial de aumentar em muitas ordens de magnitude o sofrimento e as mortes que existem até então<sup>178</sup>.

Essas possibilidades já mostram que é incerto se a presença de humanos no mundo, levando em conta o longo prazo, é melhor ou pior. Isso dependeria, dentre outras coisas, de se os humanos do futuro expandirão ou não a natureza. Por sua vez, se isso ocorrerá ou não é algo que depende de se os humanos do futuro serão conduzidos por valores ambientalistas e antropocêntricos, ou pela consideração de todos os seres sencientes. Portanto, parece que o mais plausível é manter em aberto se a presença humana ao longo do tempo terá saldo positivo ou negativo.

### **37.10. A expansão da natureza é mesmo necessária para salvar a humanidade?**

---

<sup>172</sup> Sobre esses e outros riscos de criação de sofrimento de magnitudes gigantescas no futuro, ver os trabalhos de Althaus e Gloor (2016), Baumann (2017, 2022), Daniel (2017) e Tomasik (2015b; 2015d).

<sup>173</sup> Ver Burton (2004).

<sup>174</sup> Ver Meot-ner; Matloff (1979).

<sup>175</sup> Para uma retrospectiva histórica desses projetos, ver The Editors of Procon (2025).

<sup>176</sup> Ver, por exemplo, as propostas de Mautner (2009, p. 433-440) e McKay e Haynes (1990, p. 144).

<sup>177</sup> Sobre esse risco, ver Tomasik (2013a), O'brien (2022); Baumann (2022, p. 23-4, 50-3, 56, 84).

<sup>178</sup> Sobre esse risco, ver Mannino *et al.* (2015); Tomasik (2015b); Baumann (2022, p. 12-3, 82-3).

Suponhamos que a presença da humanidade venha a ter saldo positivo e que então devemos prevenir a extinção humana e o colapso da civilização. Isso não implica necessariamente expandir o território natural, pois existem maneiras de prevenir mudanças climáticas ou de diminuir seus efeitos danosos sem criar novos ambientes como florestas. Um exemplo é buscar por eficiência no uso de energia e por energias renováveis<sup>179</sup>. E, mesmo que estivesse justificado expandir/recriar a natureza para evitar desastres ou mudanças climáticas, isso não justificaria a expansão/recriação da natureza para outros propósitos.

### **37.11. Conclusão**

Se os argumentos anteriores são sólidos, devemos evitar ao máximo expandir/recriar o território natural. Como vimos, os casos em que a expansão/recriação poderia estar justificada são quando todas as outras opções resultariam em algo ainda pior. Se é que existem tais casos, são uma fração pequena das práticas de expansão/recriação do território natural.

Dado que evitar tais expansões/recriações não requer gasto de recursos e previne que um número gigantesco de seres sencientes chegue a nascer apenas para sofrer, evitar expandir/recriar o território natural é atualmente uma das maneiras mais eficientes de se prevenir os danos naturais (e, provavelmente, danos em geral) em larga escala.

Expandir/recriar a natureza produz uma quantidade de sofrimento e de mortes imensamente maior até mesmo do que se fosse criada uma gigantesca granja industrial no mesmo local, uma vez que, como vimos no [Capítulo 3](#), os processos naturais são muito mais eficientes em produzir sofrimento e mortes até mesmo do que as granjas industriais.

Quando olhamos para um território natural (por exemplo, uma floresta), não temos essa impressão porque, olhando de fora, o que vemos é uma bela paisagem. Essa “capa” impede que percebamos que a realidade para os animais que vivem lá é a constância do sofrimento extremo do início ao fim das suas (curtas) existências, e que a quantidade de animais que passa por esse destino segue sendo maximizada indefinidamente pelos processos naturais.

---

<sup>179</sup> Sobre isso, ver Tomasik (2013a).

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, R. C.; ROCKE, T. E. *Plague: U.S. Geological Survey circular 1372*. Madison: National Wildlife Health Center, 2012.

ALTHAUS, D.; GLOOR, L. [Reducing risks of astronomical suffering: a neglected priority](#). *Foundational Research Institute*, 14 set. 2016.

AIREY, J. [Wild animals, pets rescued during the flood](#). *ARLnow*, 26 jul. 2019.

AKANDE, Z. [Man dives into flash flood, fills his boat up with animals](#). *The Dodo*, 3 nov. 2016.

ALONSO, W. J.; PAIM, C. S. [Destinos de vida: categorias representativas para avaliar o sofrimento animal na natureza](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 27 dez. 2017.

ALPHEY, L. *et al.* Sterile-insect methods for control of mosquito-borne diseases: An analysis. *Vector-Borne and Zoonotic Diseases*, v. 10, p. 295-311, 2010.

ANIMAL ETHICS. *Introduction to wild animal suffering: A guide to the issues*. Oakland: Animal Ethics, 2020.

ANIMAL ETHICS. [The potential of thermal imaging to help animals in the wild: A literature review](#). Oakland: Animal Ethics, 2020.

BAER, G. M.; ABELSETH, M. K.; DEBBIE, J. G. Oral vaccination of foxes against rabies. *American Journal of Epidemiology*, v. 93, p. 487-490, 1971.

BALDNER, K. Realism and Respect. *Between the Species*, v. 6, n. 1, p. 1-7, 1990.

BAUM, E. T.; MEISTER, A. L. Fecundity of Atlantic Salmon (*Salmo salar*) from two Maine rivers. *Journal of the Fisheries Research Board of Canada*, v. 28, p. 764-767, 1971.

BAUMANN, T. [Avoiding the worst final: how to prevent a moral catastrophe](#). Center for Reducing Suffering, 2022.

BAUMANN, T. [S-risks: An introduction](#). *Reducing Risks of Future Suffering: Toward a responsible use of new technologies*, [S.l.], 2017.

BEAUSOLEIL, N. J. [I Am a Compassionate Conservation Welfare Scientist: Considering the Theoretical and Practical Differences Between Compassionate Conservation and Conservation Welfare](#). *Animals*, v. 257, n. 10 (2), 2020.

BEKOFF, M. (org.). *Ignoring nature no more: The case for compassionate conservation*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

BONNARDEL, Y. [Contra o apartheid das espécies](#). *Les cahiers antispécistes*, v. 14, 1996.

BOVENKERK, B.; STAFLEU, F.; TRAMPER, R.; VORSTENBOSCH, J.; BROM, F. W. A. To act or not to act? Sheltering animals from the wild: A pluralistic account of a conflict between animal and environmental ethics. *Ethics, Place and Environment*, v. 6, p. 13-26, 2003.

BOYLE, P.; RODHOUSE, P. *Cephalopods: Ecology and fisheries*. Oxford: Blackwell, 2005.

BROWNING, H.; VEIT, W. [Positive Wild Animal Welfare](#). *Biology & Philosophy*, v. 38, n. 14, 2023.

BRUELAND, H. Highest lifetime fecundity. In: WALKER, T. J. (org.). *University of Florida book of insect records*. Gainesville: University of Florida, 1995, p. 41-43.

BURTON, K. [NASA Presents Star-Studded Mars Debate](#). *NASA*, [s.l.], 25 mar. 2004.

CALLICOTT, J. B. Animal Liberation: A Triangular Affair. *Environmental Ethics*, v. 2, n. 4, p. 311-338, 1980.

CALLICOTT, J. B. *In defense of the land ethic: Essays in environmental philosophy*. Albany: The State University of New York Press, 1989.

CARRINGTON, D. [Ethiopia deploys hidden rabies vaccine in bid to protect endangered wolf](#). *The Guardian*, London, 22 ago. 2018.

CHILDS, J. E.; ROBINSON, L. E.; SADEK, R.; MADDEN, A.; MIRANDA, M. E.; MIRANDA, N. L. Density estimates of rural dog populations and an assessment of marking methods during a rabies vaccination campaign in the Philippines. *Preventive Veterinary Medicine*, v. 33, p. 207-218, 1998.

CLEAVELAND, S. *et al.* dog rabies vaccination campaign in rural Africa: impact on the incidence of dog rabies and human dog-bite injuries. *Vaccine*, v. 21, p. 1965-1973, 2003.

CLEMENT, G. [The Ethic of Care and the Problem of Wild Animals](#). *Between the Species*, v. 13, n. 3, 2003.

CONABIO. [Estratégia Nacional Sobre Espécies Exóticas Invasoras](#). *Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade de Florestas*, 2009.

COOPER, S. M.; GINNETT, T. F. Potential effects of supplemental feeding of deer on nest predation. *Wildlife Society Bulletin*, v. 28, p. 660-666, 2000.

COUNCIL OF EUROPE. [Convention on the conservation of european wildlife and natural habitats: Recommendation on the eradication of the ruddy duck \(\*oxyura jamaicensis\*\) in the western palaeartic by 2020](#). *Standing Committee 36th meeting Strasbourg*, 15-18 nov. 2016.

COUNCIL OF EUROPE. [Eradication of the ruddy duck \*oxyura jamaicensis\* in the western palaeartic: a review of progress and a revised action plan for 2021–2025](#). In: *convention on the conservation of european wildlife and natural habitats*. Strasbourg, 03 dez. 2020.

COWEN, T. Policing nature. *Environmental Ethics*, v. 25, p. 169-182, 2003.

CUMMING, D. *et al.* Elephants, Woodlands and Biodiversity in MiomboWoodland in Southern Africa. *South African Journal of Science*, v. 93, 1997, p. 231-236.

CUNHA, L. C. *Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas*. Curitiba: Appris, 2022.

CUNHA, L. C. *Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*. Curitiba: Appris, 2021.

CUNHA, L. C. [Vítimas da natureza: implicações éticas dos danos que os animais não humanos padecem em decorrência dos processos naturais](#). 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018.

DANIEL, M. [S-risks: Why they are the worst existential risks, and how to prevent them](#). *Foundational Research Institute*, 20 jun. 2017.

DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT, FOOD AND RURAL AFFAIRS. *Vaccination as a control tool for exotic animal disease: Key considerations*. London: Department for Environment, Food and Rural Affairs, 2010.

DONALDSON, S.; KYMLICKA, W. *Zoopolis: A Political Theory of Animal Rights*. New York City: Oxford University Press, 2011.

DOODY, J. S.; PAULL, P. Hitting the ground running: Environmentally cued hatching in a lizard. *Copeia*, v. 1, p. 160-165, 2013.

DORADO, D. *El conflicto entre la ética animal y la ética ambiental: bibliografía analítica*. Tese (Doutorado em Biblioteconomia). Madrid: Universidad Carlos III, 2015.

DYCKN, V. A.; HENDRICHS, J.; ROBINSON, A. S. (org.). *Sterile insect technique*. Dordrecht: Springer, 2005.

EL KHOURY, S. *et al.* Deleterious interaction between Honeybees (*Apis mellifera*) and its microsporidian intracellular parasite *Nosema ceranae* was mitigated by administrating either

endogenous or allochthonous gut microbiota strains. *Frontiers in Ecology and Evolution*, v. 6, ano 58, 2018.

ELLIOT, R. Faking Nature. *Inquiry*, v. 25, p. 81-93, 1982.

ÉTICA ANIMAL. [A situação dos animais na natureza](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 23 out. 2016a.

ÉTICA ANIMAL. [Ajudando animais selvagens por meio da vacinação: isso poderia acontecer em relação a coronavírus como o SARS-CoV-2?](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*. 03 Jul. 2020a.

ÉTICA ANIMAL. [Ajudando os animais na natureza](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 23 out. 2016b.

ÉTICA ANIMAL. [Antagonismo na natureza: conflitos interespecíficos](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 26 out. 2016.

ÉTICA ANIMAL. [Antagonismos na natureza: conflitos intraespecíficos](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 28 fev. 2020b.

ÉTICA ANIMAL. [Antagonismos na natureza: conflito sexual](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 28 fev. 2020a.

ÉTICA ANIMAL. [Biologia do bem-estar](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 8 jul. 2019b.

ÉTICA ANIMAL. [Dinâmica de populações e o sofrimento dos animais](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 27 out. 2015b.

ÉTICA ANIMAL. [Efeitos negativos e positivos sobre os animais da fragmentação do habitat](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 23 Out. 2020b.

ÉTICA ANIMAL. [Identificando preditores da abundância de insetos](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 3 Mai. 2022a.

ÉTICA ANIMAL. [O desenvolvimento da senciência em animais juvenis](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 12 abr. 2022c.

ÉTICA ANIMAL. [O potencial para reduzir o sofrimento dos animais na natureza utilizando amostragem de eDNA](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 21 Set. 2022b.

ÉTICA ANIMAL. [Pesquisa em biologia do bem-estar: competição sexual](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*. 10 Jul. 2019a.

ÉTICA ANIMAL. [Petição de princípio](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 22 out. 2015d.

ÉTICA ANIMAL. [Por que a mortalidade específica por idade é relevante para a biologia do bem-estar](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 16 Mar. 2022c.

ÉTICA ANIMAL. [Por que a visão popular dos animais que vivem na natureza está errada?](#) *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 24 fev. 2017.

ÉTICA ANIMAL. [Quais tecnologias podem ser utilizadas para ajudar os animais selvagens?](#) *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 28 Nov. 2022d.

ÉTICA ANIMAL. [Trabalho em biologia do bem-estar sobre como os incêndios prejudicam os animais selvagens e o que fazer a respeito](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 6 Mai. 2021a.

ÉTICA ANIMAL. [Um exemplo prático da oposição entre ambientalismo e consideração pelos animais: a matança ambientalista de javalis e javaporcos no Brasil](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 27 Jan 2021b.

ÉTICA ANIMAL. [Uma introdução à pesquisa em ecologia do bem-estar urbana](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 26 Mar. 2021b.

EUROPEAN FOOD SAFETY AUTHORITY. Opinion of the Scientific Panel on Animal Health and Welfare (AHAW) on a request from the Commission related to the aspects of the biology and welfare of animals used for experimental and other scientific purposes. *EFSA Journal*, v. 292, p. 1-136, 2005b.

EVERETT, J. Environmental ethics, animal welfarism, and the problem of predation: a Bambi Lover's respect for nature. *Ethics and Environment*, v. 6, n. 1, p. 42-67, 2001.

FARIA, C. *Animal Ethics Goes Wild: The Problem of Wild Animal Suffering and Intervention in Nature*. Tese (Doutorado em Filosofia). Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2016.

FARIA, C. Muerte entre las flores: el conflicto entre el ambientalismo y la defensa de los animales no humanos. *Viento Sur*, v. 125, p. 67-76, 2012.

FARIA, C. Sobre o bem de tudo e de todos: a conjunção impossível entre ambientalismo e libertação animal. *Agora: Papeles de Filosofia*, v. 30, n. 2, p. 27-41, 2011.

FARIA, C.; HORTA, O. Welfare biology. In: FISCHER, B. (org.). *The routledge handbook Of animal ethics*. New York/London: Routledge - Taylor & Francis group, 2020, p. 455-66.

FARIA, C.; PAEZ, E. (orgs). Animals in Need: the Problem of Wild Animal Suffering and Intervention in Nature. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3. n. 1, 2015a.

FARIA, C.; PAEZ, E. (orgs). Animals in Need: the Problem of Wild Animal Suffering and Intervention in Nature. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3. n. 2, 2015b.

FEARNEYHOUGH, M. G. *et al.* Results of an oral rabies vaccination program for coyotes. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, v. 212, p. 498-502, 1998.

FERNÁNDEZ-OLALLA, M.; MARTÍNEZ-JAUREGUI, M.; GUIL, F.; SAN MIGUEL-AYANZ, A. Provision of artificial warrens as a means to enhance native wild rabbit

populations: What type of warren and where should they be sited?. *European Journal of Wildlife Research*, v. 56, p. 829-837, 2010.

FERRO, S. [Scientists capture all the neurons firing across a Fish's brain on video](#). *Popular Science*, 20 mar. 2013.

FINK, C. The Predation Argument. *Between the Species*, v. 13. n. 5, p. 1-15, 2005.

FLETCHER, G. *The Philosophy of Well-Being: An Introduction*. Londres: Routledge, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). [Campaign against deadly cattle plague ending](#). [s.l.], 2010.

FORSCHUNGSVERBUND, B. [Environmentally friendly control of common disease infecting fish and amphibians](#). *ScienceDaily*, [s.l.], 2019.

FROESE, R.; LUNA, S. No relationship between fecundity and annual reproductive rate in bony fish. *Acta Ichthyologica et Piscatoria*, v. 34, p. 11-20, 2004.

GARRIDO, J. M. *et al.* Protection against tuberculosis in Eurasian wild boar vaccinated with heat-inactivated. *Mycobacterium bovis*. *Plos One*, v. 6, e24905, 2011.

GENOVEZ, A. G. [Ética, biologia do bem-estar e as razões para se prevenir o sofrimento dos animais selvagens](#). 2024. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2023a.

GENOVEZ, A. G. [Metas ambientalistas vs. consideração moral dos animais não humanos: o que pensam ambientalistas quanto ao uso de tecnologias para intervir na natureza?](#) *Revista Peri*, v. 15, n. 1, p. 76-96, 2023b.

GEROVA, V. Koala mum and joey rescued as fires tear through bushland. *10 Daily*, [s.l.], 7 set. 2019.

GILLINGWATER, S. D. [Effectiveness of nest protection and artificial egg incubation for turtles in Ontario](#). *Toronto Zoo*, [s.l.], 2008.

GONÇALVES, E. H. [De figurantes a protagonistas: maneiras de considerar a vida e o bem-estar dos animais sinantrópicos](#). 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2023.

GOODPASTER, K. E. On Being Morally Considerable. *Journal of Philosophy*, n. 75, p. 308-25, 1978.

GOODWIN, D. Comparative ecology of pigeons in inner London. *British Birds*, v. 53, p. 201-212, 1960. Acesso em: 14 abr. 2019.

GROFF, Z.; NG, Y. K. Does suffering dominate enjoyment in the animal kingdom? An update to welfare biology. *Biology & Philosophy*, v. 34, n. 40, p. 1-16, 2019.

GUHA, N.; GHOSH, S. [Wildlife and people work together during Assam's annual tryst with floods](#). *Mongabay*, 23 jul. 2019.

GULDEMOND, R. A. R.; VAN AARDE, R. J. A Meta-analysis of the Impact of African Elephants on Savanna Vegetation. *Journal of Wildlife Management*, v. 72, n. 4, 2008, p. 892-899.

HANSELL, M.; HANSELL, M. H. *Animal architecture*. New York City: Oxford University Press, 2005.

HILL, A. J. *et al.* Common cutaneous bacteria isolated from snakes inhibit growth of *Ophidiomyces ophiodiicola*. *EcoHealth*, v. 15, p. 109-120, 2018.

HILLS, A. Utilitarianism, Contractualism and Demandingness. *Philosophical Quarterly*, [s.l.], v. 60, n. 239, p. 225-242, 2010.

HINCKLEY, S. The reproductive biology of walleye pollock, *Theragra chalcogramma*, in the Bering Sea, with reference to spawning stock structure. *Fishery Bulletin*, v. 85, p. 481-498, 1987.

HINSCH, K.; ZUPANC, G. K. H. Generation and long-term persistence of new neurons in the adult zebrafish brain: A quantitative analysis. *Neuroscience*, v. 146, p. 679-696, 2007.

HOPKINS, M. C.; SOILEAU, S. C. *U. S. Geological Survey response to white-nose syndrome in bats: U.S. Geological Survey Fact Sheet 2018–3020*. Reston: U.S. Geological Survey, 2018.

HORTA, O. Animal Suffering in Nature: The Case for Intervention. *Environmental Ethics*, n.39, 2017. p.261–79.

HORTA, O. Concern for wild animal suffering and environmental ethics: what are the limits of the disagreement? *Les ateliers de l'éthique / The Ethics Forum*, v. 13, n. 1, p. 85–100, 2018.

HORTA, O. [Contra a ética da ecologia do medo: por uma mudança nos objetivos de intervenção na natureza](#). *Ethic@*, v. 16, n. 1, p. 165-188, 2017 [2010].

HORTA, O. Debunking the Idyllic View of Natural Processes: Population Dynamics and Suffering in the Wild. *Télos*, v. 17, p. 73-88, 2010.

HORTA, O. La cuestión del mal natural: bases evolutivas de la prevalencia del desvalor. *Agora: Papeles de Filosofía*, v. 30, n. 2, p. 57-75, 2011.

HOYT, J. R. *et al.* Field trial of a probiotic bacteria to protect bats from white-nose syndrome. *Scientific Reports*, v. 9, p. 1-9, 2019.

HURTADO-PARRADO, C. Neuronal mechanisms of learning in teleost fish. *Universitas Psychologica*, v. 9, p. 663-678, 2010.

JOHANNSEN, K. *Wild Animal Ethics: The Moral and Political Problem of Wild Animal Suffering*. Abingdon: Routledge, 2020.

JONES, D. An appetite for connection: Why we need to understand the effect and value of feeding wild birds. *Emu: Austral Ornithology*, v. 111, p. 1-7, 2011.

KATZ, E. The Big Lie: Human Restoration of Nature. *Research in Philosophy and Technology*, v. 12, n. 1, 1992, p. 231-241.

KIRKWOOD, J. K.; SAINSBURY, A. W. Ethics of Interventions for the Welfare of Free-living Wild Animals. *Animal Welfare*, v. 5, n. 3, p. 235-243, 1996.

KITALA, P. M. *et al.* Comparison of vaccination strategies for the control of dog rabies in Machakos District, Kenya. *Epidemiology and Infection*, v. 129, p. 215-222, 2002.

KOALA INFO. [Koalas and Australia's bushfires](https://koalainfo.com). *Koalainfo.com*, [s.l.], 2019.

KUENEMAN, J. G. *et al.* Probiotic treatment restores protection against lethal fungal infection lost during amphibian captivity. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, [s.l.], v. 283, p. 18-39, 2016.

LAUSEN, C. L.; BARCLAY, R. M. Benefits of living in a building: big brown bats (*Eptesicus fuscus*) in rocks versus buildings. *Journal of Mammalogy*, v. 87, p. 362-370, 2006.

LEGGETT, H. [Plague vaccine for prairie dogs could save endangered ferret](#). *Wired*, 4 ago. 2009.

LEOPOLD, A. *A Sand County Almanac*. New York: Oxford University Press, 1949.

LÉVÊQUE, C. *Ecology: From Ecosystem to Biosphere*. Enfield: Science Publishers, 2003.

LOPEZ-LUNA, J.; AL-JUBOURI, Q.; AL-NUAIMY, W.; SNEDDON, L. U. Impact of analgesic drugs on the behavioural responses of larval zebrafish to potentially noxious temperatures. *Applied Animal Behaviour Science*, v. 188, p. 97-105, 2017a.

LOPEZ-LUNA, J.; AL-JUBOURI, Q.; AL-NUAIMY, W.; SNEDDON, L. U. [Impact of stress, fear and anxiety on the nociceptive responses of larval zebrafish](#). *Plos one*, v. 12, n. 8, 2017b.

LOPEZ-LUNA, J.; AL-JUBOURI, Q.; AL-NUAIMY, W.; SNEDDON, L. U. Reduction in activity by noxious chemical stimulation is ameliorated by immersion in analgesic drugs in zebrafish. *Journal of Experimental Biology*, v. 220, p. 1451-1458, 2017c.

LOPEZ-LUNA, J.; CANTY, M. N.; AL-JUBOURI, Q.; AL-NUAIMY, W.; SNEDDON, L. U. Behavioural responses of fish larvae modulated by analgesic drugs after a stress exposure. *Applied Animal Behaviour Science*, [s.l.], v. 195, p. 115-120, 2017d.

LOTT, D. F. Feeding wild animals: The urge, the interaction and the consequences. *Anthrozoös*, v. 4, p. 232-236, 1996.

MACINNES, C. D. *et al.* Elimination of rabies from red foxes in eastern Ontario. *Journal of Wildlife Diseases*, v. 37, p. 119-132, 2001.

MACINNES, C. D.; LEBER, C. A. Wildlife management agencies should participate in rabies control. *Wildlife Society Bulletin*, v. 28, p. 1156-1167, 2000.

MANNINO, A. Humanitarian Intervention in Nature: Crucial Questions and Probable Answers. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 1, p. 109-120, 2015.

MANNINO, A.; ALTHAUS, D.; ERHARDT, J.; GLOOR, L.; HUTTER, A.; METZINGER, T. [Artificial intelligence: Opportunities and risks – Policy paper by Effective Altruism Foundation](#). *Effective Altruism Foundation*, 12 dez. 2015.

MARTIN, A. R. *Whales and dolphin*, London: Salamander, 1991.

MAUTNER, M. N. [Life-centered ethics, and the human future in space](#). *Bioethics*, v. 23 n. 8, p. 433-440, 2009.

MCKAY, C. P.; HAYNES, R. H. Should We Implant Life on Mars? *Scientific American*, v. 263, n. 6, p. 144, 1990.

MCMAHAN, J. [Predators: A response](#). *New York Times*, 28 set. 2010b.

MCMAHAN, J. [The Meat Eaters](#). *New York Times*, [s.l.], 19 set. 2010a.

MCMAHAN, J. The Moral Problem of Predation. In: CHIGNELL, A.; CUNEO, T.; HALTEMAN, M. C. (org.). *Philosophy Comes to Dinner: Arguments About the Ethics of Eating*. London: Routledge, 2015. p. 268-294.

MEOT-NER, M.; MATLOFF, G. L Directed Panspermia: a Technical and Ethical Evaluation of Seeding the Universe. *Journal of the British Interplanetary Society*, [s.l.], v. 32, p. 419-23, 1979.

NATIONAL MUSEUM OF NATURAL HISTORY & SMITHSONIAN INSTITUTION. [Numbers of insects \(species and individuals\)](#). *Encyclopedia Smithsonian*, 2008.

O'BRIEN, G. D. [Directed Panspermia, Wild Animal Suffering, and the Ethics of World-Creation](#). *Journal of Applied Philosophy*, v. 39, n. 1, 2022.

ORROS, M. E.; FELLOWES, M. D. E. Supplementary feeding of wild birds indirectly affects the local abundance of arthropod prey. *Basic and Applied Ecology*, v. 13, p. 286-293, 2012.

PAL, S. K. Population ecology of free-ranging urban dogs in West Bengal, India. *Acta Theriologica*, v. 46, p. 69-78, 2001.

PARKER, A.; MEHTA, K. Sterile insect technique: A model for dose optimization for improved sterile insect quality. *Florida Entomologist*, v. 90, p. 88-95, 2007.

PEARCE, D. A Welfare State for Elephants? A Case Study of Compassionate Stewardship. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 2, p. 153-164, 2015.

PEARCE, D. [Projeto para um mundo sem crueldade: reprogramar os predadores](#). *The Abolitionist Project*, [s.l.], 2009.

RACHELS, J. *Can Ethics Provide Answers? And Other Essays in Moral Philosophy*. Boston: Rowan e Littlefield, 1997.

RACHELS, J. Killing and Letting Die. In: BECKER C.; BECKER, L. (orgs.). *Encyclopedia of Ethics*. 2<sup>a</sup> ed. New York: Routledge, 2001, p. 947-50, 2001.

RACHELS, J. *The End of Life: Euthanasia and Morality*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RASTOGI, R. K. *et al.* Ovarian activity and reproduction in the frog, *Rana esculenta*. *Journal of Zoology*, v. 200, p. 233-247, 1983.

RAUKKO, E. [The first-ever insect vaccine PrimeBEE helps bees stay healthy](#). *University of Helsinki*, 31 out. 2018.

REGAN, T. *The Case for Animal Rights*. 2. ed. Los Angeles: University of California Press, 2004 [1983].

ROBB, G. N. *et al.* Winter feeding of birds increases productivity in the subsequent breeding season. *Biology Letters*, v. 4, p. 220-223, 2008.

ROBBINS, A. H. *et al.* Prevention of the spread of rabies to wildlife by oral vaccination of raccoons in Massachusetts. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, v. 213, p. 1407-1412, 1998.

ROLSTON III, H. Disvalues in Nature. *The Monist*, n. 75 (2), p. 250-278, 1992.

ROLSTON III, H. *Environmental Ethics: Duties to and Values in the Natural World*. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

RYDER, R. *Painism: a modern morality*. London: Open Gate Press, 2002.

- SANTOS, B. A. G. [Três teorias sobre o bem-estar](#). *Crítica na Rede*. 11, jan. 2017.
- SAPONTZIS, S. F. *Morals, Reason and Animals*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.
- SAPONTZIS, S. F. Predation. *Ethics and Animals*, v. 5, p. 27-38, 1984.
- SHELTON, J. [A. Killing Animals That Don't Fit In: Moral Dimensions of Habitat Restoration](#). *Between the Species*, v. 13, n. 4, 2004.
- SIMMONS, A. Animals, Predators, the Right to Life and the Duty to Save Lives. *Ethics and the Environment*, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2009.
- SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1979].
- SLATE, D. *et al.* Status of oral rabies vaccination in wild carnivores in the United States. *Virus Research*, v. 111, p. 68-76, 2005.
- SNEDDON, L. U. Where to draw the line? Should the age of protection for zebrafish be lowered? *Alternatives to Laboratory Animals*, v. 46, p. 309-311, 2018.
- SOBEL, D. Full-information Accounts of Well-being. *Ethics*, n. 104, p. 784-810, 1994.
- SORYL, A. A.; MOORE, A. J.; SEDDON, P. J.; KING, M. R. [The Case for Welfare Biology](#). *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 34, n. 7, 2021.
- SOULÉ, M. E. What is Conservation Biology? *BioScience*, v. 35, n. 11, p. 727-34, 1986.
- STECK, F. *et al.* Oral immunization of foxes against rabies. Laboratory and field studies. *Comparative Immunology, Microbiology and Infectious Diseases*, v. 5, p. 165-171, 1982.
- STEMBER, M. Advancing the social sciences through the interdisciplinary enterprise. *The Social Science Journal*, v. 28, n., p. 1-14, 1991.

TAYLOR, P. *Respect for nature*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

THE EDITORS OF PROCON. [Space Colonization](#). *Encyclopedia Britannica*, 6 mai. 2025,

TOMASIK, B. [Applied Welfare Biology and Why Wild-Animal Advocates Should Focus on Not Spreading Nature](#). *Essays on Reducing Suffering*, 23 jun. 2013a.

TOMASIK, B. [Convert Grass Lawns to Gravel to Reduce Insect Suffering](#). *Essays on Reducing Suffering*, 16 mai. 2015c.

TOMASIK, B. [Efforts to Help Wild Animals Should Be Effective, Not Idealistic](#). *Essays on Reducing Suffering*, 28 mar. 2016a.

TOMASIK, B. [How Cattle Grazing Affects Insect Populations on Pasture Fields](#). *Essays on Reducing Suffering*, 02 mar. 2016b.

TOMASIK, B. [How Cattle Grazing Affects Pasture Productivity](#). *Essays on Reducing Suffering*, fev./mar. 2016c.

TOMASIK, B. [How Many Animals are There?](#) *Essays on Reducing Suffering*, 07 ago. 2019 [2009].

TOMASIK, B. [Net Primary Productivity by Land Type](#). *Essays on Reducing Suffering*, 17 jun. 2018 [2016].

TOMASIK, B. [Risks of astronomical future suffering](#). *Foundational Research Institute*, 09 abr. 2015d.

TOMASIK, B. [Speculations on Invertebrate Population Dynamics Relevant to Reducing Suffering](#). *Essays on Reducing Suffering*, 11 jun. 2013b.

TOMASIK, B. The Importance of Wild-Animal Suffering. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 2. p. 133-152, 2015a.

TOMASIK, B. [Why digital sentience is relevant to animal activists](#). *Animal Charity Evaluators*. 03 fev. 2015b.

TORRES ALDAVE, M. The Case for Intervention in Nature on Behalf of Animals. A Critical Review of the Main Arguments against Intervention. *Relations: Beyond Anthropocentrism*, v. 3, n. 1, p. 33-49, 2015.

TORRES, R. [Altruistic Murders](#). *Contragaia*, 19 out. 2015.

TURNBULL, P. C. B. *et al.* Vaccine-induced protection against anthrax in cheetah (*Acinonyx jubatus*) and black rhinoceros (*Diceros bicornis*). *Vaccine*, v. 22, p. 3340-3347, 2004.

WOOLLARD, F; HOWARD-SNYDER, F. [Doing vs. Allowing Harm](#). In: ZALTA, E. N. (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2021 Edition).

WORLD ANIMAL PROTECTION. [Rescuing burnt and injured animals in the Philippines after Mayon Volcano eruption](#). *World Animal Protection*, 31 jan. 2018.